

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Lucas Secanechia Pereira

A refundação do corpo político – um estudo das condições da autoridade e da ação renovadora no pensamento de Maquiavel

São Paulo
2021
Dissertação de Mestrado
Área: Ética e Filosofia Política
Orientador: Alberto R. G. de Barros

Agradecimentos

Primeiramente, a todos os professores e colegas dos anos de graduação, que muito contribuíram no amadurecimento intelectual. À secretaria da pós-graduação, que me orientou nos caminhos burocráticos. Aos professores da minha banca, que iluminaram muitos pontos do meu trabalho e me dirigiram gentis palavras. E, em especial, à orientação do professor Alberto Ribeiro G. de Barros, que com paciência, franqueza e didatismo soube me guiar no difícil processo de escrita da presente dissertação. Ao meu estimado amigo Ronaldo M. Huanca pelo compartilhamento das angústias em todas as etapas do período. Aos meus pais que me apoiaram desde o início quando, após muitos desvios e percalços, optei pelo curso de filosofia.

Resumo

Trata-se, neste trabalho, de investigar a noção de refundação política em Maquiavel. Para isso, será preciso abordar temas recorrentes da obra do diplomata florentino, tais como os limites da ação política, a corrupção e a fundação. A hipótese a ser defendida no estudo é de que a refundação constitui na obra maquiaveliana uma forma de ação política precária e marcada pela incompletude ao buscar um equilíbrio – nunca concretizável – entre passado e presente. Nesse sentido, a refundação teria como principal característica ser uma ação política intermediária entre a inovação e a conservação, buscando restabelecer ou renovar a autoridade originária do corpo político, mas que somente se realizaria precariamente pela imitação, nunca integral e nem literal, do gesto fundador. Ao fim e ao cabo, a noção investigada expressaria, melhor do que qualquer outra, a precariedade e os limites de qualquer ação política, bem como de se estabelecer um fundamento estável ao político e a lógica da reprodução social.

Palavras chave: refundação – autoridade – ação política

Summary

This work intend to investigate the notion of political refoundation in Machiavelli. Therefore, it shall be necessary it shall be necessary to approach recurrent themes of the work of florentine diplomat, as such the limits of political action, corruption and its foundation. The hypothesis to be defended in the study is that such refoundation, in the machiavellin work, constitutes a precarious form of political action and marked for the incompleteness to seek an equilibrium between past and present. In this sense, the refoundation would have as main feature to be an intermediary political action between the innovation and the conservation, seeking to restore or renew an original authority of political body, but that only would precariously fulfill by the imitation, nor complete neither literal, of the founder act. After all, the investigated notion would express, better than any other, the precariousness and the boundaries of any political action, as well as to settle a stable ground to the political body and the logic of social reproduction.

Key words refoundation – authority – political action

Sumário

| | |
|--|-----|
| <i>Introdução</i> | 6 |
| <i>I – A vida política e a refundação</i> | 9 |
| Fundação e corrupção do corpo político | |
| <i>Antes de Maquiavel – A centralidade da fundação – A corrupção e suas fontes</i> | |
| Refundar: a necessária volta aos princípios | |
| <i>A renovação e o tempo das coisas – As vias da refundação – A admiração e um termo chave</i> | |
| | |
| <i>II – Contornos da representação política</i> | 41 |
| A natureza do poder: aparência e representação | |
| <i>A possibilidade de uma definição do poder em Maquiavel - Política e retórica nos contextos renascentista e florentino - A via dúplice do poder - O poder como representação assentida</i> | |
| A questão da autoridade: admiração e crescimento | |
| <i>A auctoritas romana e seu elo com o passado - Os sentidos da autorità em Maquiavel - A ambiguidade da reputação - Da convergência semântica da reputação com a autoridade na refundação</i> | |
| | |
| <i>III – A renovação maquiaveliana</i> | 73 |
| A refundação política como ação intermédia | |
| <i>Inovação e conservação em Maquiavel - A refundação política como ação intermédia - As possibilidades e limites da ação renovadora</i> | |
| A força em se abrir à renovação | |
| <i>A vantagem republicana da renovação - Das irresoluções e soluções momentâneas: a política nua em Maquiavel</i> | |
| | |
| <i>Considerações finais: o equilíbrio instável da política em Maquiavel</i> | 109 |
| | |
| <i>Bibliografia</i> | 11 |

Introdução

A presente dissertação tem como problema central investigar o estatuto da noção maquiaveliana de refundação política ou fundação contínua do corpo político. Tal noção é fundamental para compreender os processos de transformação, permanência e reprodução da sociabilidade no interior da vida política. O que se tenciona mostrar é que há nela uma dupla tarefa de inovação e conservação, na qual o corpo político necessita atender para postergar seu fim. A partir desse entendimento, poder-se-á extrair de forma bem-acabada a concepção da política em Maquiavel, caracterizada por um equilíbrio instável.

A refundação política é apresentada nas primeiras páginas do terceiro livro dos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*¹: “Quem quiser que uma seita ou República viva por muito tempo, precisará fazê-la voltar frequentemente ao seu princípio”², bem como esparsamente em capítulos iniciais da obra. O que temos é uma noção desenvolvida para explicitar as maneiras pelas quais um corpo político pode postergar o processo de corrupção, resgatando certo senso de urgência e necessidade da constituição política de uma cidade. A importância do estudo dessa noção em Maquiavel se encontra na reflexão particular que enseja de uma esfera política nunca de todo completa nem imperecível. Através dela, reconhece-se mais claramente o caráter instável da vida política e da necessária ação extraordinária de tempos em tempos para revigorar os vínculos entre os homens. Nesse sentido, fundar a coexistência em comum implica, antes de tudo, criar ordenações que exigirão, ao longo do tempo, uma ação constante de criação e recriação do social. Para tal, é de grande monta aos reformadores buscarem o resgate de certo prestígio ou valor social do corpo político e de seus governantes; assim, veremos que um dos termos-chaves da compreensão da refundação é o de autoridade. Tal conceito se confunde com uma série de outros (reputação, prestígio, fama), os quais serão devidamente abordados para delimitarmos seus significados e sentidos na obra do florentino.

¹ Para uma escrita mais sucinta, a respectiva obra será designada ora por seu título completo, ora somente por *Discursos*.

² MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução: MF - São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.305.

A estrutura da presente dissertação será dividida em três partes. Para apresentar o problema da refundação em Maquiavel, irei no primeiro capítulo abordar duas noções pressupostas: a fundação e a corrupção. Ambas de relevante importância no pensamento político em geral e, sobretudo, no de Maquiavel. Na obra do florentino, o ato de fundar é apresentado como feito de grande glória e determinante para o destino do corpo político em diversos aspectos. Embora compreendida assim, a fundação se revelará sempre uma obra inacabada, cuja ordenação inicial e autoridade se veem comprometidas pelo processo corruptivo, decorrendo daí a necessidade de continuamente refundar as ordens e leis. Maquiavel, veremos, enxerga a corrupção como um efeito do tempo em que a forma política dada no gesto fundacional se torna incompatível no presente, exigindo alterações para se conformar aos novos tempos. Trata-se de um processo desordenante fruto em grande medida da insatisfação perene da condição humana – tanto na paz quanto na guerra. Nesse contexto, a renovação se torna um meio de remediação para se resgatar o prestígio perdido e revitalizar o corpo político. Em suma, a parte primeira se preocupará em apresentar o tema da dissertação, contextualizando e apresentando os principais problemas e conceitos que a envolvem.

Na segunda parte, lidarei com as questões de caráter conceitual, esclarecendo os termos mais importantes para a dissertação. Quais sejam, as noções de poder, autoridade, reputação, glória e prestígio. Todas envolvem as representações ou os juízos dos homens na política, constituindo parte da problemática da ação renovadora, a qual veremos envolve a solidificação da imagem dos agentes e instituições políticas. Em certo sentido, a segunda parte abordará a problemática do ser e da aparência na vida política; em que medida um e outro regem as relações de força presentes nela. Com efeito, a compreensão dos respectivos termos se faz necessária para delimitar as possibilidades e limites das ações políticas. Ao final, será argumentado que, conquanto uma confusão a respeito desses termos na obra maquiaveliana – proveniente da própria escrita do autor –, podemos de modo mais ou menos certo delimitar o significado deles; dentre os quais, a mais importante será o de autoridade como a mais alta distinção dos agentes e instituições políticas.

Por fim, a terceira e última parte, após a contextualização da primeira e as colocações dos termos chaves na segunda, focará no estatuto da refundação política do corpo político como ação política intermédia, bem como em alguns de seus reflexos para

a filosofia política. Veremos que a ação renovadora está colocada entre uma dupla exigência com vista tanto ao avanço quanto a preservação do corpo político em certos aspectos. Para tal, deve se valer dos exemplos passados e buscar imitar a *virtù* antiga para reproduzir gestos similares à fundação; tarefa duplamente difícil, uma vez que deve equilibrar as exigências de dois tempos e superar as discrepâncias entre eles. A refundação mostra, com efeito, como a vida política é inerentemente instável e precária, equilibrando-se continuamente para encontrar em contrapostos humores e exigências um modo de adequar o corpo político ao seu tempo. O que se delineará, ao fim e ao cabo, é a necessidade de estar sempre aberto às transformações, tornando a refundação, para Maquiavel, um imperativo para uma existência política duradoura e grandiosa do corpo político.

Assim, as linhas que se seguem conterão uma perspectiva da problemática da refundação política, do significado e dos desdobramentos teóricos e práticos dela no pensamento do secretário florentino. Caberá, no decorrer do estudo aqui proposto, um esforço para depurar tal noção nada evidente na obra maquiavelinana, compreendendo melhor a pretensão da ação humana renovado e os limites dela no que se pode chamar de um constante movimento de reprodução da lógica social; um movimento por meio do qual se busca sempre repor as razões da existência do corpo político. Nessa ação, veremos, mostram-se as condições para restabelecer e manter a autoridade e seu fundamental prestígio para a estabilidade política.

I – A vida política e a refundação

A refundação do corpo político em Maquiavel é um tema que abarca muitos outros conceitos e noções, cabendo-nos indagar a princípio como abordá-los para uma compreensão mais apurada do seu significado. Veremos que essa não é uma questão simples quando se trata da obra maquiaveliana. Nosso autor nunca se declarou um filósofo ou se preocupou demasiadamente com definições claras de muitos dos termos que utilizava. Para começar, abordarei duas noções-chaves em Maquiavel: a fundação e a corrupção. A ação criadora e a degradação das obras políticas são analisadas pelo florentino com o intuito de repensar os modos antigos com vista aos que existiam em seu presente, esperando encorajar os homens de seu tempo à imitação das ações do passado. Ambas as noções, portanto, estão circunscritas em um projeto de reflexão maior de Maquiavel para atestar as possibilidades de repetição dos gestos do passado – e da virtù existente neles –, considerando o que permanece e o que se altera com o tempo. Com esse propósito, veremos ao longo dessa etapa e das demais do estudo que a refundação política está inserida no esforço de propiciar a volta às condições para a recriação virtuosa da vida política. Um projeto ao qual Maquiavel se dedicara com ardor ao almejar uma Itália unificada que repetisse, em outros termos, as grandes experiências históricas antigas, mormente a da república romana.

Fundação e corrupção do corpo político

Antes de Maquiavel

Maquiavel, como pensador da dinâmica do poder político e de sua conservação, demonstra especial interesse às questões que envolvem o nascimento e o perecimento dos Estados, sejam principados sejam repúblicas. É necessário, entretanto, observar que as questões concernentes à geração e à destruição dos corpos políticos são antigas; frequentes ao pensamento político antes e após o florentino se debruçar sobre elas. Das etapas históricas, o início e o fim foram vistos como momentos-chave para pensar os problemas fundamentais da vida política: sua natureza, os meios da atividade política obter êxito, as melhores formas de organização do poder. O que se deve ao fato de que, de um lado, vê-se realizar nelas os projetos e inclinações humanas mais grandiosas; e, de outro, como findam por maneiras muitas vezes trágicas e inesperadas. Fundação e

corrupção estão, assim, na base da reflexão sobre a ação política e seus desdobramentos, tornando-se importante saber como foram a princípio pensadas.

Lidando com a fundação das cidades, o pensamento político muitas vezes questionou a possibilidade da criação calculada e deliberada pelos legisladores em contraposição à aleatoriedade dos acontecimentos históricos³. A possibilidade dos construtores de cidades e nações poderem inscrever propósitos e formas políticas a partir da inventividade legislativa é o problema a se tratar; a impossibilidade da hipótese acarreta na conclusão fatalista de que ação política pouco pode perante o natural desenvolvimento das sociedades. As instituições políticas brotariam das tradições, costumes e desejos inconscientes dos povos, e os fundadores de ordens políticas tomariam para si glórias provenientes da aleatoriedade histórica.

Na antiguidade, as fundações foram comparadas a criações divinas. As tradições grega e romana descreviam mitos sobre a criação das cidades, envolvendo figuras humanas heroicas junto a deidades. Tal associação criava vínculos mais fortes entre as cidades e seus cidadãos, que passavam a acreditar no compromisso das *polis* a uma instância maior e cultuada, fora da realidade mundana e finita dos acontecimentos humanos⁴ (o caso, por exemplo, da cidade de Atenas, cuja origem se liga a da deusa homônima). A identidade coletiva se formava, então, como identificação do humano com o divino, carregando deste o traço da perfectibilidade impercível. Pode-se falar de uma dupla dimensão do ato fundador: humana e divina em que se prefigura as considerações sobre mito e razão no pensamento filosófico.

A questão mitológica da origem se torna filosófica à medida que se avança à reflexão da melhor configuração política das cidades. Podemos citar Platão e sua busca por racionalizar as fundações, tornando-as obras propriamente humanas. Em diálogos como d`A *República* e do *Político*, Platão atenta para as fundações como atos, sem

³ No contexto da criação da constituição americana, Alexander Hamilton, nas primeiras páginas de *O Federalista*, expressa a questão diante do dilema imposto à nova nação: “[...]whether societies of men are really capable or not of establishing good government from reflection and choice, or whether they are forever destined to depend for their political constitutions on accident and force.” (*The Federalist papers*. Federalist no.1, general introduction). Em livre tradução, “[...] se as sociedades dos homens são de fato capazes ou não de estabelecer bons governos através de escolha e reflexão, ou se são sempre destinadas a depender, em suas constituições políticas, da aleatoriedade e da força.”

⁴ “Essa vinculação revela-se essencial, porque faz do passado da cidade um momento privilegiado de convívio do divino com a dimensão propriamente política da vida dos homens. Ou melhor, faz da fundação um gesto de afirmação da essência da cidade, e não simplesmente o relato de um acontecimento.” (BIGNOTTO, Newton. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso editorial 1998, p. 104.)

sucesso, a imitar a cidade ideal, buscando nelas traços de perfectibilidade. Precisamente no *Político*, assevera o caráter do fundador-legislador, capaz de manejar as leis e as instituições da maneira mais excelente possível à semelhança de um demiurgo, manejando, para isso, os tipos humanos existentes, os quais se encontram de maneira inicialmente caótica no mundo; o filósofo ateniense considera, pois, as ações dos fundadores similares as divinas, ou continuidade delas uma vez que imitavam-nas no cosmo ordenado pelas deidades. Com isso, o corpo político buscaria uma dimensão contingencial propriamente humana e outra divina de perfeição a superar o estado social caótico dos homens, tal como o demiurgo ao criar o ordenamento cósmico. O momento da fundação, em Platão, aproxima o homem da criação divina, o fundador a um demiurgo, com quase tanta liberdade quanto um; contudo, a analogia é limitada pela corporeidade, que traz inerente a si elementos de desordem ou corrupção⁵, vistas nas marcas das instituições e leis imperfeitas criadas pelos homens e nas dificuldades práticas de aplicar plenamente as formas ideais da razão à matéria do mundo. O problema fundacional se torna, em Platão, um problema de compatibilizar, ou articular, a exigência de criação demiúrgica em meio a condições mundanas intransponíveis; seu fundador ideal tece as urdiduras dos caracteres humanos, mas o faz como um simulacro da forma ideal da perfeição divina.

Os humanistas cívicos de Florença também indagaram a respeito da origem das cidades, imaginando-as tanto ideais e míticas quanto históricas e a decorrências delas para o destino das cidades. Era de grande importância a questão pois acreditavam que a compreensão das origens significava iluminar o papel das cidades no plano da história futura delas. A crença geral da tradição desses pensadores era de que, esclarecendo como surgira, seu mito-histórico de origem, a cidade poderia cumprir certa vocação estabelecida na sua fundação e fixada na essência própria dela. Uma essência que detém vínculos com o passado e que serve como fonte a reintegrar a cidade ao projeto e aos valores de seu princípio, valendo a ela e seus cidadãos uma identidade coletiva; ademais, o esclarecimento propiciaria a compreensão do seu estado atual e das

⁵ Em o *Político* (273, b), Platão descreve que a ação do fundador é limitada pela presença do elemento corpóreo, no qual se encontra o princípio da desordem.

possibilidades futuras da cidade⁶. A questão permanece até os dias atuais quando a busca pela identidade nacional se faz – e se fez ao longo da história – uma obsessão das nações e daqueles a elas pertencentes, desde cidadãos comuns até filósofos, historiadores e líderes políticos.

A controvérsia entre os humanistas florentinos, incluindo Maquiavel, era a de localizar a fundação de Florença no tempo da república romana ou no do império; buscavam, com isso, uma ancoragem histórica para os projetos políticos defendidos. O historiador e chanceler Leonardo Bruni⁷, junto a outros, considerara que, fundada sob os auspícios da liberdade dos tempos republicanos, o percurso inteiro de Florença se determinaria como o de uma república justa e livre, vocacionada para tal – do contrário, uma origem subordinada, seguir-se-ia um destino servil. A vocação revelada pela origem republicana da cidade contribuiria, nesse sentido, a reafirmar certos valores da corrente humanista de Florença; seu projeto político republicano e de uma cidade ideal inserida agora no mundo concreto dos pequenos estados italianos. De modo que os elos com o passado, com a memória histórica e fabulosa, detinham grande importância na medida em que se enxergava uma continuidade com o presente, atestando um vínculo temporal inapagável e irredutível entre o passado e a situação concreta das cidades no presente e no futuro delas⁸. Com efeito, a noção de fundação subjaz o entendimento de certa prática e “*ethos*” pelo qual o estado se conduziria e criaria um elã entre seus cidadãos. Maquiavel é legatário dessa tradição humanista, mas desfaz os mitos relacionados à fundação florentina e à sua suposta vocação para a liberdade. Tal vocação é inexistente para o florentino, porém, não só a Florença, e sim a todas as cidades, que encontram

⁶ Nas palavras de Newton Bignotto, “[...]o esclarecimento da origem servia como explicação também para o estado atual e, sobretudo, para as possibilidades futuras de desenvolvimento” (NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, pg.82).

⁷ Grande e eloquente escritor político, Leonardo Bruni exaltou o estado florentino na sua obra *Laudatio florentinae urbis*, na qual relata a história da cidade com o intuito de promoção dos ideais republicanos que a norteavam. Segundo Helton Adverse em seu ensaio sobre a matriz italiana, Bruni ajuda a construir um lastro histórico do mito republicano de sua cidade, exaltando seu modelo de cidade livre de pequeno porte e herdeira política da república romana (BIGNOTTO, Newton (org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p.73-75).

⁸ Nas palavras de Newton Bignotto, os humanistas do período se ocupavam do estudo histórico das fundações para esclarecer questões do presente: “[...]o esclarecimento da origem servia como explicação também para o estado atual e, sobretudo, para as possibilidades futuras de desenvolvimento”. (*A crise do estado-nação*, p.82). Para Bignotto ainda, trata-se de uma impossibilidade para esses pensadores humanistas pensar a cidade sem considerar a origem dela e, diz ele, “os nexos causais entre a origem e a história posterior”.

inúmeras dificuldades para conservar a vida livre e necessitam continuamente reaver o ímpeto para ela⁹ – função dada, veremos, a refundação política.

A centralidade da fundação

Para Maquiavel, a análise dos corpos políticos começa pela base que determina o seu vir a ser, sua identidade e desenvolvimento. Como ação política que faz algo novo surgir – um ato, em certo sentido, revolucionário¹⁰ –, a fundação é inteiramente inovadora ao sempre instituir uma forma política nunca antes vista: uma cidade ou nação surgida como existência única e irrepetível no mundo. Trata-se de um momento no qual há enormes expectativas e desejos, destacando a atuação de certas figuras – heróis, legisladores, profetas etc. –, que buscam a imortalidade de seus nomes por meio da marca indelével deixada por ela no mundo. Como pretendo mostrar ao longo da dissertação, o ato de fundar depende, em grande medida, do caráter dessas figuras que devem se valer de uma força régia para criar as leis e ordenamentos. Nesse sentido, Maquiavel atesta a necessidade de atos extraordinários nas fundações para demarcar as balizas em que serão reconhecidas e moldadas; a importância delas, portanto, deriva para além do gesto inicial, alcançando o desenvolvimento do corpo político que deve continuamente se voltar para tal momento.

Na obra maquiaveliana, os processos de fundação, de corrupção e de refundação adquirem desenvolvimento maior nos *Discursos*, obra voltada para a reflexão dos primeiros livros da *Ab Urbe Condita*¹¹ do historiador Tito Lívio. Escritos enquanto Maquiavel frequentava o círculo dos *Orti Oricellari*¹², os *Discursos* se voltavam à geração mais jovem de cidadãos florentinos. O interesse do ex-secretário era transmitir

⁹ O décimo sexto capítulo do livro I dos *Discursos* (p.64) reflete essa condição das cidades, de inerente precariedade da liberdade. Não somente para cidades com uma origem servil, mas também para aquelas livres, como Roma, que necessitam de ações duras para recobrar o temor perante as leis.

¹⁰ O entendimento das fundações como eventos revolucionários é expresso mormente em obras como de Hannah Arendt (ARENDR, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução: Denise Bottmann - São Paulo: Companhia das letras, 2016, p.64-65).

¹¹ “*Desde a fundação da cidade*” na tradução do latim.

¹² Os *Orti Oricellari* se constituíam de reuniões realizadas em Florença, mais precisamente nos jardins de Cosimo Rucellai. Ali se reuniam intelectuais do humanismo interessados em discussões sobre filosofia, arte e histórias, bem como nas leituras dos textos antigos, buscando reviver naquele espaço e para além dele os temas e as ações do passado. No período frequentado por Maquiavel (1516), as reuniões eram constituídas por jovens republicanos da cidade, contrários aos Médici e interessados nas palavras e muitas histórias do ex-secretário.

ensinamentos sobre os tempos antigos para essa nova geração, instigando a imitação dos modos e ordenamentos daqueles tempos¹³, com Roma de modelo da *virtù* antiga. Como insistentemente demonstra, a cidade fizera de sua fundação uma experiência exitosa e reverberante na história como nenhuma outra cidade, e o caminho que aponta para repeti-la implica compreender as condições para bem fundar cidades livres¹⁴. Assim como *O príncipe*, a obra serve então como manual político, mas, dessa vez, voltado para aqueles com valores republicanos; sem, entretanto, perder de vista as condições para concretizá-los. As convicções de Maquiavel nos *Discursos* não afetam sua análise política das circunstâncias, muitas vezes desfavoráveis à instituição de repúblicas livres tanto em sua cidade quanto na Itália.

A princípio, a maneira pela qual o florentino trata o tema da fundação é descritiva. No início do livro I dos *Discursos*, descreve dois modos de fundar um corpo político: por estrangeiros e por nascidos de uma terra. A fundação por estes últimos – dispersos e necessitados a se juntar por si mesmos ou pela autoridade de um deles – fora o caso das fundações das cidades como Atenas e Veneza. Segundo José Luiz Ames, trata-se em Maquiavel de uma fundação frágil, uma vez que o florentino ressaltaria que a estabilidade alcançada por essas cidades derivaria de condições alheias às leis e instituições, tais como a geografia privilegiada ou um período de paz prolongada; a união dessas cidades não passaria de uma conveniente união para defesa mútua¹⁵. Quanto à fundação por estrangeiros, Maquiavel assinala uma subdivisão entre as cidades fundadas por homens livres e não livres. Cidades colônias de repúblicas ou

¹³ Aqui se revela a questão da imitação em Maquiavel. Os *Discursos* são a tentativa de demonstrar aos contemporâneos do florentino a possibilidade aberta de, em meio a certa recorrência das paixões e humores na história, de repetir os feitos do passado, seus modos e ordenamentos, imitando à *virtù* antiga pertencente a eles. Como dirá logo no início da obra, negando a impossibilidade da imitação “*como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente*” (MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, prefácio, p. 7).

¹⁴ Hannah Arendt, nesse sentido, escreve que Maquiavel via “*toda a história e a mentalidade romanas dependiam da experiência da fundação, e acreditou que seria possível repetir a experiência romana através de uma Itália unificada[...]*” (ARENDR, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa - São Paulo: Perspectiva, 2013, p.183).

¹⁵ “*O que Maquiavel parece ressaltar é o caráter frágil de semelhante origem, o mais das vezes decorrência de uma atitude de fuga, não passando os fundadores de meros refugiados: se os habitantes, vivendo de modo disperso, se reúnem movidos por ‘alguém dentre eles com maior autoridade’, é tão somente para estabelecer uma defesa comum, já que disseminados não têm como ‘resistir por si mesmos ao ímpeto dos assaltantes’. Sua segurança deriva menos das leis e instituições que elabora do que da situação (‘habitar juntos’) e do lugar escolhido (‘onde a vida seja mais cômoda e a defesa mais fácil’)*” (AMES, José Luiz. *A lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2012, p.179).

principados estariam nessa segunda categoria, à qual Maquiavel inclui sua própria cidade, edificada para ele sob o império romano. De origem servil, são subordinadas e servem a propósitos de terceiros; portanto, seriam fundações limitadas e menos capazes de grades feitos, a não ser para as cidades às quais servem.

As fundações mais exemplares para Maquiavel são as de origem livre. Nelas, sobressai-se a *virtù* do fundador tanto na elaboração das leis como na escolha do espaço em que a cidade se ergue. Pode-se erigir em terras mais férteis ou não de acordo com a necessidade de tornar os homens menos ociosos ou então mais numerosos para defesa contra inimigos, sendo necessárias leis para tornar os cidadãos mais diligentes quando o local escolhido favoreça costumes mais brandos¹⁶. No caso de Roma, Maquiavel considera sua origem dúbia: como cidade erigida por estrangeiros quando se leva em conta Enéias, ou por nascidos do lugar ao se considerar Rômulo seu fundador. De uma ou de outra forma, Roma tivera uma origem livre, sem depender de ninguém, contando com a ação de muitos para fazer valer a boa constituição da cidade. O florentino coloca a fundação inteiramente livre e empreendida por estrangeiros ou não, desde que bem reguladas pelas leis e ordenamentos, a mais propícia ao crescimento e à grandeza, tal como a romana fora.

A reflexão sobre as fundações já demonstra desde o início dos *Discursos* a valorização feita por Maquiavel da liberdade política. Esta é demonstrada tanto ao se considerar a cidade livre do domínio de outras – liberdade externa – quanto da vida livre e participativa dos cidadãos no governo dela – a liberdade interna ou de autogoverno¹⁷. Qualquer cidade que almeje a grandeza, afirma e conclui Maquiavel ao longo da obra,

¹⁶ A preferência de Maquiavel é pelas terras férteis, mas com leis para atenuar os efeitos da vida mais branda e indolente: “*Digo, pois, que é mais prudente escolher lugar fértil, desde que os efeitos de tal fertilidade sejam limitados com leis a seus devidos termos*” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, 1, p.11).

¹⁷ A compreensão de ambos os tipos de liberdade leva a concluir que um corpo político só é inteiramente livre na presença dos dois, sendo nem um nem outro suficiente isoladamente para sustentar uma vida livre da servidão política. A ausência de liberdade externa é o domínio colonial e a submissão da cidade, restringindo as ações dos cidadãos na condução do destino dela e, conseqüentemente, de suas vidas, logo, ausência de uma verdadeira liberdade interna. Conquanto possa haver uma elevada autonomia nesses casos, só se mantém enquanto o Estado dominador deseja, tratando-se de uma liberdade permitida sob certos termos, os quais são da vontade arbitrária dos que dominam. Já a presença da liberdade externa com uma tirania e subordinação interna dos membros – havendo somente súditos, agora não de um Estado dominador, mas de um indivíduo ou grupos deles pertencentes ao mesmo corpo político – é evidente por si só não haver um pleno viver livre. Nos *Discursos*, Maquiavel diz tratar das cidades livres, “*que nasceram distantes de todo tipo de servidão externa, mas logo se governaram por seu próprio arbítrio[...]*” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, 2, p.12).

precisa contar com um nascimento livre, bem como se conduzir livremente ao longo de sua existência. Mas, para além das condicionantes e divisões, cabe se perguntar a importância das fundações e sobre quais critérios são avaliadas na obra maquiaveliana.

Igual aos seus contemporâneos, Maquiavel trata de buscar não uma origem hipotética da sociabilidade, na qual se vislumbraria um homem natural e livre das amarras sociais a justificar a existência do poder político soberano. As reflexões de Maquiavel, como as principais obras demonstram, estão circunscritas aos exemplos históricos e às lições delas. O diplomata florentino estava mais interessado, portanto, nos relatos históricos dessas origens, mas não quaisquer relatos: os de historiadores como Lívio, Políbio e Plutarco. Neles encontra as narrativas verossímeis – menos idealizadas e míticas –, apresentando as histórias de povos que, necessitados por guerra, fome ou doença, unem-se e instauram a sociabilidade através de novas formas políticas.

Os relatos das origens das cidades são, como vimos, um tema que interessava aos humanistas cívicos, para os quais muito do que se postulava a respeito do destino das cidades e de seus povos remontava às suas supostas origens. Maquiavel, herdeiro desse contexto, enxergava a fundação um momento definidor da natureza do corpo político, do seu modo de agir e ser¹⁸. Nesse sentido, Florença era tida, por alguns, como uma cidade vocacionada à vida livre e à primazia política sobre outras por ter sua fundação remontada ao período da república romana, sendo considerada a herdeira histórica da antiga cidade; outros, entretanto, remontavam-na aos tempos do império, de forma que, em realidade, a vocação florentina seria para uma vida não de todo livre, mas sujeita a maiores dificuldades. Maquiavel se filia aos segundos já nos *Discursos* ao concordar que a edificação de Florença se dera sob o império romano, porém, participara desse debate sobretudo na *História de Florença*, onde postula uma origem

¹⁸ Nesse sentido, Florença era tida, por alguns, como uma cidade vocacionada à vida livre e à primazia política sobre outras por ter sua fundação remontada ao período da república romana, sendo considerada a herdeira histórica da antiga cidade; outros, entretanto, remontavam-na aos tempos do império, de forma que, em realidade, a vocação florentina seria para uma vida não de todo livre, mas sujeita a maiores dificuldades. Vemos ainda em seu pensamento que as cidades não livres acostumam-se com o modo de viver servil de tal modo que, quando conquistam alguma liberdade, a muito custo conseguem conservá-la. Assim ele escreve no décimo sexto capítulo do livro I dos *Discursos*, comparando os povos dessas cidades a animais embrutecidos: “[...] esse povo não é diferente de um animal bruto que, embora de natureza feroz e silvestre, tenha sido criado no cativeiro e na servidão, e que, depois, ao ser solto em campo aberto, por não estar acostumado a alimentar-se e por não conhecer os lugares onde possa refugiar-se, torna-se presa do primeiro que queira aprisioná-lo de novo” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p.64).

incerta da cidade, mas que seguramente remontaria ao período imperial. Vemos ainda em seu pensamento que as cidades não livres acostumam-se com o modo de viver servil de tal modo que, quando conquistam alguma liberdade, a muito custo conseguem conservá-la.

Além da origem livre, é preciso contar com a aleatoriedade da *fortuna*, da contingência sem previsão ou cálculo possível. A análise de Maquiavel a respeito da *fortuna* o leva a considerar o papel do acaso na fundação das cidades, que precisam convergir fortuitamente lugares, momentos e homens valorosos para obter os melhores resultados. Nos casos de Esparta e de Roma (segundo capítulo do livro I dos Discursos), a cidade-estado grega contou por um acidente de sorte com um legislador sábio, Licurgo, para elaborar suas leis e ordenamentos de uma única vez. Roma, por outro lado, ao acaso precisou de mais etapas históricas para elaborá-la, obtendo bons resultados à medida que felizes acontecimentos surgiam em sua história. A convergência de acontecimentos fortuitos é sempre imprevisível e decisivo; de modo que se torna mais difícil, de acordo com o pensamento maquiaveliano, falar de vocações, providências e destinos nas fundações, cujos êxitos ou fracassos se devem em grande parte ao acaso.

Todavia, para uma boa fundação, não só a fortuna compete, a *virtù* e prudência se fazem presentes para elaborar sabiamente leis e instituições. Maquiavel reconhece grande poder a fortuna, mas estabelece o domínio a ela de somente metade de nossas ações¹⁹, cabendo grande glória pessoal aos fundadores. Nesse sentido, tanto nos *Discursos* quanto no *Príncipe*, o florentino menciona como grandiosas as ações de Rômulo, Moisés, Ciro, Licurgo, Numa Pompílio e Teseu, uma vez que, dotados de elevada *virtù* e excelência, souberam dar às suas cidades uma organização que as converteram em grandes e duradouros impérios. Maquiavel diz que receberam da *fortuna* apenas a ocasião, o momento oportuno que, com ânimo e *virtù*, souberam agarrar para realizarem suas obras.

“Examinando suas ações e suas vidas, veremos que não receberam mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes aprouvesse. E sem

¹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução Maria Júlia Goldwasser - São Paulo: Martins Fontes, 2008, cap. XXV, p.119.

ocasião a virtù de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a virtù, a ocasião teria vindo em vão.”²⁰

Sem a convergência de ambos, fortuna e virtù, o êxito das fundações – e ações políticas – é impossível.

Além disso, as mencionadas figuras se valeram de arranjos que demonstraram grande sabedoria para equilibrar os humores (*umori*²¹) e interesses em favor da coexistência. O ato de fundar um corpo coletivo envolve dispor de elementos díspares, moldando-os numa forma propícia a vida política, dada em torno de objetivos comuns. Com efeito, o valor e a grandeza de uma fundação estão postas em sua capacidade de imprimir a forma desejada à matéria informe, constituída do agrupamento de homens. Para tal, o príncipe fundador e legislador deve saber que forma se mostra mais adequável à matéria a ser trabalhada, que pode se encontrar em um estado de maior ou menor corrupção, ou ser boa ou ruim em termos de *virtù*. Seria desaconselhável, segundo o pensamento maquiaveliano, imprimir um ordenamento de elevada liberdade a um corpo já corrompido e embrutecido por uma vida servil – nos *Discursos*, uma longa vida servil conduz a hábitos igualmente servis que tornam um povo incapaz de sustentar costumes livres (pelo menos no primeiro momento do processo histórico)²². Tal organização se tornaria instável por não contar com os costumes afeitos à vida livre, recaindo novamente em servidão. A inadequação de matéria e forma é a ruína de qualquer projeto político.

²⁰ Maquiavel. *O príncipe*, cap. VI, p.24.

²¹ Importante termo em Maquiavel, os humores são uma realidade intransponível no âmbito político, representando os desejos humanos e suas inclinações para atuar de uma maneira em vez de outra. Assim, posto pertencerem à condição humana, o florentino reflete os humores pela suas formas de dispor os indivíduos e seus grupos de uma maneira ou de outra. Nessa chave explicativa, Maquiavel coloca a oposição entre os grandes e o povo – os que querem dominar e os que não querem ser dominados –, que representam os dois humores predominantes das cidades no capítulo IX do *Príncipe*. O melhor arranjo organizacional das instituições políticas se fará, para Maquiavel, levando-se em conta tais humores, de modo a poder equilibrá-los e lhes dar uma vazão que resulte em efeitos positivos. Satisfazer ambos é o mais prudente, assim nos diz no capítulo XIX do *Príncipe* ao falar dos Estados bem-ordenados e evitar o ódio: “*Os Estados bem organizados e os príncipes sábios têm aplicado toda diligência tanto em não exasperar os grandes como em satisfazer ao povo[...]*” (*O príncipe*, p.90).

²² Comparando os povos dessas cidades a animais embrutecidos, diz no respectivo capítulo: “[...] esse povo não é diferente de um animal bruto que, embora de natureza feroz e silvestre, tenha sido criado no cativeiro e na servidão, e que, depois, ao ser solto em campo aberto, por não estar acostumado a alimentar-se e por não conhecer os lugares onde possa refugiar-se, torna-se presa do primeiro que queira aprisiona-lo de novo” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, 16, p. 64).

Maquiavel assegura, utilizando a metáfora de um escultor junto a sua pedra de mármore, que seria mais fácil lidar com um povo ainda sem civilidade. Nele se poderia facilmente imprimir qualquer forma a se desejar do que com um povo já trabalhado de algum modo, “e, um escultor extrairá com mais facilidade uma bela estátua do mármore bruto do que dum mármore mal esboçado por outrem”²³. A metáfora do escultor está presente também no livro VII de *A arte da guerra* com palavras similares: “[...] nunca se encontrará um bom escultor que acredite poder fazer uma bela estátua de um pedaço de mármore mal esboçado, mas sim de mármore bruto”²⁴. O fundador age como um artista da pedra lapidando leis e instituições e trabalhando o Estado como obra de arte; contudo, diversamente do escultor, trabalha e interage com matéria viva, a qual imporá uma dinâmica instável. O fundador melhor realizará sua tarefa política quanto melhor conhecer o material de que dispõe – os homens, com seus costumes e tradições – e os instrumentos de que faz uso – as leis e ordenamentos. Querer imprimir formas inadequadas a matéria acarreta em fracasso tal qual um escultor de mármore ao aplicar suas técnicas a outro material.

As ações dos fundadores devem ser julgadas pela maneira como se desdobram no tempo em boas leis e ordenamentos. O raciocínio maquiaveliano pensa esses eventos como situações limites ou extraordinárias, julgadas mais pelos seus efeitos do que pelas intenções dos agentes. Nesse sentido, Maquiavel reflete se as ações de Rômulo – que assassinara o próprio irmão em uma disputa pelo comando e destino da cidade recém-fundada – foram benéficas ou não ao futuro de Roma. Para o florentino, a mácula do fratricídio na fundação romana fica em segundo plano diante do que tal ato resultara: a unidade e a constituição da cidade que, à medida que se desenvolvera, cresceu para além dos limites imaginados e com propensão ao modo de vida livre. Assim, a violência original de seu princípio se faz perdoável pela boa finalidade pela qual Rômulo teria se guiado, sem ambições pessoais e sabendo fazer uso adequado do poder

²³ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, 11, p. 51. A passagem do décimo primeiro capítulo do livro I discute as ações do segundo rei de Roma, Numa Pompílio, que, para dar uma ordem mais estável à cidade, valera-se da religião. Pompílio é considerado por isso uma espécie de segundo fundador de Roma ao continuar o trabalho de Rômulo, imprimindo uma forma a cidade com instituições e ritos de caráter religiosos os quais garantiram maior prestígio às leis.

²⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Tradução MF; São Paulo: MF - Martins Fontes, 2006, p.223.

e da autoridade²⁵. O que Maquiavel deseja tratar com o exemplo romano (como lidaremos melhor na terceira parte) é que os momentos fundacionais, anteriores a qualquer ordem instituída e naturalmente mais instáveis, necessitam dos meios extraordinários; de modo que exigem a presença de um poder concentrado ou régio para garantir o êxito deles. Rômulo não poderia, então, ser considerado mau exemplo por realizar o que era necessário para garantir a boa fundação da cidade, tomando para si o comando dela. Tais recursos são, para o florentino, aceitáveis nos momentos em que o *vivere civile* ainda é incipiente e frágil – como na fundação ou nos principados novos²⁶ –, cuja estabilidade depende de um exercício do poder fora das condições políticas normais²⁷.

A partir dessa noção de uma fonte única do gesto fundador, Maquiavel nos fala da autoridade (*autorità*) daquele que funda uma cidade²⁸, bem como menciona “o *prestígio e vigor iniciais*” das fundações²⁹. Os termos se confundem constantemente nas obras do florentino, tornando-se muitas vezes indistinguíveis como veremos; no entanto, pode-se afirmar desde já que a fundação detém uma elevada distinção da qual o corpo político se vale para unir a coletividade em torno de valores e objetivos comuns. Cria-se assim o necessário assentimento ao corpo político e suas instituições, mais forte e duradouro através do prestígio e da admiração dos cidadãos. Tal humor favorável pode persistir mais ou menos tempo, dependendo do avanço do processo corruptivo, o

²⁵ “[...]Rômulo merece escusa pela morte do irmão e do companheiro, e de que aquilo que fez foi pelo bem comum [...] E, viu-se depois, quando Roma se tornou livre com a expulsão dos Tarquínios, que os romanos não inovara nenhuma ordenação antiga e só puseram no lugar de um rei perpétuo dois cônsules anuais; o que atesta que todas as primeiras ordenações daquela cidade foram mais conformes à vida civil e livre do que a uma absoluta e tirânica.” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, 9. p. 42).

²⁶

²⁷ Como Thierry Ménissier acentua no verbete extraordinário de seu vocabulário: “Essa instrumentalização do excepcional é necessária porque o príncipe ou o chefe republicano são levados a transcender as condições normais do exercício político para tornar aceitáveis as modificações que introduzem [...]” (MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*. Tradução Claudia Berliner, São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2012, p.22).

²⁸ Nos *Discursos*, Maquiavel diz explicitamente que, quando as cidades são edificadas e seus habitantes estão a princípio em situação de precariedade, sujeitos a grandes perigos, eles se voltam para si mesmos ou para quem dentre eles possui maior autoridade, assim: “[...] quando os habitantes, *dispersos em muitas e pequenas partes, percebem que não poderão viver seguros, visto que cada um por si não poderia resistir ao ímpeto de quem os assaltasse, seja pelas feições do local, seja por serem em pequeno número, e não teriam tempo de unir-se para a defesa diante da chegada do inimigo [...] de tal modo que, para escaparem a esses perigos, movidos por si mesmos ou por alguém dentre eles com mais autoridade, se reúnem para morar juntos, em lugar escolhido por eles, lugar que seja mais cômodo para se viver e mais fácil para se defender*” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, 1, p. 8).

²⁹ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p.305.

qual indica a gradual perda do prestígio inicial e da *virtù*, decorrente das inúmeras variações dos tempos e dos homens, veremos adiante.

Por fim, o florentino reconhece a importância ou a dimensão das fundações, chegando a declarar no início de seus *Discursos* que só se admira do grande império de Roma quem não estudou seu princípio e de como se ordenou:

“Quem ler a história do princípio da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado e por quais legisladores, não se admirará de que tanta virtù se tenha mantido[...] e de que tenha surgido o império que aquela república atingiu”³⁰.

O início determina muitos aspectos do vir a ser das cidades, como mostra Roma; contudo, Maquiavel também reflete os muitos acontecimentos afortunados e os empecilhos para a concretização da vida livre, de modo que será levado a pensar nas maneiras como se conservar e renovar esses inícios. A fundação estabelece o ímpeto inicial sobre o qual os homens deverão se reconduzir constantemente ao longo do tempo; caso seja de pouca *virtù*, a recondução se torna mais difícil e menos benéfica. De modo que se trata de uma noção central para compreender as diversas ações políticas, as quais tendem sempre a tê-la como referência histórica.

A corrupção e suas fontes

A reflexão sobre as origens das instituições da vida política implica também a do seu oposto, a do inexorável fim delas. O tema da corrupção é tão debatido no pensamento político quanto a fundação; com efeito, são pensadas em conjunto, pois a decadência das estruturas políticas é constantemente associada ao afastamento com a matriz fundante das formas políticas, o princípio em que se erigiram. A perda do referencial existente em seu passado ou do modelo de perfeição idealizado nas fundações é o que constitui o processo corruptivo. Assim, desde o início, a teoria política debate a corrupção como tema voltado às formas de governo, buscando compreender quais organizações políticas são mais resistentes às variações e mutações trazidas pelo tempo, capaz de conservar o princípio de sua fundação.

A metáfora médica ou organicista se fez presente na reflexão dos antigos, como também na de Maquiavel, e dos modernos posteriormente. Semelhante ao corpo

³⁰ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap. 1, p.7.

natural, o corpo político nasce, vive e morre, bem como detém desejos, virtudes e vícios; todavia, sua natureza é política, tratando-se de uma existência coletiva, regida e ordenada por uma constituição, e, tal como os corpos naturais, tendente a degeneração. De modo que a corrupção é sempre tratada pelo pensamento político como processo natural e inexorável pelo qual todas as formas políticas passam.

Como a medicina preconizada ao corpo natural, que busca dosar seus diferentes humores, a cidade através de sua constituição deve dosar os seus próprios, presentes nos diferentes grupos sociais nela existentes de modo a criar e preservar uma sadia estabilidade³¹. Cada qual dessas constituições molda, então, um certo “*ethos*”, um caráter comum com traços e qualidades distintas. Ao descrevê-las, o pensamento político classificou os regimes instituídos ora por critérios axiológicos ora meramente descritivos, servindo para refletir as experiências políticas de cada tempo e dar a elas um sentido histórico. Uma das mais conhecidas classificações fora produzida pelo historiador grego Políbio ao descrever as transformações e ciclos dos regimes, dos bons aos viciosos³². A reflexão polibiana detém importante papel no pensamento político e está presente na obra maquiaveliana enquanto maneira, ainda estreita, de observar as mudanças de regimes e seus processos corruptivos. O tema da corrupção aparece – à semelhança também de Platão e Aristóteles – como decorrência da transformação dos regimes políticos, em que vê um padrão circular de formas boas para degradadas, sendo a melhor de todas a forma mista a combinar diferentes elementos dos regimes simples³³. Políbio compara a corrupção de uma cidade e sua constituição com a

³¹ Maquiavel identifica dois desses humores, que caracterizam as aspirações de grupos sociais distintos e antagônicos: o dos grandes (*grandi*), que desejam dominar; e o povo (*popolo*), que não desejam ser dominados (*Discursos*, I, cap.4; *O príncipe*, cap.IX). De um lado, o desejo de tyrannizar; do outro, o de ser livre. No caso da preponderância do humor dos grandes, encontram-se regimes despóticos de tipo oligárquico ou monárquico; quanto à primazia do humor do povo, as formas existentes são de tipo licenciosas, imperando desordens generalizadas na forma de anarquias, revoltas e guerras civis. O equilíbrio dos humores, para Maquiavel, caracterizaria os regimes livres republicanos e alguns principados, nos quais o príncipe, agindo prudentemente, regula tais humores saciando ora um, ora outro deles.

³² A princípio, vemos o regime monárquico, o qual se perverte em tyrannia; em seguida, do abuso do governo de um único, surge o governo dos *aristoi*, a aristocracia; destes, vê-se o surgimento do governo oligárquico o qual dá ao democrático; deste último logo resulta em pura licenciosidade. Por fim, da completa licença se volta ao princípio, o governo monárquico, completando-se o ciclo histórico de regimes políticos, passando por todas as formas virtuosas e viciosas pertencentes ao governo de cada elemento social. Todo o ciclo é apresentado no sexto livro das Histórias de Políbio (POLYBIUS. *The histories*. New York : Oxford university press, 2010, Book six, page 370-413).

³³ Os governos de constituições mistas utilizam tais elementos de modo a temperar os humores para se obter um ordenamento estável e equilibrado, combinando os melhores aspectos de cada regime DE

ferrugem inerente ao ferro e a carunchos que degradam a madeira³⁴. Nesse sentido, os corpos políticos, quaisquer que sejam seus regimes de governo, carregariam desde o surgimento um germe corrosivo. Maquiavel está de acordo, porém, vai mais longe na análise das causas da corrupção; encaminha para o cerne do que a constitui, indicando um maior poder da ação humana na resistência a esse processo.

O tema da corrupção é dos mais prementes no florentino; não à toa o retratara em sua peça satírica, *A Mandrágora*, na qual denuncia os costumes da sociedade florentina. Na peça, vemos o retrato da corrupção desde as classes mais baixas até as mais altas. A perfídia é mostrada como hábito dos “bons cristãos” da cidade, devotados aos lucros pessoais e conquistas amorosas fora do sagrado matrimônio. Os personagens – com exceção dos mais ingênuos e tolos – calculam os ganhos e perdas de suas ações considerando unicamente a si mesmos sem qualquer traço de consciência moral. Com efeito, a obra teatral realiza um paralelo entre a vida política mostrada nas suas principais obras e a vida privada. Embora uma comédia do cotidiano, a crítica ácida à sociedade florentina demonstra o significado para Maquiavel do que constitui um corpo social corrompido: pessoas, sem consideração de classe, voltados unicamente para o interesse próprio, valendo-se de todos os meios para obter ganhos individuais. Assim retratados, os costumes da vida privada florentina refletem os hábitos corrompidos da vida política³⁵. Tal entendimento permeia toda sua obra, na qual a corrupção se apresenta com o decaimento da *virtù*, a prevalência dos interesses facciosos sobre o bem comum e a degradação dos costumes.

ARAÚJO, Cícero Romão Resende. (*Da constituição mista ao Estado*. São Paulo, wmfmartinsfontes, 2013, p.4). Os exemplos antigos mais cultuados desses governos eram Esparta e Roma. Esta última detinha o elemento régio presente com os Cônsules, o aristocrático com o Senado e, por fim, o democrático com as assembleias populares.

³⁴ “Just as rust is the corruption inherent within iron, and woodworm and grubs are the corruption inherent within timbers, [...] in the same way every political system has a source of corruption growing within it, from which it is inseparable.” (POLYBIUS. *The histories*. Page 378.) “Da mesma forma que a ferrugem é a corrupção inerente ao ferro, e os carunchos e larvas são a corrupção inerente à madeira, [...] do mesmo modo cada sistema político tem uma fonte de corrupção crescendo dentro dele, do qual é inseparável.”

³⁵ Em outras chaves de leitura, *A Mandrágora* também representa o êxito dos homens mediante o uso de meios astuciosos; visto que o personagem Calímaco consegue, com ajudas providenciais e ousadia, superar os desafios impostos e obter o afeto da amada, Lucrecia. A peça demonstraria como as ações humanas são mais efetivas ao não tomar os princípios morais como valores absolutos. O paralelo claro é com as ações políticas nas obras de Maquiavel, cujo êxito dependem de flexibilizar as considerações morais.

Compreender a corrupção em Maquiavel passa por atentar à predisposição dos desejos humanos e ao movimento incessante dos acontecimentos políticos. A condição do homem no mundo é de perene inquietude decorrente das paixões e humores insaciáveis, e as coisas humanas, diz Maquiavel, encontram-se sempre em movimento e nunca em verdadeira paz. Assim é dito por ele no sexto capítulo do livro I, ao contestar os ordenamentos das cidades de Esparta e Veneza e as condições especiais pelas quais se mantiveram estáveis ou serenas:

*“E sem dúvida acredito que, se for possível manter as coisas equilibradas desse modo, ter-se-á verdadeira vida política e paz numa cidade. Mas como todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo [...]”*³⁶

Tal estado de constante movimento se dá, para Maquiavel, na medida em que os homens possuem uma natureza passional e desejante que os faz agir constantemente em uma direção ou outra. Independente de os homens estarem em paz ou em guerra, contentes ou descontentes, eventualmente irão se mover; a imobilidade da vida política não é viável para Maquiavel. Isso decorre, aponta mais à frente nos *Discursos*, da condição humana de perene insatisfação, seja pelo tédio em meio ao bem, seja pela aflição com algum mal:

*“[...] os homens costumam afligir-se no mal e enfadar-se no bem, nascendo dessas duas paixões os mesmos efeitos. Porque, sempre que os homens não precisam combater por necessidade, combatem por ambição; e esta é tão poderosa no peito humano que nunca, seja qual for a disposição atingida, o homem a abandona. A razão disso é que a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo, mas não podem obter tudo; e, assim, sendo o desejo sempre maior que o poder de adquirir, surge o tédio e a pouca satisfação com o que se possui.”*³⁷

Ora o tédio, ora a aflição, move os homens, que desejam conquistar e dominar ou, de outro modo, preservar o que já possuem. Com isso, gera-se o que Maquiavel chama mais adiante de *variação da fortuna*, na qual as formas antes adequadas podem vir não mais a serem diante da alteração da matéria humana e do tempo. Tal inadequação da forma com a matéria, que surge com o transcorrer do tempo e suas variações, é o

³⁶ Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap.6, p. 32.

³⁷ *Idem*, I, cap.37, p.112.

princípio da corrupção dos corpos políticos e uma condição política – e natural – insuprimível. Maquiavel aponta, com isso, para a constante instabilidade da vida política, em que não há resoluções definitivas e estanques, mas apenas arranjos momentâneos em meio a crises periódicas.

Como já mencionado, o florentino deseja se opor à noção das fundações ideais ou exemplares do passado, tais como as que os pensadores humanistas preconizavam. Nesse sentido, enxergava a suposta vocação para a liberdade em Florença como uma visão enganosa da vida política, em que determinado nascimento determinaria todo o vir a ser das cidades. As míticas origens são discursos que afastam da verdade efetiva das coisas, pela qual se constata que nenhuma forma política se mantém sem arranjos e rearranjos, atos contínuos de conservação e renovação para preservar ou restabelecer a *virtù* através do temor e da inspiração. Maquiavel não está afirmando a circularidade dos regimes, como mostra no segundo capítulo do livro I dos Discursos³⁸; está, como ficará mais claro, tratando da mudança recorrente da *virtù* nos corpos políticos.

A corrupção é um fardo que recai sobre todos os regimes de modo que nenhum principado ou república pode pretender ser eterno. Mesmo a exemplar república popular romana encontrara um final quando os conflitos antes arbitrados pelos seus ordenamentos passaram a não mais terem resoluções devidamente mediadas por eles. Nesse sentido, Maquiavel fala da impossibilidade de uma república perpétua; vê que as desordens que se sucedem ao corpo político possuem efeitos imprevisíveis:

*“E como, para semelhantes desordens que surgem nas repúblicas, não é possível prescrever remédio certo, segue-se que é impossível ordenar uma república perpétua, porque sua ruína pode ser causada por mil vias imprevistas”*³⁹.

As mil vias imprevistas são as contingências da fortuna que sobrevêm ao longo do tempo e que pouco pode fazer a *virtù*. Nenhuma república, fundação ou o que seja pode

³⁸ No primeiro capítulo do livro I, o florentino descreve o ciclo de governo semelhante ao de Políbio; contudo, diverso na medida em que não se vê concretizar ciclos completos das formas degradadas para as virtuosas. Nem sempre o corpo político é capaz de sobreviver com a mesma configuração, considera Maquiavel; o resultado muitas vezes das sucessivas transformações é a fragilização do corpo político e sua inevitável queda na servidão nas mãos de algum outro Estado: *“E esse é o ciclo segundo o qual todas as repúblicas se governaram e governam, mas raramente retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé. Muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem-ordenado[...].”*(MAQUIAVEL. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap.2, p. 17).

³⁹ Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, III, cap.18, p. 378.

pretender uma forma capaz de responder e prever todas as adversidades. Tudo no mundo tem seu tempo – como Maquiavel menciona no início do livro III –, de modo que remédio algum pode advir que solucione certos impasses e desordens instauradas no corpo político. O que se apresenta quando a “*corrupção generalizada*” se alastra, veremos, é um desordenamento insolúvel, no qual as tentativas de renovação e reforma se tornam inócuas.

Diante disso, podemos afirmar que a corrupção em Maquiavel se mostra quando a forma política antes adequada a certa matéria humana passa a ser imprópria, decaindo a *virtù* antes presente nela. Maquiavel fala, nesse sentido, em diversas passagens sobre a adequação com o tempo e os homens. Nos *Discursos*, podemos vê-lo falar de um “*ajuste de seu modo de proceder com o tempo*”⁴⁰, ou seja, a variação dos modos de agir para explicar a razão da má e boa fortuna dos governantes e dos regimes políticos. Já antes no *Príncipe*, ao tratar dos príncipes impassíveis e incapazes de variação em suas ações, fala em termos muito similares da necessidade de se modificar com o tempo:

“[...] é feliz aquele que combina seu modo de proceder com as exigências do tempo e, similarmemente, infelizes aqueles que, pelo seu modo de agir, estão em desacordo com os tempos”.⁴¹

Para Maquiavel, a felicidade de um principado ou república se determina por conseguir estar ou não adequado ao seu tempo. Depreende-se daí o papel preponderante da *virtù*, forjando novas disposições para responder às adversidades; assim, o corpo político se mantém longe dos efeitos degenerativos da corrupção enquanto é capaz de se modificar e responder às variações da fortuna e dos homens. O processo corruptivo, por sua vez, instaura-se no corpo político quando a forma política que lhe corresponde não mais encontra adequação à matéria, extinguindo a *virtù* que em determinado momento existira nele. Tal decadência se deve, sobretudo, como vimos, porque as coisas humanas sobem e descem, sempre em eterna transformação: a *virtù* antes grandiosa, torna-se escassa. Se antes era capaz de responder as exigências postas pela fortuna, a *virtù* eventualmente decai dando o ensejo para sobrevir a corrupção junto ao desajuste com o tempo. A ordem das coisas é o eterno fluxo, tornando a corrupção uma invariável condição dela.

⁴⁰

⁴¹ Maquiavel. *O príncipe*, cap. XXV, p.120.

Para o florentino, o Estado corrompido caracteriza-se pelas instituições e lideranças políticas serem incapazes de responder às crises políticas e pela paulatina degradação dos costumes civis⁴². A corrupção como efeito da deterioração do corpo político e sua virtù torna inviável a coexistência no espaço público dirigida ao bem comum. Nesse cenário, os cidadãos ou se afastam da atividade pública ou a conduzem por interesses facciosos; e, à medida que os conflitos se tornam mais agudos, o uso generalizado da violência é vista nas disputas públicas e privadas, gerando a desordem e a ruína das cidades⁴³. O exemplo que Maquiavel utiliza em suas obras é a dos conflitos políticos internos da sua própria cidade; sobretudo, utiliza-o em contraste com o modo como Roma lidava com as turbulências internas. A distinção é entre um ordenamento incapaz de regular os conflitos, gerando divisão fragmentária, e aquele que é capaz, mantendo um estado unido mesmo com a desunião de humores antagônicos.

Todavia, mesmo as cidades que souberam lidar com os conflitos internos se veem em problemas ao se corromperem. Os conflitos públicos antes mediados por vias institucionais se convertem em conflitos privados e facciosos que erodem a esfera pública livre, enfraquecendo-a e tornando presa fácil da ambição e vaidade daqueles que tencionam o fim dela e a imposição de um regime despótico – caso de Roma e das *pólis* gregas. Os conflitos não são, portanto, por si mesmos nem bons nem maus, sendo, ao fim e ao cabo, o que se faz com eles o que mais importa; o que os torna insuperáveis é o processo degenerativo pelo qual se perde o sentido comum da vida política.

Em tal estado corruptivo, o que se enxerga é a sobreposição constante dos interesses particulares aos do bem comum, substituindo, ao final, a liberdade política

⁴² Maurizio Viroli nos descreve esse estado de corrupção que se instala no corpo político nas obras de Maquiavel: *“The corruption that destroys civil and political life is the corruption of the customs, of the habits of the citizens, their unwillingness to put the common good above private or factional interest. Corruption also is an absence of virtù[...] Corruption is a disease that penetrates the deepest fibres of collective life, permeates the manners, and perverts the citizens judgment on honour and glory”* (VIROLI, Maurizio. *Machiavelli*. New York: Oxford University Press, 2005, p.132). Em tradução livre, *“A corrupção que destrói a vida política e civil é a corrupção dos costumes, dos hábitos dos cidadãos, da indisposição para colocar o bem comum acima do interesse privado ou faccioso. Corrupção também é uma ausência de virtù [...] Corrupção é uma doença que penetra as mais profundas fibras da vida coletiva, permeia as maneiras e perverte o julgamento dos cidadãos sobre honra e glória.”*

⁴³ Nesse sentido, o melhor exemplo é o de sua própria cidade, Florença, mostrado no livro I capítulo 8 dos *Discursos*. Contrapondo-a, novamente, com Roma, Maquiavel mostra a distinção entre as disputas públicas – voltadas para questões de interesse mais amplo e resolvidas pelos meios ordinários das leis e instituições – e as lutas facciosas – baseadas nos interesses e questões particulares e, quase sempre, resolvidas por meios extraordinários.

dos cidadãos pela servidão. Tudo isso decorrente também da leniência e ociosidade dos cidadãos, incapazes de sustentar a liberdade comum; de modo que, desrespeitando leis e instituições e não confiando mais nas deliberações delas – quando então perdem autoridade –, os cidadãos se voltam para si mesmos e seus interesses. Maquiavel alerta, então, para o perigo do poder exagerado (e desigual) de alguns homens e de suas grandes riquezas com a inclusão daqueles que vivem ociosamente delas. Isso porque, tais homens, que possuem muitos outros leais exclusivamente a eles – por favores e dependência pessoal –, conspiram e amealham partidários, corrompendo instituições e acumulando grande poder a ponto de desafiar a constituição da cidade. Dentre outros, o exemplo maior aqui é Júlio César. Louvado pela sua elevada *virtù* militar e política, César é considerado pelo florentino um líder demagogo que destruíra o *vivere civile* em Roma – ou do que restara dele – sem que o povo romano, já corrompido, percebesse o jugo que se lhe impunha. Quando facções, comandadas ou subordinadas a esses homens, conseguem ocupar exclusivamente para elas o espaço público de deliberação, temos um povo corrompido e inábil para a vida livre.

A queda de um povo na servidão e a inabilidade para viver livremente são as marcas, então, da corrupção do corpo político. Incapazes de resistir, os cidadãos se corrompem ou recaem numa vida servil mais facilmente quando estão vinculados a regimes incompatíveis com a defesa do bem comum e da liberdade. São os casos, diz o florentino, dos regimes principescos, que pretende contrapor às repúblicas e seus governos de leis e cidadãos ativos. Os homens, vivendo sob o arbítrio de um monarca, adquirem hábitos servis, nos quais não há espaço à participação política. Todas as deliberações se tornam a vontade e interesse único do príncipe, que pode dispor como bem entender das leis e, conseqüentemente, dos que lhe são súditos. Tais regimes acabam condicionando as glórias, prêmios e castigos segundo a vontade arbitrária de quem governa, desvinculando os interesses dos sujeitos em progredir a si mesmos e ao corpo coletivo do qual fazem parte⁴⁴.

A vida republicana, por outro lado, é marcada pela presença em maior ou menor grau do autogoverno dos cidadãos e de uma igualdade por meio da qual se estabelece

⁴⁴ O condicionamento dos regimes principescos é sempre voltado aos interesses pessoais da tirania e de quem dela se favorece. No segundo capítulo do livro II dos *Discursos*, Maquiavel diz a respeito dos príncipes que “suas conquistas somente a ele aproveitam, e não a sua pátria” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p.187).

um viver livre e o entendimento de um real bem comum. Nela há, naturalmente, um engajamento coletivo maior na medida em que os membros do corpo social veem seus interesses vinculados ao resto da coletividade. Tal engajamento passional ao corpo político se denomina para Maquiavel e o republicanismo como o amor à pátria, pela qual se mobiliza a defesa da república. Comungados e afeiçoados a um propósito comum – de defesa da pátria e da liberdade vinculadas às instituições republicanas e às leis que a governam –, os cidadãos desenvolvem suas virtudes cívicas, ensejando boas práticas e, junto com elas, o fortalecimento da coisa pública. Para Maquiavel, somente a vida livre e a busca do bem comum nas cidades é capaz de engrandecê-las, sendo o exemplo maior, para ele, o de Roma quando se libertara dos reis⁴⁵. E é, justamente, nas repúblicas, onde há um maior comprometimento cívico dos cidadãos, que se vê a afeição ao bem comum e à liberdade. Somente ainda em um regime livre os homens podem desfrutar como desejam dos próprios bens, sem o medo de serem despojados arbitrariamente deles; de modo que, nos regimes republicanos, existe um incentivo à produtividade na multiplicação das riquezas particulares, abertas ao livre gozo dos proprietários⁴⁶. Maquiavel afirmará que os homens nas repúblicas *“competem pelas vantagens públicas e privadas, e ambas crescem maravilhosamente”*⁴⁷. Assim, o secretário florentino reforça a defesa de seu republicanismo ao considerar o regime não só menos propenso a se corromper, mas também mais inclinado a desenvolver os potenciais dos cidadãos.

⁴⁵ Maquiavel afirma segundo capítulo do livro II dos *Discursos* a respeito da relação entre a presença de um bem comum e o engrandecimento da cidade: “[...] é fácil entender donde provém nos povos essa afeição pela vida livre porque a experiência mostra que as cidades nunca crescem em domínio e nem em riquezas, a não ser quando são livres. [...] é de admirar acima de qualquer coisa a grandeza a que chegou Roma depois que se libertou dos reis. É fácil entender a razão, pois o que engrandece as cidades não é o bem individual, e sim o bem comum]” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p.186)

⁴⁶ Tal entendimento se encontra ainda no início do livro II, capítulo 2, dos *Discursos*. Nele, Maquiavel se aproxima do postulado básico do pensamento liberal econômico clássico de que a liberdade – dos indivíduos e das nações no livre mercado – conduz à multiplicação dos bens e serviços, sendo com isso a razão da maior geração de riqueza. Porém, embora Maquiavel reconheça os bons incentivos econômicos gerados pela vida livre, também alerta dos perigos, no âmbito político, das grandes riquezas nas mãos de cidadãos ambiciosos e vaidosos. Tais indivíduos buscam solapar a vida livre pelos seus interesses privados, sobrepondo-os ao bem público com maior facilidade graças aos recursos de que dispõe. Além disso, quanto maior são essas riquezas particulares, maiores as dificuldades de manter um princípio igualitário nas repúblicas. Assim, a riqueza é boa à medida que faz uma cidade crescer e ser mais produtiva – competindo de igual modo com as honras públicas –, mas se torna ruim quando corrompe as virtudes cívicas essenciais para sustentar a liberdade política.

⁴⁷ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, II, cap.2, p.191.

Enfim, em termos gerais, podemos falar que, em Maquiavel, a corrupção – como sobreposição dos interesses particulares ao bem comum – é um fenômeno político ligado à perda do vigor inicial da fundação – de sua *virtù* criadora – decorrente de um desgaste natural do tempo. Uma vez fundado, o corpo político expressa a emergência e a necessidade da sua constituição. Com o transcorrer dos acontecimentos históricos, a consciência dessa necessidade se esvai e, da mesma maneira, dilui-se os valores e bens comuns que um dia o estabeleceram. Os vínculos que uniram o corpo político se desfazem ou se enfraquecem: as leis, vistas antes como necessárias para regular às relações, passam a ser desobedecidas com maior frequência à medida que o valor dado a elas se perde na memória coletiva; da mesma forma, o bem comum, que regia as decisões e relações do corpo político, perde sua força agregadora. Nesse sentido, Maquiavel fala da lembrança que se vai em meio as coisas antigas, fazendo com que se busque alternativas a elas⁴⁸ que sejam mais adequadas ao tempo presente. Nesse processo gradativo da corrupção, a imagem ou representação do corpo político é alterada, atingindo mormente sua autoridade. O mundo da política e das coisas humanas se constituirá de tal modo que, veremos doravante, é preciso estar aberto a processos renovadores para continuamente fazer valer as ordenações e leis arranjadas.

Antes e depois de Maquiavel, o pensamento político colocou em evidência a importância de se refletir as origens das cidades e nações e o modo como se desfazem. Mais do que mera curiosidade nostálgica pelo passado e receio pelo futuro, tratava-se de encontrar os vínculos da coexistência humana para além do presente e de princípios teológicos-políticos; uma temporalidade através da qual se materializa os elos da história transcorrida e da vindoura, fortalecendo certo sentido comum entre os cidadãos. Nesse esforço Maquiavel observa as fundações como instantes definidores dos corpos políticos, e a inapelável corrupção como processo desordenador dos projetos fundacionais.

Diante disso, restará somente postergar o inapelável fim das obras políticas.

⁴⁸ Nesse sentido, lemos em *O príncipe*, II, sobre a ação do tempo: *Com a antiguidade e a continuidade do poder, apagam-se as lembranças e as razões das alterações; pois uma mudança sempre deixa preparadas as fundações para a edificação da outra*”.

Refundação: a necessária volta aos princípios

A renovação e o tempo das coisas

Apresentadas os principais problemas envolvendo as fundações e o tema precípua da corrupção, podemos nos voltar por fim ao da refundação ou renovação política. Veremos como é descrita na obra do florentino, avaliando quem a empreende e com quais propósitos.

Sobre a imagem antiga da renovação política vale mencionar a influente perspectiva de Cícero. Na obra parcialmente perdida *Da República*, sobre a qual o orador romano expusera suas convicções políticas, há uma compreensão bastante clara do significado de se renovar uma forma política, mostrando a maneira como a república romana a fazia. No livro quinto da obra, vemos a reflexão sobre a que se deve a longa continuidade de Roma, atribuindo tal feito às antigas instituições, às cultuadas tradições, aos heróis da pátria e aos homens ilustres que souberam perpetuá-las através do exemplo dos antepassados; contudo, enquanto louva, o orador romano também lamenta sua época, na qual inexistente o mesmo ímpeto antigo de se mirar os costumes e tradições para restaurar o presente nos moldes antes estabelecidos. A analogia trazida por Cícero é a de uma pintura a ser restaurada, tal como a república:

*“[...]antes da nossa época, vemos a força dos costumes elevar varões insígnies, que por sua parte procuravam perpetuar as tradições dos seus antepassados. Nossa idade, pelo contrário, depois de ter recebido a República como uma pintura insigne, em que o tempo começara a apagar as cores, não só não cuidou de restaurá-la, dando novo brilho as antigas cores, como nem mesmo se ocupou em conservar pelo menos o desenho e seus últimos contornos”.*⁴⁹

A imagem da renovação política é cristalina ao mostrar as práticas abandonadas pelos contemporâneos a Cícero. A perda da república está na incapacidade dos romanos de seu tempo restaurarem os contornos e o brilho das cores do desenho original, da forma antiga da cidade em seu esplendor, de se voltar para o que ela fora um dia. Assim, preconizada por Maquiavel, a volta aos princípios é representada por Cícero pela restauração das cores de uma pintura e a fidelidade aos contornos de seu desenho, que moldaram as tradições e hábitos que forjaram a glória romana. E, tal como Maquiavel

⁴⁹ CÍCERO. *Da república*. Tradução Amador Cisneiros - São Paulo: Edipro, 2011, p.97.

menciona a respeito da memória esvaída, o orador romano ainda menciona o *pó do esquecimento*, o qual apaga os contornos do desenho da república e retira seu brilho inicial, tornando os bons costumes antigos em vícios odiosos cuja predisposição leva ao abandono da vida cívica.

A renovação ciceroniana enxerga tão somente o caso particular de Roma e a vê como um desenho verdadeiramente notável, uma fundação inigualável; já a maquiaveliana, que busca ir além, procura lições para repúblicas cujas fundações são menos insígnies, descrevendo o processo pelo qual passam. O secretário florentino deixa claro que as fundações são imperfeitas e fracassam na busca da perpetuidade estanque; é sempre, pois, obra inacabada em que não se prende ao momento único no qual se fez, mas se desdobra no tempo em acontecimentos imprevistos (submetida como todas as coisas à *fortuna*). A ação do tempo e a contingência impedem pensar na perenidade da organização política e colocam em questão os meios de resistir às forças desordenadoras e ao esquecimento.

Impõe-se a questão de, ao menos, trazer alguma durabilidade ao corpo político diante do processo corruptivo. Maquiavel, sabendo bem disso, coloca a necessidade de renovar a vida civil a fim de fazer o corpo político perdurar. Uma questão constante em sua obra – mencionando muitas vezes os processos de renovação e reforma do Estado para efetuar seu reordenamento; mas que possui a melhor expressão dela no início do livro III dos *Discursos*, quando o florentino explicita o que entende ser a necessidade de voltar aos princípios por meio dos quais o corpo político fora fundado:

“A grande verdade é que todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida; mas as que seguem todo o curso que lhes é ordenado pelo céu geralmente são aquelas cujo corpo não se desordena, mas se mantém de modo ordenado, sem alterações, ou, se as houver, com alterações que o tornem mais saudável, e não o danifiquem. E como estou falando de corpos mistos, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta aos seus princípios. Portanto são mais bem ordenadas e tem vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram.”⁵⁰

⁵⁰ Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, III, cap. 1, p.305.

Maquiavel apresenta no trecho a forma mais bem-acabada de como compreende a renovação política: um retorno ao início. Maquiavel fala – novamente em termos da metáfora orgânica ou médica – de um corpo político saudável, constituindo a volta aos princípios a medida que restabelece o seu bem-estar.

A necessidade de todas as formas políticas se renovarem se dá por duas razões ligadas ao fenômeno da temporalidade. A primeira já discutimos e está expressa em outras passagens da obra: as obras humanas estão sempre em movimento, sendo necessário constituir arranjos institucionais maleáveis ao tempo e às suas transformações sucessivas e imprevistas; já a segunda – expressa na citação acima –, pois todas as coisas possuem seu tempo, corrompem-se de modo a ser preciso que as repúblicas e seitas, a fim de perdurarem maior tempo, estejam abertas a processos de renovação e reforma que as restaurem. O movimento incessante da vida política e o tempo predeterminado das coisas são as razões pelas quais refundação deve estar sempre no horizonte dos agentes políticos.

Ainda no início do livro III, o florentino assinala seu entendimento da refundação revelando que, tal como pensara Cícero, trata-se de um retorno ou volta para uma melhor forma existente, desenhada ou criada no passado:

“Para renová-los, como dissemos, é preciso fazê-los voltar aos seus princípios. Porque todos os princípios das seitas, das repúblicas e dos reinos não de ter em si alguma bondade, pela qual retomem o prestígio e o vigor iniciais.”⁵¹

A “bondade”, o “vigor” e o “prestígio” iniciais são os princípios que estiveram presentes na fundação originária e que, no transcorrer dos acontecimentos, perdem a força que detinham em sua origem. Na bondade inicial, estão postas noções como da justiça e da religião, que convergem as mentes para algo de mais elevado; enquanto nos princípios de vigor e prestígio, encontramos o sentido maior de uma autoridade política, que detém a confiança dos homens. Necessária de tempos em tempos, quando o corpo político acumula desgastes e males, os quais rebaixam a *virtù* antes existente, a renovação serve como remédio para revigorá-la de modo a restituir seu princípio organizativo inicial.

⁵¹ *Idem.*

As ações de renovação são ainda semelhantes às efetuadas pelos fundadores. Tanto a fundação quanto a refundação se interpõem diante da necessidade de instaurar ou reinstaurar a vida política, sendo os dilemas e atores desses dois processos quase idênticos – o que os diferencia, sobretudo, é a presença maior do povo e seus conflitos no processo de refundar os corpos políticos. Os gestos de criar e recriar o social se fazem, na prática, uma tarefa contínua; utilizam, portanto, um instrumental de sujeitos e meios extraordinários semelhantes. A refundação política é continuidade da fundação, uma fundação contínua⁵²: a necessidade que se apresenta para renovar os elos sociais enfraquecidos, de dar novo vigor a eles (no limite, como alguns veem, apagam-se as distinções entre ambas). A noção de continuidade aqui expressa a necessidade de constantemente validar as leis e as instituições, as quais perdem o vigor na medida em que nenhuma fundação é capaz de impedir a ação corruptiva a tornar a forma política e a matéria dela incompatíveis com o tempo.

Atuando no limiar entre a existência e a destruição do corpo político – nos extremos da vida política –, a refundação explicita mais claramente a problemática política em Maquiavel. Isso é devido, podemos dizer, à sua circunscrição ao que há de mais fundamental nela: criar e preservar a estabilidade em meio às variações constantes das coisas e dos homens. Essa questão remete às condições da ação política e sua efetividade, de modo que se possa lidar com questões vinculadas às maneiras pelas quais se pensa a vida em comum e sua natureza, desprovida de idealizações e submetida a construção voltada para um entendimento de um bem comum mundano.

As vias da refundação

Inicialmente, vejamos as espécies de renovação referidas no capítulo primeiro do livro III dos *Discursos*. Para Maquiavel, os corpos políticos se renovam por razões externas – “*acontecimentos extrínsecos*” – e por razões internas – “*prudência intrínseca*”. Cada uma dessas razões ou processos de refundação traz de volta, por diferentes vias, a consciência da necessidade da sociabilidade que um dia existira na fundação originária.

⁵² O termo fundação contínua, utilizado por comentadores como Newton Bignotto (BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 2015, p.163), sintetiza o entendimento de não haver uma fundação perfeita e acabada – concernente unicamente ao passado – na obra maquiaveliana, e sim uma fundação que adquire inúmeros desdobramentos ao longo do tempo e que necessita de reposta a cada instante.

A lógica imposta no passado é recolocada no presente, defrontando os homens novamente com os dilemas mais elementares da vida política. A regeneração aqui não é só do corpo político, mas de sua matéria, que volta a ser boa ou menos corrompida. Isso pode ocorrer pelas ações de alguns indivíduos ou pela dinâmica própria do corpo social e seus conflitos, mas, de uma maneira ou de outra, a refundação recoloca em primeiro plano a urgência da união do corpo político, resgatando – através de ações e exemplos – certa memória histórica e a *virtù* existente no passado. Nesse sentido, a tradição e a religião detêm importante papel, uma vez que podem realizar a conexão com o passado e fortalecer os vínculos sociais⁵³. Maquiavel certamente reconhece esse papel dos valores tradicionais, o qual veremos melhor mais à frente; basta, por enquanto, dizer que a renovação busca igualmente religar ou restaurar os elos do passado e do presente, tornando os homens aptos novamente à coexistência.

Quando se fala em acontecimentos extrínsecos no texto maquiaveliano, temos as guerras, os desastres naturais e outras ameaças externas que colocam em jogo a existência do corpo político. Em tais momentos emergenciais ficam novamente em evidência os motivos pelos quais estão unidos os membros do corpo político. Antes deles, segundo o florentino, a cidade em parte ou toda corrompida se vê distante da antiga *virtù*, descrente das leis e ordenações locais, assim como da “*observância da religião e da justiça*”. Por conta disso, encontra-se cindida nos interesses particulares, sem consciência de um sentido comum. Maquiavel relembra então o trauma da invasão gaulesa relatado por Lívio (o primeiro e único saque da história da cidade no período anterior a Cristo), que fizera Roma, vencida e indefesa, pôr-se de joelhos aos invasores estrangeiros, mas também pusera diante de um destino comum. No episódio, perante uma humilhação inimaginável, os romanos refundaram a própria cidade, cabendo tal tarefa a Marco Fúrio Camilo, que expulsara os gauleses e reordenara a cidade, sendo considerado e exaltado como um segundo fundador de Roma. A cidade – reunida novamente – renascia pelo “*golpe extrínseco*” da invasão, dando ensejo a uma “*nova virtù e nova vida*”. Tal renascimento significava também uma “*retomada*” das antigas ordens e modos da cidade, revalorizando novamente a religião, os bons costumes e os

⁵³ A etimologia do termo religião é incerta, vindo do latim *religio* e, antes dele, *religare*. Deste último o sentido extraído é o de “religar”, significando *religio* aquilo que liga ou religa os indivíduos a algo. Já tradição, também do latim, origina-se de *tradere*, “transferir” e “entregar”. A ideia aqui é de transmissão de um certo legado do passado, sua herança.

bons cidadãos. Pelos termos utilizados, o florentino entrevê nesse primeiro modo de refundação o caráter intermédio dessa ação política, que, ao mesmo tempo, retoma as coisas antigas e traz à tona novas – o que será melhor abordado na terceira parte desta dissertação.

Contudo, Maquiavel vê tais razões externas como as mais inadequadas para a refundação. Os motivos são bastante claros: imprevisíveis por não estarem sob o controle de nenhuma ordenação, são as formas de renovar mais perigosas e instáveis. No caso de uma guerra externa – cujos resultados são de grande imprevisibilidade –, o conflito pode durar mais tempo do que se imagina e a mais dispêndios também, assim como levar a derrota e a humilhação dos que a empreendem buscando glórias. Os desastres naturais – de epidemias a terremotos – estão no campo dos acontecimentos fortuitos, sendo pouco ou nada previsíveis. Cada governante pode buscar as melhores oportunidades em tais eventos, porém, embora glórias maiores sejam concedidas por esses meios, as garantias de obtê-las são mais incertas.

De modo que Maquiavel verá maior segurança ao corpo político se este puder contar com os meios intrínsecos de se renovar do que com os extrínsecos. Tais meios ou as razões internas capazes de refundá-lo são de duas ordens: uma correspondente às diferentes formas de aplicação da lei; e a outra, ao surgimento de um ou mais indivíduos destacados pela *virtù* pessoal – “*bons homens*” – capazes de ações extraordinárias. Com relação a este último modo, Maquiavel fala da força moral dos grandes exemplos de abnegação e comprometimento com as causas das repúblicas e seitas, o que faz com que se reanime o ânimo e a *virtù* perdidas nelas. Para exemplificar, o florentino cita figuras, para a república romana, como as de Marcos Régulo e Horácio Cocles; e, para as seitas religiosas – o catolicismo –, figuras como as de São Francisco e São Domingos. As ações destes são exemplares e extraordinárias ao ponto de modificar as representações dos membros do corpo político – dos melhores cidadãos aos piores – a respeito da vida política e do bem comum. Assim, por um lado, trata-se de exemplos de tão alto valor e dignidade que levam muitos ao desejo de imitá-los, ansiando através das ações a mesma reputação e virtude. Por outro, temos a vergonha dos que, de algum modo, contrariam os exemplos extraordinários daquelas figuras emblemáticas. A partir então desses exemplos admirados há, por certo período, uma correção dos costumes corrompidos locais. Os atos de grande *virtù* são didáticos e operam no imaginário geral,

constituindo um forte meio para resistir à corrupção. Da mesma forma que Cícero mencionara os exemplos dos antepassados, Maquiavel menciona os atos exemplares de virtude cívica para as repúblicas e seitas se fortalecerem.

A aplicação das ordenações legais corresponde à última forma de renovar o corpo político, tratando-se do processo menos contingente deles. Enquanto as demais formas já relatadas dependiam sempre de acontecimentos excepcionais e inconstantes, a refundação pela via das leis e ordenamentos é uma forma mais regular de relembrar aos membros do corpo político as razões pelas quais coexistem, voltando “aos seus princípios” ou “condições iniciais”. Para exemplificar, Maquiavel menciona o conflito entre a plebe e os grandes que resultou nos tribunos e nas leis que puniam as ambições e insolências contra o povo; o conflito no interior do corpo social conduz à renovação política, sendo o povo o grande ator do processo. Em outro exemplo, citando bons cidadãos que reafirmam as leis, dentre os quais Brutus – que mandara executar os próprios filhos conjurados –, o florentino sinaliza o quanto há de extraordinário e notável na firme aplicação das leis, relembrando as razões da existência delas e a submissão devida. E, para que isso seja efetivo ao longo do tempo, considera ainda necessário que as punições devam ser executadas periodicamente de dez em dez anos. A ausência de aplicação durante tal decênio faz crescer, no conjunto de cidadãos, maus elementos e, com eles, más condutas de desrespeito às leis; pois, quando a memória da punição se esvai, os sujeitos se tornam mais atrevidos⁵⁴. O caminho natural a partir daqui, para o florentino, é a busca por novas alternativas nas mãos dos que desejam arruinar a república e submeter seus membros.

Uma contradição aparente está em Maquiavel apontar a necessidade de bons cidadãos, que apliquem devidamente as leis e ordenamentos e, ao mesmo tempo, exemplificar esse modo de agir com os Médici. A antiga família governante de Florença utilizava, segundo o florentino, de execuções memoráveis a cada 5 anos, instigando o

⁵⁴ No primeiro capítulo, livro III, dos *Discursos*, Maquiavel se refere a necessidade observada na Florença sob governo dos Médici (1434-1494) de retomar o estado a cada determinado período, pois as lembranças dos homens quanto aos prejuízos que poderiam advir com a ausência de determinado regime se apagam com o tempo: “Mas, quando a lembrança de tais danos se apaga, os homens passam a ter a ousadia de tentar coisas novas e de falar mal do governo; por isso, é necessário acautelá-los, realizando um retorno aos princípios”. De forma semelhante em *O Príncipe*, capítulo II, menciona a ação do tempo sobre a memória: “Com a antiguidade e a continuidade do poder, apagam-se as lembranças e as razões das alterações; pois uma mudança sempre deixa preparadas as fundações para a edificação da outra”.

terror nos corações dos cidadãos ao lembrar a dureza de seu regime familiar. Os Médici seriam desse modo bons cidadãos aos olhos de Maquiavel? Não parece exatamente isso a se dizer. O secretário está a descrever o modo como os regimes despóticos ou principescos tal qual dos antigos regentes florentinos se valem quase exclusivamente do medo para se renovar, enquanto, nas repúblicas, a admiração e o amor à pátria seriam mais utilizadas com esse intuito. Contudo, o medo contribui também nas refundações republicanas; o exemplo mencionado de Brutus ao ordenar e assistir a execução dos próprios filhos igualmente instiga o temor – pela rigidez da aplicação das leis – e a admiração – pela grande devoção cívica acima do amor filial. Por meio do uso dessas paixões, validam-se as leis, que, dentro das repúblicas, são constituídas pelo desejo negativo do povo de se ver livre da opressão; portanto, acentuo que as refundações se fazem por diferentes vias passionais conforme a adequação delas aos regimes e seitas a se renovarem. Com efeito, cabe indagar sobre o que envolve, em Maquiavel, o reengajamento dos corações e mentes para a vida política em uma esfera pública livre.

A admiração e um termo chave

Amor e medo compõe as paixões necessárias para as refundações; e estão presentes em maior ou menor grau a depender do que carece o corpo político e sua forma de governo. A refundação política envolve mover ao menos uma ou mais de tais paixões para que os sujeitos, de algum modo, voltem a ser obedientes às leis e instituições. E isso pode ser realizado ao resgatar o apreço por elas enquanto protetoras da liberdade e da coisa pública, valendo-se ora de um sentimento comum dos cidadãos – o amor que detêm pela pátria – ora, de outro modo, pelo medo da desagregação social – do caos advindo da leniência e falta de punição das leis. Ambas as paixões fazem parte dos processos renovadores que contam com elas em graus variados e até mesmo com a ausência de uma ou de outra – caso dos principados, tendente mais ao uso do terror do que de qualquer sentimento patriótico, o qual, pelo apreço ao bem comum, é mais presente nas renovações das repúblicas.

Outro dos expedientes passionais para a renovação é a admiração. Trata-se do mais complexo desses sentimentos envolvendo os modos de renovar e fundar, pois faz que haja obediência e reverência no interior deles por vias mais tortuosas. Antes de

tudo, é preciso entender que a admiração pode ser mais racional e menos emocional do que aparenta. Assim como o amor e o medo, ela está atrelada aos juízos realizados pelos sujeitos; contudo, tal juízo se baseia em considerações mais objetivas, que distinguem as qualidades pertencentes àqueles que comandam. Com isso, trata-se de uma via mais racionalizada para se obter o assentimento dos sujeitos uma vez que a emotividade detém um papel secundário, conquanto não ausente. O sujeito avalia as capacidades e força daqueles que governam; depois, feito o juízo, o sentimento de admiração surge e, com ele, o assentimento é dado. Capitães vitoriosos em batalha, um senador ou tribuno visto como possuidor de elevada excelência moral e bom senso, um príncipe que sabiamente resolve questões; todos admirados em algum grau adquirem aprovação por meio de juízos objetivos e racionalizados em um primeiro momento. E, quanto mais qualidades e perfeições distintas percebidas, mais tende a ser forte a imagem como autoridade junto ao sentimento de admiração e respeito.

Ainda veremos melhor na próxima parte o que constitui a noção de autoridade em Maquiavel, mas, por ora, tratemos preliminarmente de outra que lhe é relacionado ou correlato. Falo da noção de reputação (*riputazione*). O florentino a menciona como condição pré-existente e determinante nas fundações, de maneira que nenhum corpo político possa almejar se constituir e se manter sem. No início do livro III dos *Discursos*, está inserida no segundo parágrafo e na conclusão do seu primeiro capítulo. O florentino inicia afirmando que as seitas, reinos e repúblicas carregam bondade em seu princípio – bondade que, ao ser retomada, traz de volta o *prestígio inicial (la prima riputazione)* – e termina a dizer da vida em comum delas a importância em “*devolver-lhe a reputação que tinha no início*”. Nesses termos, deixa claro que a reputação, que se fizera antes presente nas fundações, é variável e pode se apartar do corpo político – a bondade do princípio que traz boa reputação, diz Maquiavel, corrompe-se com o tempo –, convertendo-se em desprestígio e instabilidade. Sendo por isso tarefa indispensável o resgate da reputação no intuito de renovação de qualquer corpo político, que carece de reconhecimento, sobretudo nos momentos instáveis da vida política. Para nosso autor, trata-se da tarefa mais necessária a se cumprir para constituir uma vida em comum, seja em que regime for⁵⁵.

⁵⁵ De modo que Maquiavel conclui o capítulo apontando a importância de manter a reputação do corpo político: “*Conclui-se, portanto, que não há coisa mais necessária à vida comum, seja em seitas, reinos ou*

Não há nenhum engano ao se dizer que se trata de uma noção chave para compreender as refundações políticas, posto que, com a reputação, está em jogo a boa imagem ou representação do corpo político e de suas instituições. Tal representação é sempre inconstante devido às já mencionadas variações da fortuna e à inquietude dos homens. De maneira que, de tempos em tempos, é sempre preciso restaurar a imagem do corpo político, que, quanto mais deteriorada, mais perigos, crises e instabilidades se fazem aflorar⁵⁶, gerando o dilaceramento dos laços sociais junto ao esquecimento (ou perda) de qualquer referência a um espaço público em que possa subsistir a liberdade política.

A compreensão do que significam essas representações nos ajudará a enxergar não só o regime das aparências na política, mas também a compreender como participam na construção do campo simbólico em que os agentes políticos atuam. Veremos que a lógica política é regida em grande medida pela produção e reprodução de imagens, as quais, ao fim e ao cabo, contribuem para estabelecer os contornos – as possibilidades e limites – das diferentes ações políticas e a natureza delas em Maquiavel.

repúblicas, do que devolver-lhe a reputação que tinha no início [...]” (Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, p.310)

⁵⁶ Em *O príncipe*, Maquiavel menciona a importância dessa boa imagem para a manutenção da estabilidade política: “*O príncipe que infunde esta ideia de si mesmo é altamente reputado e dificilmente se conspira contra quem é bem reputado, como dificilmente o atacam, visto que todos sabem ser ele estimado e reverenciado pelos seus*” (*O príncipe*, cap. XIX, p. 87”).

II – Representações políticas: a imagem do ator político

Observadas as questões que permeiam o problema da refundação maquiaveliana, é momento de aprofundá-las. Até aqui foi visto que a refundação responde a necessidade periódica de se recolocar ao corpo político as razões que um dia o instauraram, de modo a dar a ele uma nova vida resistindo aos efeitos da ação deteriorativa e desordenante do tempo; e também que um termo chave para a compreensão da ação renovadora é o de reputação. Considerando a centralidade deste para a refundação política, devemos examinar melhor adiante o modo como são realizados os juízos políticos, os quais envolvem as noções de poder e autoridade. Tais juízos que formam as representações no âmbito político são, em Maquiavel, determinantes para se buscar o assentimento às ações políticas e ao êxito delas. Nesse sentido, veremos que o florentino primeiramente conduz o entendimento dos acontecimentos da vida em comum para os usos da força e da retórica, traçando os contornos das representações políticas. De modo que precisamos antes esclarecer como a força e a retórica funcionam para delimitar a produção dos juízos que constroem a imagem do ator político como agente de poder e autoridade. A tarefa será então a de apresentar como esses termos se relacionam na obra maquiaveliana, buscando definir e distingui-los nos seus diferentes usos, sobre os quais, veremos, adquirem diversos sentidos. A partir disso, podemos estabelecer os elementos que condicionam a renovação maquiaveliana, sobretudo a autoridade política.

O fenômeno do poder: aparência e representação

A possibilidade de uma definição do poder em Maquiavel

Na história do pensamento político, Maquiavel reposicionou a questão do exercício do poder, tornando-a inescapável a quem buscava se imiscuir nos assuntos políticos. A partir da obra do florentino, ignorar a centralidade da busca e conservação do poder se tornou atitude ingênua ou, na melhor das hipóteses, especulação vazia e desatenta. Para Maquiavel, a lógica da política é a lógica do poder, das forças sociais e do embate que travam, guiados pelos desejos de dominar e o de ser livre, dos grandes e do povo. Sem nenhuma menção a princípios divinos (e nem éticos), a secularização do

pensamento político ganhou forte impulso na obra maquiaveliana ao tomar uma visão pragmática e mundana da política. Com isso, Maquiavel efetuou uma ruptura radical a respeito da natureza da vida em comum, dessacralizada e tomada como fenômeno das ações humanas e, acima de tudo, das forças antagônicas presentes nela.

Contudo, mesmo diante de tal impacto não é correto atribuir ao florentino qualquer teoria a respeito do poder político através do qual um entendimento sobre sua natureza seria claramente exposta. Maquiavel buscava a lógica social entranhada no exercício da força, e não uma definição ou universal que o determinasse⁵⁷. Tal lógica investigada move constantemente os atores políticos, colocando-os ora unidos ora uns contra pelos antagonismos; de modo que a vida política – intrinsecamente dinâmica – vê-se sempre indeterminada diante de desejos inconciliáveis e nunca de todo satisfeitos. No fim, buscar pela essência do poder político seria subordiná-lo a princípios outros, os quais dificultariam o entendimento dos mecanismos que o operam dentro de uma ordem social sempre dividida e instável. A análise maquiaveliana do poder está mais próxima a um exame fenomenológico do que ontológico, medindo e observando as ações e contextos históricos nos quais se manifesta – longe, assim, de qualquer postulado essencialista do tipo aristotélico e jusnaturalista.

Embora a dificuldade de delimitar um conceito maquiaveliano de poder político, é possível extrair um entendimento em Maquiavel a partir da descrição realizada por ele de seu exercício na história das repúblicas e dos principados. Veremos que, enquanto fenômeno das relações de forças no âmbito público, pode-se muito bem pensar o significado do poder para o florentino. Assim, antes de obter tal definição, é preciso observar como se configura o exercício político do poder para Maquiavel, que está relacionado com os usos da força (violência extraordinária em último caso) e da retórica (a palavra persuasiva).

⁵⁷ Trata-se de considerações distintas daquelas comuns em filosofias do direito natural, nas quais se buscam universais das categorias políticas. Nas palavras de Sérgio Cardoso, o pensamento maquiaveliano atua em outro registro, menos interessado em essências perenes e mais voltado para o que move de fato as relações políticas. Diz ele: “[...] Maquiavel afasta-se da perspectiva do direito natural clássico e de seus postulados essencialistas, mantendo-se exclusivamente no registro da lógica que governa a instituição e manutenção da ordem social, da lógica que se manifesta na própria experiência da vida política.” (*A crise do Estado-Nação*, p.132).

Política e retórica nos contextos renascentista e florentino

Quando se consideram as ações extraordinárias dos agentes políticos – as de que a fundação e refundação fazem parte –, a fama do florentino se faz notar à medida que seus escritos enfatizam os meios violentos e sua necessidade (ou eficácia)⁵⁸; no entanto, Maquiavel, como se sabe, não se limita à mera violência exercida pelos príncipes para analisar as ações políticas. Conceder demasiado peso ao papel da violência na obra maquiaveliana é desconsiderar a complexidade que o florentino enxerga do exercício do poder no campo das aparências e imagens; de tanta ou maior importância quanto a da força. É preciso, portanto, atentar ao papel da retórica em Maquiavel, menos reconhecido ao distinguir uma dimensão persuasiva do poder que afeta diretamente a imagem e reputação dos agentes e instituições políticas.

Como disciplina da antiguidade retomada no período renascentista, a retórica é refletida por Maquiavel em um contexto de revalorização dela no âmbito político. Sua recuperação, junto aos estudos dos clássicos, atende às novas ideias e reivindicações inseridas naquele tempo; sobretudo, atende a uma nova visão de mundo, na qual os homens e as coisas mundanas são revalorizadas diante das abstrações e universalismos dos modelos medievais. Muito embora não estivesse ausente na Idade Média, a retórica readquirira na Itália uma nova dimensão, desde a literatura até a política, retomando o status elevado que tivera durante muito tempo nas cidades-estados gregas e na Roma republicana. Devemos brevemente, então, tecer algumas considerações a respeito da recuperação da disciplina retórica na vida política e cultural do período antes de tratá-la com relação ao fenômeno do poder em Maquiavel.

No período medieval, a retórica ou arte oratória estivera circunscrita ao campo literário após perder espaço com a decaída dos sistemas de governo antigos, recuperando o prestígio passado somente com o surgimento das cidades italianas autônomas. O grande expoente dessa retomada foi o renomado poeta italiano Petrarca.

⁵⁸ Respondendo a isso, alguns se propuseram, ao longo do tempo, a distingui-la da violência, caracterizada como uma forma de ação extra ou pré-política, revelando não o êxito, mas o fracasso dos meios políticos e a falência da autoridade – a política se materializaria não na disputa violenta pelo poder, e sim no espaço público livre, no qual os sujeitos deliberam coletivamente os assunto de interesse comum. Hannah Arendt é quem mais enfatizou a distinção. O poder, para Arendt, é expressão da ação humana coletiva ao se constituir a política como finalidade, nunca sendo individual, mas uma criação de sujeitos unidos de comum acordo; já a violência constitui em algo meramente instrumental, uma via para fins que a justifiquem e, por conta disso, não pode ser considerada a essência da vida política (ARENDR, Hannah. *Crises da república*. Tradução José Volkmann - São Paulo: Perspectiva, 2015, p.123).

Representante maior do humanismo e da poesia renascentista, Petrarca buscara junto a outros a recuperação e imitação dos textos clássicos, os quais proporcionariam uma perspectiva renovada do valor dos homens e do mundo em meio ao contexto decadente do período. Contribuíram, com isso, para a moldura do novo cenário cultural humanista⁵⁹. Além disso, a defesa de Petrarca do modelo clássico de formação ou educação do homem⁶⁰ também foi um passo importante na reabilitação da arte oratória. Em contraposição aos modelos educacionais dos escolásticos, envolvidos em questões de pouca monta para a vida prática das cidades, os humanistas buscaram um novo sistema educacional nas “*studia humanitatis*”. Em tais estudos, buscavam-se maneiras não só de ampliar os saberes, mas também de bem expressá-los com o intuito de obter a melhor transmissão deles, algo que a escolástica negligenciava com o estudo preponderante da lógica. A retórica atende especificamente a necessidade de transmissão dos conhecimentos ao instruir à produção de discursos eloquentes, nos quais o pensamento em obtém uma boa expressão estética e também argumentativa. Com efeito, era natural que os estudos sobre a retórica fossem novamente difundidos e incentivados, de maneira a aprimorar as formas de expressar os pensamentos e as novas ideias em ascensão.

O novo contexto humanista passou a paulatinamente a dominar o cenário cultural, o que permitiria a retórica reocupar o espaço perdido com a decadência do mundo antigo. Nesse processo, a revalorização da vida ativa coloca a retórica como disciplina a ser cultivada também para o aprimoramento do espaço público nas cidades. Para além da boa expressão das novas ideias, tratava-se de capacitar os cidadãos para

⁵⁹ Opostos aos métodos escolásticos, centrados em debates acadêmicos envolvendo silogismos nas universidades medievais, Petrarca e os humanistas buscaram ligar os diversos conhecimentos à vida prática; esperavam, desse modo, torná-los fonte de elevação dos homens no mundo. Um questionamento mais de ordem ética do epistemológica, segundo Helton Adverse ao comentar Skinner (ADVERSE, Helton. *Maquiavel – política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009 p.122).

⁶⁰ Skinner menciona que o resgate do modelo educacional clássico se guiava pela noção de *virtus* (virtude), presente em Cícero (SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta - São Paulo: Companhia das letras, 2017, p. 105-122). Contraposta ao modelo escolástico, os humanistas pretendiam por meio dessa noção ciceroniana fundamentar uma formação voltada, sobretudo, ao homem em seu desenvolvimento mais pleno, como indivíduo excelente e viril (*vir virtutis*) – o que significava pensá-lo enquanto sujeito ativo no mundo e potencialmente capaz de atingir uma elevada excelência moral ou de caráter. Nesse projeto pedagógico, não se tratava meramente de uma busca por sabedoria, pois, embora fundamental na formação do homem, só mostra fazer algum sentido à medida que ele é capaz de fazer bom uso dela no mundo, atuando de maneira ativa nele.

que, com eloquência e habilidade, pudessem participar dos conselhos e assembleias das cidades italianas que se autogovernavam. Nesse novo quadro, admirada pela escrita e eloquência⁶¹, a obra ciceroniana se torna influente no debate sobre política, filosofia, moral e retórica; mormente no que se refere à valorização das atividades da vida cívica⁶². Nesse sentido, nomes como Coluccio Salutati (1331-1406) e Matteo Palmieri (1406-1475)⁶³, que viam em Cícero um representante de toda a cultura política clássica, deram novo vigor às razões da superioridade da vida ativa e dos propósitos políticos e éticos ligados a ela. A partir da obra de Cícero, o humanismo fazia tomar corpo as ideias que uniam política, ética e retórica; isso pois, na figura do orador romano, materializava-se todo o ideal a unir a vida ativa junto a eloquência dos discursos no plano ético (do melhor para a cidade) indo além da mera técnica aristotélica (retórica instrumental).

A nova diretriz da disciplina, voltada aos negócios públicos, ocorre precisamente nos inícios do *Quattrocento* em Florença com o humanismo cívico a sustentar a consolidação de uma nova vida civil. Na cidade, o ideário republicano, que se consolida nos *Trecento*, sustentava a nova elite dirigente contrária ao domínio oligárquico e zelosa da liberdade política; a retórica, com nomes como o de Bruni, servira então para fortalecer e comunicar os valores republicanos no século seguinte. Com efeito, a arte retórica serve como arma política de propaganda, mas também nas assembleias em que a expressão oral dos cidadãos detinha grande relevância. Mesmo nos períodos de decadência da república na cidade, a partir de 1434 com os Medici, tais assembleias e suas instituições eram conservadas como fachada, demonstrando a renitente

⁶¹ Como destaca Jacob Burckhardt, as obras ciceronianas eram consideradas fonte da melhor escrita (*mais pura da prosa*), ressoando no espírito italiano pela “*amabilidade do epistológrafo, o brilho do orador, a clareza e serenidade de sua exposição filosófica*” (BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. Tradução Sérgio Tellaroli - São Paulo: Companhia de bolso, 2009, p.238).

⁶² Cícero se tornou referência da renascença tanto pela qualidade dos seus discursos em latim quanto por fornecer um arcabouço teórico sólido na defesa da vida ativa sobre a contemplativa. A disputa entre os dois modos de viver permeou as reflexões dos humanistas que buscavam resgatar uma imagem positiva da atividade pública, encontrando no orador romano fortes argumentos que compatibilizavam valores de seu tempo e do antigo (ADVERSE, Helton. *Maquiavel – política e retórica*, p. 124-129). Alguns exemplos de pontos caros aos humanistas se encontram na obra *Dos deveres*, na qual Cícero assegurou a precedência da atividade pública sobre os negócios privados (livro I, 57-58 e 92), a noção de que o interesse comum e privado são compatíveis em última instância (livro III, 11-22) e a necessidade da filosofia se valer da retórica (livro I, 155-156).

⁶³ Representantes do humanismo cívico, Salutati e Palmieri continuaram o trabalho de Petrarca na reavaliação, através das obras clássicas, do que se mostrava mais valoroso à vida dos homens. Ambos atuantes nos negócios públicos em Florença, elaboraram todo um ideário da boa vida atrelada aos valores republicanos (BIGNOTTO, Newton (org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013p.62-74)

importância dos discursos em Florença. Ao final dos *Quattrocento*, a retórica perde participação efetiva na deliberação pública, porém, ainda influente nos discursos sobre a cidade e os que a governam.

Inserido nessa tradição humanista, Maquiavel critica e reflete sobre os usos da retórica em seu tempo na já citada questão sobre a origem de Florença e, sobretudo, em como é utilizada no âmbito político. O florentino concedeu a dimensão retórica do poder peso muito maior do que comumente se imagina em sua obra, e uma das razões para tal é porque vivenciara o uso da oratória para mobilizar multidões em torno de lideranças e valores; mais precisamente, no episódio da ascensão e queda de Girolamo Savonarola. Frade dominicano e grande pregador, Savonarola fez uso muito efetivo dos discursos-sermões para arregimentar apoio popular na recém-restituída república florentina do final do século XV. A força das pregações de Savonarola – permeadas, ao mesmo tempo, de ideias políticas republicanas e milenarismo cristão – repercutiu numa Florença que se dividia entre a religiosidade em tempos turbulentos e valores republicanos não esquecidos⁶⁴. O resultado fora um grande número de seguidores e grande influência nos negócios públicos. O frei se tornara em pouco tempo, valendo-se somente do discurso, em profeta da cidade⁶⁵ e principal liderança política e religiosa após o banimento dos Médici; um exemplo, portanto, de quão longe a arte oratória poderia chegar.

Contudo, a trajetória do profeta da república foi breve, atestando também as limitações da retórica, por mais inspirada e profética que pudesse parecer. O frade não demorou em ver seu projeto teológico-político contestado e desafiado tanto interna quanto externamente. As oposições contra ele foram eventualmente tão fortes que acabaram por levá-lo à fogueira inquisitorial no ano de 1498. Para Maquiavel, a ingenuidade de Savonarola o guiou a tal destino por confiar unicamente no poder de suas palavras “proféticas” e na credulidade perene dos que o ouviam e que acabaram o deixando no momento crítico. A história do frade e de sua verve discursiva guiam à

⁶⁴ Newton Bignotto, na introdução do *Tratado sobre o regime e o governo de Florença* (SAVANAROLA, J. Tradução Maria Aparecida Brandini De Boni e Luís Alberto De Boni – Petrópolis: Vozes, 2019, p.23), afirma que o monge conciliou as ideias republicanas e milenaristas – reformistas em relação à Igreja Romana – através de uma engenhosa teoria comportando os desejos de paz e liberdade dos florentinos. Ao final, a inventiva teoria de Savonarola concebia o ideal de uma cidade monárquica governada somente por Deus.

⁶⁵ Savonarola obteve a alcunha de profeta ao prever a invasão francesa na cidade de Florença, o que lhe garantiu grande prestígio (SAVANAROLA, J. *Tratado sobre o regime e o governo de Florença*, p.13).

conclusão de o que lhe faltara exatamente eram os meios coercitivos para sustentá-lo no poder. Sem eles, Savonarola se convertera em um profeta desarmado, incapaz de resistir aos ataques de adversários na Igreja e na política florentina. Desse forma, diz o florentino, “*todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam*”. A conveniência de se poder contar com a força é ainda mais clara quando se lembra novamente da inquietação e inconstância da condição humana, resultando numa variação das opiniões, “[...] *a natureza dos povos é variável; e, se é fácil persuadi-los de um coisa, é difícil firmá-los naquela convicção.*”⁶⁶

A retórica é fundamental na medida em que as ações políticas necessitam se valer de meios persuasivos, capazes de gerar o assentimento. Estando presente no plano discursivo ao construir imagens, estabelece sua eficácia na criação e reprodução de significados, trazendo à tona a necessidade de simbolismos para fornecer peso, legitimidade e apoio as ações políticas. Todavia, tais ações carecem mais do que retórica; necessitam da força para perdurarem uma vez que sofrem com a mudança de opiniões (*doxa*), as quais variam com facilidade sem um poder coercivo para firmá-las em certas disposições. A retórica como elemento essencial da ação política é ainda insuficiente para se pensar a eficácia do poder; logo, a refundação política não se condiciona somente por essa via, estando nela presente mais condicionantes.

A via dúplice do poder

É na obra dirigida aos principados e ao modo de governá-los que Maquiavel primeiro apresenta uma imagem do poder e de seu exercício. Em *O príncipe*, essa imagem surge pela descrição dos homens como seres duplos – ou que devem agir como tais – a fazer uso de duas naturezas distintas, nas quais se manifestam diferentes vias do poder; cada qual a ser trilhada pelo agente político de modo a obter o êxito pleno das suas ações.

A imagem clara das duas vias se apresenta no capítulo XVIII de *O príncipe*, momento da obra em que Maquiavel evoca a figura mitológica do centauro. Nesse destacado capítulo, o florentino reconhece de antemão a necessidade do agente político se valer de expedientes pouco louváveis para garantir a viabilidade e sucesso das empreitadas políticas; sobretudo, diz ele, o uso de encenações das boas virtudes

⁶⁶ Maquiavel. *O príncipe*, cap. VI, p.25.

principescas para enredar a mente dos homens. De início, o secretário florentino mantém o leitor atento aos expedientes do poder aos quais quer destacar; em seguida, apresenta a imagem dos homens como combatentes no campo político, devendo saber utilizar os diferentes meios necessários para realizar uma boa luta, que são de dois tipos:

“[...] existem dois gêneros de combates: um com as leis e outro com a força. O primeiro é próprio do homem, o segundo é o dos animais. Porém, como o primeiro não basta, convém recorrer ao segundo. Portanto, é necessário ao Príncipe saber usar bem tanto o lado animal quanto o homem.”⁶⁷

No campo das lutas políticas, os homens combateriam utilizando de humanidade – leis e ordenamentos – e bestialidade – a força, ambos os gêneros necessários para fazer perdurar as ações políticas⁶⁸. Para convencer seu leitor dessa necessidade, Maquiavel menciona a figura dupla do centauro Quíron, preceptor de Aquiles. O centauro é considerado o modelo de preceptor da antiguidade por instruir, além do herói da Ilíada, outros grandes príncipes; assim, ao evocá-lo, lembra ao seu leitor de que a educação para governar necessita compreender bem o uso das duas naturezas. Sem tal compreensão delas, as ações políticas carecem dos meios para o bom combate.

Maquiavel, ainda no capítulo XVIII, interessa-se mormente pela natureza animal, a mais alinhada com os meios extraordinários e escusos. E, para melhor descrevê-la, o florentino usa mais uma vez da imagem dupla, indicando duas facetas pelas quais o lado bestial se apresenta: pela astúcia da raposa e por meio da força do leão⁶⁹. Sendo um necessário ao outro – o leão para afugentar os lobos ou adversários e a raposa para criar e prevenir armadilhas –, reelaboram a via dúplice do poder sem a qual as ações políticas

⁶⁷ *Idem*, cap. XVIII, p.83.

⁶⁸ Nessa passagem, Maquiavel evoca Cícero em *Dos Deveres* (I, 34, p.26), que diz haver duas formas de disputar algo politicamente, uma pela força e a outra pela persuasão. Respectivamente, correspondentes ao modos dos animais selvagens e dos homens, reconhecendo o uso da força em casos nos quais a via persuasiva é impossibilitada. Diz o romano: “*Com efeito, em virtude de haver duas formas de se disputar qualquer coisa – uma, pela via da persuasão, outra, caracterizada pelo uso da força; como além disso, é aquela própria dos homens, enquanto a segunda, dos animais selvagens, deve recorrer-se à ultima caso se verifique a impossibilidade de ser a primeira posta em prática*”.

⁶⁹ As imagens do leão e da raposa no capítulo remetem novamente a Cícero, a quem Maquiavel aqui se opõe. O orador romano na obra *Dos deveres (De officiis)* fala dos usos da força e da fraude, a primeira própria do Leão, e a segunda, da raposa (I, 41, p.30), condenando o uso de ambos como meios injustos – sobretudo a fraude, na qual enxerga uma indignidade maior. “*Como a injustiça pode ser cometida de duas maneiras, isto é, pela força ou pela fraude – assemelhando-se à fraude à da raposa e a força, à do leão – são ambas totalmente indignas do homem, suscitando, porém, a fraude um ódio ainda maior.*” Maquiavel, observando a lógica do poder, não condena, e sim elogia os usos adequados tanto da força quanto da fraude, constituintes da ação política e garantidoras da sua eficácia. Com isso, está novamente rompendo com o humanismo cívico, o qual se liga as teses e noções ciceronianas.

fracassam e tornam a vida política mais instável. Com efeito, há um embaralhamento⁷⁰ dos gêneros animal e humano no pensamento maquiaveliano, uma vez que a animalidade apresenta um elemento próprio do humano: a astúcia. A imagem astuciosa da raposa se encontra frequentemente em fábulas infantis, porém, um novo significado é dado a ela quando utilizada na reflexão da política; através dela, Maquiavel busca tornar nítido aos leitores a importância da dimensão discursiva ou retórica. Nela as relações de poder se mostram para além da força bestial, alcançando as representações pelas quais os agentes políticos passam a estar presente no imaginário coletivo.

A categoria animalesca e humana da astúcia se materializa em uma série de expedientes. Ainda no capítulo XVIII, Maquiavel os descreve em quatro tipos a serem utilizados pelo príncipe: a dissimulação, a simulação, a prudência e a previsão. Com relação aos dois últimos, o florentino recomenda ao príncipe agir com cautela (ser prudente) e, ao mesmo tempo, saber prever os perigos – “*armadilhas*” – que surgem no caminho. Não há grandes segredos sobre a prudência e previsão, ambas contribuem para guiar os príncipes nas ações de governo tomadas⁷¹. Além disso, encontram-se mais no campo das qualidades e condições para o exercício eficaz do poder, uma vez que não configuram exatamente atos dos agentes políticos.

Quanto a dissimulação e a simulação, trata-se de categorias distintas e complementares que devem ter uma maior atenção do leitor de Maquiavel interessado na compreensão da retórica. Simular e dissimular são ações que se inserem na construção da imagem na política, buscando persuadir os sujeitos por meio das aparências; portanto, estão mais próximas da disciplina retórica. A simulação, como se presume, é aparentar algo que não se é; já a dissimulação, ao contrário, é evitar aparentar algo que realmente se é, escondendo da vista e dos ouvidos de todos. Tanto uma quanto a outra podem constituir os discursos e as ações públicas dos agentes

⁷⁰ Como aponta Helton Adverse em artigo (ADVERSE, Helton. *A força, o poder e a retórica*. Sapere Aude: Revista de Filosofia, v.8, p.350-362, 2017, p.352), o florentino embaralha os termos atribuindo algo próprio do humano à natureza animal. Diz ele: “*À primeira vista, poderíamos identificar o modo de proceder pelas ‘leis’ com o discurso, ao passo que a força seria o atributo próprio da animalidade. No entanto, Maquiavel embaralha essa distribuição, mostrando que do lado da besta encontramos também algo que pode ser reconhecido como humano. Com efeito, ‘usar da besta’ não consiste somente em servir-se da força, mas também da astúcia.*”

⁷¹ Maquiavel, no capítulo XXI de *O príncipe*, deixa muito claro em que consiste a prudência, inserindo nela a capacidade preditiva ao reconhecer os males e escolher dentre eles o que causa menores problemas: “[...] a prudência consiste em saber reconhecer a natureza dos inconvenientes e tomar os menos maus como satisfatórios.”

políticos, de modo que possam encenar uma imagem ou aparência então requerida. Nesse sentido, ao príncipe, diz Maquiavel, convém fazer uso das aparências de certas qualidades louváveis (da moral tradicional), pois a melhor utilidade não está em detê-las, e sim em aparentá-las; e, caso vier a possuir tais qualidades, saber se desfazer delas no momento certo para que não conduzam à ruína da cidade. A justificativa lembra os muitos exemplos de príncipes que se desfizeram da palavra dada quando conveniente; assim, ao falar dos conselhos para não levar a palavra dada até o fim, diz que não fariam sentido no contexto onde os homens se portassem sempre retamente, *“Se os homens fossem todos bons, este preceito não seria bom, mas, como são maus e não mantêm sua palavra para contigo, não tens também que manter a tua”*.⁷² O argumento de Maquiavel apela ao caráter do ser humano como justificativa para as ações necessárias dos príncipes⁷³; as variações dos homens, muitas vezes para o mal, levam àqueles no poder à necessidade de constantemente modificar as próprias ações, tornando-os incapazes, caso queiram se conservar, em manter a palavra dada ou agir da maneira boa e louvável como idealizado⁷⁴. Poucas linhas depois, assinala a necessidade da simulação e dissimulação, as qualidades da raposa, de modo a disfarçar a real natureza de suas ações, pois enxerga nos homens uma condição simples – ou crédula – e sempre necessitada pelas condições do momento; logo, alvos fáceis do engano. Segundo Claude Lefort, a condição humana em Maquiavel é disposta à traição e assinala a razão pela qual o príncipe deve saber

⁷² Maquiavel. *O príncipe*, cap.18, p. 84.

⁷³ Maquiavel acentua a malignidade humana também nos *Discursos*, I, 3: *“Como demonstram todos aqueles que discorrem sobre a vida civil e todos os exemplos de que estão cheias todas as histórias, quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem ocasião”*. Em diversas outras passagens das suas obras, são constantes as referências ao egoísmo, à ambição e a certa *“pusilanimidade de caráter”* dos homens, os quais se combinam ainda aos juízos equivocados que frequentemente realizam. Importa ressaltar que Maquiavel não está a justificar uma máxima restrição da liberdade e a submissão a um soberano, uma vez que considera a possibilidade de se valer das leis e instituições, em um regime republicano livre, para minorar os males desse caráter humano e conduzi-lo por necessidade ao bem. Nesse sentido, ao salientar ainda a malignidade dos homens porque não fazem o bem senão por necessidade, diz que *“a fome e a pobreza tornam os homens industriais, e que as leis os tornam bons. E, quando uma coisa funciona bem por si mesma, sem leis, não há necessidade de lei; mas, quando falta o bom costume, a lei logo se faz necessária.”* (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, 3, p.20).

⁷⁴ A idealização se dera pelos manuais de conselhos aos príncipes no tempo de Maquiavel. Tais obras preconizavam certas qualidades a serem seguidas pelos governantes, as chamadas virtudes principescas, tais como a clemência, a bondade, a liberalidade e a honra à palavra dada. No contexto da publicação dessas obras, *O Príncipe* se notabilizou pelas críticas dessas virtudes no âmbito político, apresentando-as como o caminho para a ruína do estado e para a queda dos príncipes. (SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta - São Paulo: Companhia das letras, 2017, p.149-155.)

variar suas ações, uma vez que, mesmo tendo jurado obediência e fidelidade sob certas circunstâncias, o homem tende a voltar atrás nas suas palavras pelas necessidades imediatas surgidas.⁷⁵

Tudo isso posto, o leão, a raposa e o centauro configuram a imagem do poder na obra maquiaveliana; uma concepção híbrida em que o entrelaçamento da força e da retórica se mostram indissociáveis para uma ação política exitosa e duradoura⁷⁶. Sem a coerção por meio da força, as ações tendem a não durar – como nos mostra o supracitado exemplo de Savonarola, que não contou com as variações das crenças e a disposição à traição dos homens. Por outro lado, sem a retórica, o agente político dificilmente poderá ter êxito sem obter um mínimo de convencimento dos súditos e cidadãos, sem os quais não detém influência de fato para conduzir os assuntos de Estado. Através dessa concepção do poder, apresenta-se a visão de Maquiavel da política como uma atividade sempre dinâmica, em que os homens se valem de artifícios engenhosos, enganos e intimidação para lograrem o que almejam. Uma atividade, então, a se valer constantemente do regime da *doxa*, que, por sua instabilidade, necessita da força.

O poder como representação assentida

De modo que uma definição aproximada do poder político em Maquiavel pode se dar em tais termos: uma representação assentida dos homens obtida através dos usos da força e da retórica. Salienta Helton Adverse, o assentimento é conquistado pela representação⁷⁷ com o uso exclusivo da retórica – fundamentada na opinião dos

⁷⁵ “*La première proposition déconcerte, puisque nous savons que l’homme est changeant et toujours prêt à se retourner contre le prince, après avoir lui avoir juré fidélité. Mais elle fait entendre qu’il y a une ruse simple, une disposition à trahir sous l’effet du besoin immédiat, qui se satisfait dans l’instant de l’échec de l’autre; tandis qu’il revient au prince de connaître la diversité des besoins et des situations et de concevoir toutes les parades possibles*” (LEFORT, Claude. *Le travail de l’oeuvre machiavel*. Paris: Gallimard, 1986; p.412). “*A primeira proposição desconcerta, pois sabemos que o homem é variável e sempre se presta a se voltar contra o príncipe após lhe jurar fidelidade. Mas ele faz entender que há uma astúcia simples, uma disposição a trair sob o efeito da necessidade imediata, que se satisfaz em um instante de fracasso do outro; enquanto pertence ao príncipe conhecer a diversidade das necessidades e situações e conceber todas as alternativas possíveis.*”

⁷⁶ Novamente, Helton Adverse no artigo *Maquiavel: a força, o poder e a retórica* menciona o hibridismo e a figura do centauro como constituintes da concepção de Maquiavel do poder: “*Ela parece encarnar magnificamente o entrelaçamento entre retórica e força, entre persuasão e coerção. Nesse sentido, o centauro é uma imagem privilegiada porque representa a concepção maquiaveliana do poder*” (p. 360).

⁷⁷ ADVERSE, Helton. *Maquiavel – política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.207-208.

homens –; entretanto, é inegável que a construção dos juízos que a fundamentam também se vale da força como meio de fortalecimento da imagem. Com efeito, para atuar de maneira eficaz junto ao poder, os agentes políticos devem atuar com vista aos juízos produzidos dentro de dado reino ou república, sabendo dispor da retórica e da força; assim, ao lidar com a questão do poder, Maquiavel se voltara para as maneiras como os homens realizam seus julgamentos e dão consentimento a algo. A formação do juízo propriamente político, que constitui as representações que os homens produzem no âmbito da vida em comum, é o que está em jogo. Nenhuma ação dos agentes políticos – de fundadores a reformadores – pode ignorar o modo como tais juízos são produzidos

Para melhor explicitar tal formação, Maquiavel estabelece uma hierarquia de alguns dos nossos sentidos, determinando quais deles influem mais nos juízos produzidos. Dirá ele, então, mais uma vez no capítulo XVIII de seu manual para os príncipes, que os homens mais julgam pelos olhos do que pelas mãos: *“Os homens, em geral, julgam as coisas com os olhos do que com as mãos, porque todos podem ver, mas poucos podem sentir”*⁷⁸. O julgamento pelo olhar detém preeminência na medida em que causa uma impressão que é presente a todos; enquanto poucos podem sentir de perto o que de fato são as coisas. *“Todos veem aquilo que parece, mas poucos sentem o que é”*.⁷⁹ Além disso, esses poucos não se opõe, uma vez que possuem tanto a desvantagem numérica quanto a disparidade do poder vigente em contrário, *“e estes poucos não ousam opor-se à opinião da maioria, que tem, para defendê-la, a majestade do estado”*⁸⁰, de modo que a imagem do poder também se vale do medo coercitivo do estado – da força que detém, como pontuei antes. O florentino assinala ainda que, conforme a integralidade dos homens é constituída por vulgos, que se atêm às aparências (e aos resultados, que lhe afetam diretamente no cotidiano); novamente, o príncipe deve se preocupar mais com o parecer do que o ser.

“Cuide pois o príncipe de vencer e manter o poder: os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo está sempre voltado

⁷⁸ Maquiavel. *O príncipe*, cap. XVIII, p.85.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

para as aparências e para os resultados das coisas, e não há no mundo senão o vulgo[...].⁸¹

Os “*homens em geral*” e o “*vulgo*”, que preenchem o mundo, julgam mais com os olhos e ora parecem constituir a totalidade humana ora uma maioria expressiva dela; o governante, pois, deve conduzir os assuntos de estado com vista a eles, e não aos poucos com juízo diferenciado.

Pode-se estabelecer uma hierarquia sensória em Maquiavel com relação aos juízos políticos. O olhar se encontra no topo como o sentido mais influente no julgamento da imagem política; contudo, a hierarquia não é epistemológica. O florentino atribui à visão uma maior suscetibilidade aos erros, enquanto aos demais sentidos concede valores distintos ou nulos para a formação do julgamento político; o olhar, portanto, é só um dos modos de julgar na esfera política. O juízo feito a partir do toque, depreende-se, é mais seguro, mas possui uma relevância pequena, pois poucos estão próximos o suficiente ao poder para avaliá-lo criteriosamente. Por outro lado, a escuta – embora não seja denominada como um juízo por Maquiavel – detém relevância na formação dos juízos na medida em que configura uma das fontes da persuasão dos sujeitos, influenciados por discursos e pregações, como vimos antes. Aquele que, no exercício dos assuntos de estado, desconsidera esses modos de julgamento logo perde de vista a construção da imagem pública; em todas as ocasiões nas quais se encontra, alerta Maquiavel, a conservação da imagem é tarefa precípua ao príncipe em todas as suas ações. A grande *virtù* política será a criação e manutenção da boa aparência das qualidades requeridas pelo povo, conformando-se às regras da visibilidade⁸² inseridas no entendimento da formação dos juízos políticos.

Quanto ao príncipe e seus juízos, não cabe a este se fiar nas aparências, mas somente fazer uso apropriado delas. No capítulo XXII de *O Príncipe*, Maquiavel relaciona os diversos juízos com três tipos de cérebros: “*um entende por si mesmo, outro discerne aquilo que os outros entendem e o terceiro não entende nem a si e nem aos outros.*”⁸³ Os dois primeiros são considerados excelentes tipos, já o terceiro, inútil. O juízo do olhar não

⁸¹ Idem.

⁸² Helton Adverse em *Maquiavel – Política e retórica* comenta a necessidade da aparência (exterioridade) do agente político em Maquiavel estar de acordo com as exigências do povo como obediência a regras de visibilidade (p. 51).

⁸³ Maquiavel. *O príncipe*, cap. XXII, p.111.

está inserido no primeiro tipo, mais voltado ao toque num contato direto e por si mesmo com aquilo a ser compreendido. O príncipe deve pertencer a um dos dois primeiros e, quando não o primeiro, obter alguém pertencente a ele que o instrua – a figura do conselheiro, de que o respectivo capítulo aborda. De uma forma ou de outra, o príncipe precisa se fiar em juízos para além das aparências e contar com julgamentos confiáveis que lhe permitam manobrar em meio as imagens produzidas no âmbito público. Com efeito, a preponderância da visão insere a política mais fortemente na esfera da visibilidade e coloca, conseqüentemente, uma importância elevada aos expedientes ligados na manipulação dela. Trata-se, como já visto, de fazer uso da astúcia, da simulação e dissimulação, que produzem a fraude ou engano (*inganno*) pela qual o ator político se vale como um de seus estratagemas. Nesse sentido, Maquiavel aproxima a atividade política à guerra, onde os ardis são costumeiramente utilizados de modo a persuadir os seus e dissuadir os inimigos⁸⁴.

O espaço da ação política e do exercício do poder se mostram, para Maquiavel, o lugar mais do aparecer aos indivíduos do que do ser autêntico, de maneira que o ator político deve saber utilizar dessa condição a seu favor. A necessidade posta, dentre outras, é a de saber encenar as virtudes para se obter as graças da multidão, bem como evitar o ódio e o desprezo geral. Com efeito, os atos de simular e dissimular próprias da raposa aproximam a política do teatralismo; Maquiavel insere o jogo político como espécie de encenação na qual os atores necessitam convencer expectadores da autenticidade de algumas coisas e da inautenticidade de outras. Nesse sentido, a política se coloca para o florentino como campo das aparências, da visibilidade, em que uma série de imagens são produzidas e reproduzidas constantemente. Daí a se estabelecer também o poder como capacidade de fazer os homens julgarem positivamente à viabilidade da liderança política, assentindo a ela; cada ator político, assim, necessita criar, preservar e renovar uma boa reputação e imagem própria.

⁸⁴ Maquiavel menciona, em diversos escritos, os momentos e usos nos quais a fraude pode ser utilizada tanto na política quanto na tática de guerra, aproximando com isso a figura do príncipe com a do capitão de exércitos, ambos praticando a arte astuciosa de simular e dissimular. Assim, por exemplo, no livro IV de *A arte da guerra* (Tradução MF; São Paulo: MF - Martins Fontes, 2006) o florentino assinala alguns procedimentos para enganar o inimigo, bem como as próprias tropas. Vale aqui desde fraudar os números reais que detém para as batalhas até espalhar rumores infundados a respeito da morte do capitão inimigo. Os ardis buscam, de um lado, desanimar as tropas inimigas e, de outro, reanimar as próprias para lutar com mais ardor. Através dos meios fraudulentos, o ator político e o capitão de exércitos podem persuadir suas multidões para os fins que almejam: a conquista de maior poder ou de maiores territórios.

A partir dessa compreensão, pode-se pensar no poder como mero instrumento de manipulação e controle para satisfazer os interesses privados de príncipes e aliados, mas o que se delinea com a noção de política como campo de aparências vai mais além disso. Nele os atores políticos devem sempre ter em vista que estão inseridos num campo de visibilidade pública, no qual as ações que empreendem são avaliadas constantemente para bem ou para mal. Sobretudo quando falamos de retórica, vemos o poder posto numa esfera de discursos e imagens que contribuem na produção de opiniões que não podem ser ignoradas sem prejuízos. Nas palavras de Helton Adverse, temos em Maquiavel o poder inserido num “*regime de visibilidade estruturado discursivamente*”⁸⁵. Em tal regime, o príncipe busca certamente moldar a opinião pública e os símbolos que o empoderam, mas também é limitado e condicionado por eles. A produção e reprodução de imagens e discursos na política impõe limites aos quais o ator político deve sempre observar de modo a nunca perder prestígio, sob o risco de conjurações formadas pelo ódio e desprezo acumulados.

Com isso, vê-se a necessidade inescapável de contar com a confiança e o consentimento para agir eficazmente no campo político. Apoiado nas representações, o príncipe não pode governar desconsiderando as opiniões que as moldam. Estas são tomadas, então, como substrato do poder, desnudando seu arcabouço retórico em Maquiavel. As ações políticas solidificam-se à medida que conseguem responder e corresponder às exigências e expectativas das opiniões públicas. Quando tal correspondência se desfaz, o príncipe perde o liame que o liga ao poder, tornando-se mera sombra a ocupar um lugar de destaque, sem capacidade real de governar, o que nos guia à perda de prestígio da qual a refundação política tenciona responder.

Assim, a política em Maquiavel se conecta com a *doxa* de tal maneira que esta última se torna um empecilho para as ações arbitrárias e um caminho para o *vivere civile*. O poder só se exerce por meio das representações favoráveis construídas pelos juízos através das imagens e discursos presentes na dimensão retórica dele; todavia, tais juízos ou opiniões são voláteis ao longo e – muitas vezes – ao curto prazos, seja pela memória que se esvai seja por variações e necessidades imediatas. A instabilidade da *doxa*

⁸⁵ “[...]o poder sempre é exercido sob condição, e é isso que torna imprescindível o cuidado com a aparência (ou com a aparição). É também o que permite entender a natureza retórica do próprio poder, sua pertença a um regime de visibilidade estruturado discursivamente” (Helton Adverse. *Sapere aude* – Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p.354).

acarreta a perda do assentimento e a necessidade da força coercitiva do estado para apoiar tais representações, mas também de algo mais. O que se defronta a partir daqui é a garantia de uma maior segurança para os atores e instituições políticas não se arruinarem diante de qualquer variação momentânea das opiniões. O poder necessita de um incremento pelo qual obtém uma maior dignidade; ou que o faça estar acima de mudanças circunstanciais, além do que a força e a persuasão conseguem chegar por si mesmas. O que se procura é a reputabilidade, ou a autoridade política, garantidora da cristalização do poder para além dos meios dos quais comumente se vale o poder, e que se encontra intrinsecamente presente na refundação política.

A questão da autoridade: reputação e crescimento

A compreensão da autoridade (*autorità*) passa pela noção de reputação (*riputazione*). A obra maquiaveliana confere aos termos um alto grau de importância na política por constituírem a base da representação positiva do poder, o que os faz quase indistintos nela. Além deles, compartilham de um campo semântico aproximado nas obras de Maquiavel termos como fama e glória, constituindo igualmente qualidades que se agregam aos atores políticos. Conquanto tenham suas distinções, todos estão inscritos na esfera das noções que conferem segurança, eficácia, legitimidade e durabilidade às ações políticas. No caso da autoridade, a representação política depende dela para se fazer valer em seu máximo grau, prescindindo de nada além dela própria, de sua imagem e nome, para se afirmar.

A auctoritas romana e seu elo com o passado

Antes de adentrar em como se encontram os respectivos termos em Maquiavel, começarei pelo que se depreende pela autoridade na teoria política. Em um sentido mais geral, a noção de autoridade é considerada uma espécie de poder legítimo. Consequentemente, tratar-se-ia de um termo intimamente relacionado ao poder político, como algo a lhe conceder maior estabilidade e obediência incondicional dos súditos e cidadãos⁸⁶. Diversamente, o teórico político Carl J. Friedrich distingue a

⁸⁶ É assim, por exemplo, o modo mais comum de compreender a autoridade, que o *Dicionário da política* de Bobbio e outros autores define no verbete que lhe é dado: “A Autoridade como um poder estabilizado [...] Um primeiro modo de entender a Autoridade como uma espécie de poder seria o de defini-la como

autoridade do poder, indicando aquela como uma qualidade agregada deste – algo que o acompanha e concede maior confiança e respeitabilidade. Logo, a autoridade seria um elemento qualificativo do poder político, e não uma espécie propriamente dele.

Outro entendimento frequente da teoria política, é a de que a autoridade se faz obedecer ou ser reconhecida prescindindo dos usos mais comuns da coerção e persuasão pertencentes à categoria do poder. Mais que isso, ela supre os limites desses meios retóricos e coercitivos, que se encontram na instabilidade da *doxa* e do convencimento racional e livre. Ainda para Friedrich, isso se dá na medida em que a autoridade impõe razões – ou raciocínios – acima de considerações, uma vez que é reconhecida como possuidora de um discernimento elevado, um conhecimento tácito⁸⁷. Nesse sentido, a autoridade é fonte de maior prestígio dado ao poder de acordo com a capacidade suposta de responder ao tempo e corresponder às crenças e valores postos nele. Maquiavel, veremos, retrata igualmente a autoridade política como um modo de qualificar os entes e agentes políticos ao elevar seus nomes a um alto grau de reputabilidade. Portanto, como uma qualidade distinta, ela pode então ser adquirida e perdida conforme os atores e instituições se façam dignas da confiança de todos no que se refere à capacidade para agir, instruir e guiar a coletividade no campo político.

Embora as muitas distinções que possam ser feitas aqui entre as noções de poder e autoridade, vamos nos ater à relação dessa última com a fundação das cidades; importa-nos mais, no momento, encontrar o sentido originário da autoridade como categoria política surgida na antiguidade e que detém um forte elo com o passado do que debater o que a distingue de outras noções da teoria política. A autoridade, onde quer que se tenha feito presente, manteve-se intimamente ligada à tradição – e, em alguns casos, à religião –, que a conectava com os modos, os valores e as crenças mais antigas. Nesse sentido, sempre deteve um caráter político atrelado à conservação desse

uma relação de poder estabilizado e institucionalizado em que os súditos prestam uma obediência incondicional” (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política - Volume 2*. Tradução vários - São Paulo: Editora UNB, 1998, p.88).

⁸⁷ Para Carl J. Friedrich, pode-se falar que a autoridade possui tanto um conhecimento tácito quanto, nas palavras dele, um raciocínio esmerado, a capacidade de apresentar razão convincentes. Nesse sentido, diz que “a autoridade parece derivar do fato de que a pessoa que exerce a autoridade possui um conhecimento, um discernimento ou experiência superiores. A autoridade reside nesses dons, que são acompanhados pela capacidade da pessoa para dar razões extensas para aquilo que decide dizer ou fazer.” (FRIEDRICH, Carl Joachim. *Tradição e autoridade*. Tradução Fernando de Castro de Ferro - Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972, p.56)

conjunto valorativo ligado ao passado, utilizando-o como referência para as ações humanas. E, à medida que abarca tais valores e crenças, a autoridade se mantém como tal somente correndo risco de perdê-la quando as abandona e é vista não mais como portadora deles. A função da autoridade, portanto, sempre fora resguardar certos parâmetros e valores da vida política estabelecidos em uma cidade, ou seja, os marcos – consagrados pelo tempo – nos quais ela fora uma vez fundada com as cidades.

A concepção da autoridade que talvez melhor explicita a ligação dela com o passado ou ainda com o gesto fundador está expressa em Hannah Arendt. Estendendo a compreensão dessa categoria política, a teórica alemã buscou compreender a origem dela através da etimologia latina da palavra em Roma. *Auctoritas*, proveniente do verbo latino *augere* – aumentar ou desenvolver-se –, refere-se ao crescimento de algo; no caso romano, da fundação da cidade. Vista como um momento único e sagrado, a fundação romana detinha um caráter quase absoluto e intransferível, sendo obrigatório o compromisso dos cidadãos a ela. Para Arendt, a autoridade ali estabelecida conservava o gesto primevo por meio de sua ampliação ao mirar os atos dos antepassados e buscar se referenciar constantemente neles, na sacralidade absoluta que detinham (algo aproximado ao que vimos com o retorno aos princípios em Maquiavel). Isso ocorria pela via religiosa através do compromisso sagrado estabelecido entre os cidadãos com a fundação da cidade. Ao mesmo tempo, remete-se à instituição que materializava a autoridade, qual seja, o Senado romano, a casa dos *patres*, dos pais de Roma, dos anciãos que descendiam dos fundadores da cidade. Criada nos tempos da fundação, o Senado era a instituição de maior prestígio em Roma, nunca ignorada em seus conselhos, os quais se faziam ouvir sem meios coercivos e persuasivos⁸⁸. Por meio da instituição senatorial, que ligava a cidade aos autores originais dela, reafirmava-se periodicamente o poder do povo romano – *potestas*. Sem a anuência da *auctoritas*, o poder popular em Roma – manifestado nas assembleias da cidade – perdia seu elo com o passado e o prestígio existente nele na fundação, produzindo leis e deliberações fora das tradições políticas e religiosas amplamente reconhecidas.

⁸⁸ Hannah Arendt utiliza a fórmula pronunciada pelo historiador alemão Theodor Mommsen de que as falas do Senado não podiam ser ignoradas e tampouco eram impostas pela coerção, encontrando-se num meio termo entre a ordem explícita e o mero conselho: “*Mommsen referiu-a como sendo ‘mais que conselho e menos que uma ordem; um conselho que não se pode ignorar sem risco’ [...]*” (*Entre o passado e o futuro*, p.165).

De modo então que, em Roma, a *auctoritas* conferia o lastro necessário com o passado para que as leis promulgadas pelo povo romano fossem devidamente reconhecidas. Atrelada à tradição e à sua observância, a autoridade romana se fez presente imbuída da função principal da política romana: preservar e ampliar a fundação da cidade, o que era feito por meio da referência constante ao passado. Com isso, confere uma conexão com os princípios fundantes, sendo um elo com estes ao retornar e se referenciar constantemente neles. Assim, tal qual a renovação maquiaveliana, que busca a reputação a ser devolvida ao se voltar aos princípios da cidade, a *auctoritas* romana realizava essa volta a cada momento em que atuava na vida política romana. Assim, pode-se perguntar: o sentido da *auctoritas* romana – tal como Arendt interpretara – é o mesmo da *autorità* mencionada em diversas passagens da obra de Maquiavel?

Os sentidos da autorità em Maquiavel

Muito embora aponte a autoridade do Senado em Roma e seu papel em diversas ocasiões, o secretário florentino não lida diretamente com a *auctoritas* romana, mas com a noção de *autorità* associada à *riputazione*. Há aproximações, porém, não integrais de uma concepção em relação à outra; Maquiavel toma as reflexões de uma autoridade dos agentes políticos postas em momentos históricos precisos e, de outro modo, como a elevada reputação adquirida através da realização de grandes ações. Maquiavel, então, não reflete as questões sobre a origem de uma autoridade em Roma, mas a vê como algo presente em diversos momentos da vida política de diferentes cidades.

Como visto antes, o secretário florentino menciona as fundações como momentos em que a autoridade se faz presente; presente, sobretudo, na figura dos fundadores. Nesse sentido, Maquiavel fala da presença da autoridade nas fundações como algo comumente destacado quando se reúnem em torno de algum homem que a detenha em maior evidência com relação aos demais, podendo assumir os encargos da criação política. É o caso, citado por ele nos *Discursos*, de Teseu em Atenas, mas também de tantos outros fundadores mencionados e que deram um caráter sagrado às suas cidades, dentre os quais Moisés e Rômulo. Nos capítulos VI e XXVI de *O Príncipe*, é reconhecida a *virtù* elevada desses homens, que lhes conferiu a *autorità* quando edificaram suas cidades. Sem ela, seriam tais quais os que o florentino, no capítulo VII,

diz não contarem com a *virtù*, mas com as graças de um terceiro, que concede um principado.

“Eles se apoiam exclusivamente na vontade e na fortuna de quem lhes concedeu o poder, que são coisas muito volúveis e instáveis, e não sabem nem podem manter o principado. Não sabem porque, a menos que sejam homens de grande engenho e virtù, não é razoável que saibam comandar tendo sempre vivido como particulares; e não podem porque não têm forças que lhes possam ser amigas e fiéis.”⁸⁹

No caso desses homens, a instabilidade é certa; embora sejam os titulares do poder, não sabem como governar o principado nem possuem o reconhecimento que lhes garantiria a confiança política. A *virtù*, com efeito, é fonte de autoridade à medida que faz os agentes políticos se mostrarem capazes de liderar e agir de modo eficiente. Pensemos a corrupção natural dos corpos políticos, o problema se insere na gradual perda da autoridade presente na fundação junto a *virtù*. Nesse processo, a *virtù* degenera, enquanto a autoridade, junto ao decaimento daquela, se descredencia, produzindo crises de confiança. A *virtù* ainda pode estar presente sem autoridade, uma vez que aquela, como capacidade de ação diante das adversidades, depende menos do regime de aparências a reger a política. Por outro lado, a autoridade necessita se valer da *virtù* constantemente, posto que governar sem ela afeta diretamente a imagem pela má condução dos assuntos políticos.

Nos momentos extraordinários das fundações, a autoridade se faz mais necessária, uma vez que se destaca ali a ação criadora que necessita mais ainda de credibilidade e confiança para seu impulso inicial e incerto. O que se constata é como em Maquiavel se mostra em maior evidência tanto a presença quanto a ausência da autoridade nos momentos fundantes, quando se mostra determinante para o sucesso ou insucesso das obras políticas. A autoridade se faz garantia para que os fundamentos de uma cidade se façam mais sólidos e duradouros conforme nela apareçam construtores com *virtù*. Maquiavel fala de tais fundamentos quando menciona os principados que surgem subitamente, sem raízes firmes que a sustentem.⁹⁰ Neles há a

⁸⁹ Maquiavel. *O príncipe*, cap. VII, p.27.

⁹⁰ O pensamento de Maquiavel, com relação aos Estados, aproxima-se daquele expresso depois por Hannah Arendt, que declarara que a perda da autoridade na época moderna fora o “*equivalente à perda do fundamento do mundo*” (*Entre o passado e o futuro*, p.132).

imperiosa necessidade de sujeitos de grande *virtù*, prudência e valor que saibam dobrar a fortuna e construir fundações sólidas; sem isso, diz o florentino, “*sucumbem na primeira tempestade*”⁹¹.

Para garantir a solidez da criação política, compete também para Maquiavel o sentimento religioso, associado igualmente com a presença da *autorità* no momento da fundação. Nesse sentido, pontua a utilidade da religião na vida política e como contribui em conferir autoridade para os inícios das cidades, de modo a fortalecer as leis e ordenamentos recém-criados. Tal papel pode ser visto mormente no décimo primeiro capítulo do livro I dos *Discursos*, quando Maquiavel trata da religião dos romanos. Nele menciona a ação em Roma de Numa Pompílio, segundo rei da cidade, que se valera da autoridade divina para dar continuidade à obra de Rômulo simulando ter uma relação íntima com uma Ninfa:

*“E vede que Rômulo, para ordenar o Senado e para criar outras ordenações civis e militares, não precisou da autoridade de Deus, mas Numa sim, e este simulou ter intimidade com uma ninfa, que lhe aconselhava aquilo que ele deveria aconselhar ao povo: e tudo porque ele queria criar ordenações novas e inusitadas naquela cidade, mas desconfiava que sua autoridade não bastava.”*⁹².

Pela fraude, Numa fez com que sua autoridade se engrandecesse, permitindo que as ordenações por ele criadas ganhassem o devido prestígio que não deteriam sem a suposta revelação da Ninfa. Maquiavel continua em seguida se referindo à necessidade das fundações, em todas as cidades, contarem com a autoridade divina para fazer valer as leis instituídas:

*“E, de fato, nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse a Deus, porque de outra maneira elas não seriam aceitas: pois há muitas boas coisas que os homens prudentes conhecem, mas que não têm em si razões evidentes para poderem convencer os outros”.*⁹³

A religiosidade cabe, então, a importante tarefa de mobilizar os cidadãos pela noção de algo mais elevado, bem como de suprir os limites da retórica no convencimento aos homens da viabilidade do corpo político e seu propósito. A religião convence sem *razões evidentes*, sem os tradicionais meios persuasivos; explicita-se, com efeito, a maneira

⁹¹ Maquiavel. *O príncipe*, cap. VII, p. 28.

⁹² Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, 11, p.50.

⁹³ *Idem*, 50.

como Maquiavel enxerga a autoridade, presente na religião, como categoria apartada do poder. Numa Pompílio utilizara da simulação, da astúcia enganosa, só que para convencer sem demonstrar razões claras ou os meios retóricos tradicionais; sem qualquer processo argumentativo, a autoridade é reafirmada como um absoluto sacralizado que se estabelece na fundação. Se alguma retórica ou recurso a meios persuasivos é utilizado, trata-se somente daquele sobre a imagem da autoridade.

Nesse contexto de fundações sacralizadas, segundo Helton Adverse, há uma aproximação das concepções arendtiana e maquiaveliana, em que a *auctoritas* romana parece mais presente. Uma aproximação à medida que se vê o papel utilitário da religião na vida política ser explicitado em ambas como fontes de obediência e compromisso cívico; ainda para Adverse, ela conduz outros comentadores ao entendimento da autoridade como um incremento ao poder. Um deles é o francês Thierry Ménissier, que compreende a autoridade em Maquiavel como imbuída, ao mesmo tempo, de comando (*imperio*) e reputação (prestígio) pelos quais a obediência é obtida pelo reconhecimento de uma imagem de grandeza. Ménissier, nesse sentido, diz que as fontes da obediência são três, já aqui relatadas na primeira parte do trabalho como expedientes passionais da ação política: o amor, o medo e a admiração. Esta última é a fonte na qual se vale a autoridade fundamentada no prestígio:

“[...] o que produz no indivíduo o assentimento ao comando é a imagem de grandeza que consegue dar de si aquele que exerce o comando, a ponto de lhe atribuírem mais poder do que ele possui; a autoridade obtém-se nesse caso pela mediação do desejo, que sempre aumenta o valor de seu objeto.”⁹⁴

Ménissier reconhece aqui o papel em Maquiavel do julgamento dos indivíduos, que avaliam a excelência e a elevação da figura governante, tornando-se convictos dela e de sua capacidade⁹⁵. A obediência é, com isso, obtida pelo reconhecimento da reputação dada ao que é imbuído de comando; assim sendo, define o comentador francês em

⁹⁴ Thierry Ménissier. *Vocabulário de Maquiavel*, p. 11.

⁹⁵ Para Thierry Ménissier, Maquiavel ainda se opõe as considerações abstratas – típicas de seu tempo – sobre a excelência moral intrínseca do príncipe, considerando o juízo acima de qualquer prejulgamento da figura do governante: *“a concepção maquiaveliana da autoridade não percorre as vias clássicas traçadas pelos filósofos gregos e latinos: ela não se apoia sobre a ideia de que a lei ou a pessoa do chefe possuem uma superioridade intrínseca. [...] Maquiavel não prejudica a excelência moral de quem exerce o poder, limita-se a notar os efeitos comportamentais da convicção dos súditos, que se produz pela reputação de excelência.”* (*Vocabulário de Maquiavel*, p.11).

termos bastante arendtianos, “a autoridade é aquilo a que se obtempera sem recorrer à força e a persuasão”.

Contrapondo-se a esse entendimento de que a autoridade em Maquiavel possa ser vista pela perspectiva da concepção de Hannah Arendt, Helton Adverse destaca duas distinções entre elas. Primeiramente, a *autorità* em Maquiavel está, em muitas partes das obras do florentino, associada à *potenza* (potência ou poder), que delimita o controle do governante sobre a cidade e seus habitantes pela via da força militar⁹⁶. Nesse sentido, a autoridade mencionada tantas vezes se confunde com o domínio do governante, com o poder ou a forma de governança. Ademais, a obra do florentino carrega a autoridade de uma dimensão persuasiva ligada a capacidade de obter o consentimento sem o uso da oratória, logo, sem necessitar do processo argumentativo; a persuasão em Maquiavel não seria reduzida à retórica discursiva, cabendo nela a produção de juízos por meio de imagens, que convencem os governados de modo tal que os argumentos e razões evidentes não se fazem necessários⁹⁷. Diz então Adverse que a “*autorità não dispensa a força e nem a persuasão, porque ela está intimamente ligada à primeira e não deixa de ser uma forma da segunda*”⁹⁸. O que distingue, então, tais concepções é o entendimento da dimensão retórica em Maquiavel, ou seja, se ela se insere mais amplamente na categoria política da autoridade.

Não há um sentido claro da *autorità* em Maquiavel como muitos outros termos; contudo, qualquer que seja a concepção a se considerar, o sentido dela é de uma

⁹⁶ Helton Adverse menciona trechos específicos nos quais esse sentido é expresso. Na *História de Florença*, Maquiavel nos fala que os florentinos, embora tivessem um território menor, não eram de menor autoridade e poder: “*Entre tais impérios, os florentinos, se tinham menor domínio, não tinham menor autoridade e poder*” (MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Tradução: MF - São Paulo, Martins Fontes, 200, p.282). Adverse complementa que nesse trecho a *autorità* é compreendida como controle político; e a *potenza*, como uma força ou poderio militar (*Maquiavel – política e retórica*, p.223). Esse entendimento se repete ao longo da obra. Lembrando outra passagem, no livro VI da mesma obra, contando a história do duque de Milão, Batista Bentivoglio, que buscara se valer de um título de comando para tomar o poder, mas que falhara ao ser morto, Adverse lembra que Maquiavel alertara que a autoridade do Duque não fora suficiente para os objetivos de conquista do poder. De modo que o florentino apresenta uma distinção entre ambas ressaltando, nas palavras de Adverse, que “*a autoridade está do lado da imagem e do juízo, ao passo que a potenza se alinha, no mais das vezes, do lado do poderio militar*”.

⁹⁷ “*Quando diz que ‘onde os argumentos são usados a autoridade é suspensa’, Arendt restringe a persuasão à retórica discursiva. Como já vimos neste trabalho, a persuasão, sobretudo em Maquiavel, não pode ser reduzida ao discurso, à oratória, pois envolve as imagens e o éthos do ator político que dá vida a elas. Sendo assim, quem é investido de autoridade não necessita sempre se servir do discurso, mas o que sustenta e confere efetividade a sua autoridade é a aceitação dos governados. Em outras palavras, também ela se assenta no juízo*” (Helton Adverse. *Maquiavel – política e retórica*, p.224).

⁹⁸ Helton Adverse. *Maquiavel – política e retórica*, p.223.

categoria circunscrita à formação da imagem e dos juízos da política de modo que os homens ou as instituições se tornem dignos de reverência. O prestígio inerente à autoridade faz com que se torne a imagem viva de qualidades tais como a nobreza, a virtude e a honradez; e, à medida que aparecem desse modo, são capazes de refrear multidões armadas pela simples imagem dela. Nesse sentido, Maquiavel fala da revolta da plebe, que se reunira no Monte Sacro e fora refreada pela autoridade do Senado: “*e a autoridade do Senado era tão considerada que, não havendo comandantes, em meio a plebe, ninguém ousava responder.*”⁹⁹ E, ao falar a respeito da reverência dada ao homem austero e de autoridade, que seria o melhor remédio para amainar multidões ferozes, cita o poeta Virgílio na *Eneida* ¹⁰⁰: “*mas, se de súbito surge um varão de aparência tranquila e comprovado valor, todos calam e atentos escutam.*”¹⁰¹ Não se trata aqui da intimidação, mas da admiração por meio da qual todos veem certa perfeição.

Com efeito, a autoridade na obra Maquiaveliana se faz uma noção frequentemente utilizada para designar o comando (*imperio*), mas também designa uma elevada dignidade e valor pessoais aos olhos dos governados, capaz de fornecer o assentimento sem fazer uso dos meios mais típicos do poder. Designando então um atributo deste, a *autorità* maquiaveliana torna o exercício político mais efetivo ao elevar a imagem e os juízos produzidos, sobretudo aqueles do olhar, que constituem a representação dos sujeitos e das instituições na política. Para Thierry Ménissier: “*A autoridade designa o que confere um incremento ao poder, de modo tal que o reconhecemos e a ele nos submetemos[...]*”¹⁰². Nesse sentido, concedo a autoridade em Maquiavel o sentido mais próximo ao de Arendt, ao menos no que diz respeito ao tema da dissertação, como veremos.

A ambiguidade da reputação

Podemos afirmar, assim, que na escala dos termos que designam o prestígio dos atores políticos em Maquiavel, a autoridade se encontra no topo como aquilo pelo qual se pode dispensar a força. Todavia, de modo também frequente, Maquiavel utiliza *riputazione*

⁹⁹ Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, 44, p.133.

¹⁰⁰ *Idem*, I, 54, p.157.

¹⁰¹ VÍRGILIO. *Eneida*. Tradução Carlos Alberto Nunes, São Paulo: Editora 34, 2016, I, 151-2, p.85.

¹⁰² Thierry Ménissier. *Vocabulário de Maquiavel*, verbete Autoridade, p. 11

(reputação) para se referir ao prestígio dos agentes políticos, sendo o termo muitas vezes associado à autoridade. Ao tratar dela, o florentino a menciona como algo a ser conquistado, bem como que pode, à medida que eleva alto demais a estima daqueles que a possuem, ameaçar a vida cívica. Podemos dizer que a reputação, de modo geral, está associada também a uma série de outros termos além da autoridade na obra maquiaveliana (“fama”, “stima” e “gloria”, adquirindo, em muitas partes, os mesmos significados). Intercambiáveis em alguma medida, todos eles se referem a imagem feita dos atores políticos e são frequentemente utilizadas para designar o prestígio.

Helton Adverse traça um quadro das dificuldades envolvidas na delimitação do significado da palavra, que acompanha diversos outros termos:

“O termo ‘reputação’ (riputazione) ocupa um lugar central nos textos de Maquiavel. Se tomarmos por referência apenas O príncipe, poderemos contar 31 aparições da palavra e de suas derivações. Nos Discursos, aparece 77 vezes. Contudo, a exemplo do que acontece com outras expressões-chave que utiliza, Maquiavel não nos dá o significado preciso de riputazione. Disseminado em seus diversos escritos, o termo jamais é objeto de reflexão isolado”¹⁰³.

Apesar do problema de caráter metodológico, Adverse considera possível traçar linhas gerais do campo semântico no qual todos os termos se incluem; sendo a reputação e a autoridade categorias diversas, ligadas à imagem do príncipe e seu poder. Nesta dissertação, o mais relevante é averiguar se a reputação detém, quando o florentino se refere a ela nas fundações, o sentido que vimos anteriormente de autoridade.

A princípio, o que se pode atribuir à reputação é um sentido comumente positivo. Tal qual a autoridade, o florentino trata dela como um atributo relacionado à boa imagem dos agentes políticos, dando-lhes um substrato de legitimidade em suas ações. Por conta disso, há uma maior proximidade dela com a autoridade do que em relação a alguns termos tais como o renome e a fama, os quais muitas vezes aparecem com uma conotação negativa nos escritos de Maquiavel; contudo, aproxima-se do sentido de glória, o qual aparece sempre positivamente nas maneiras como é obtida. Isso se expressa, em primeiro lugar, quando o florentino menciona, no capítulo VIII de *O príncipe*, que Agátocles – o infame rei de Siracusa – fora bem-sucedido em obter o

¹⁰³ Helton Adverse. *Maquiavel – retórica e política*, p. 209.

poder por meios violentos, mas não em, com *virtù*, obter glória¹⁰⁴. Já ao mencioná-la no décimo capítulo do livro I dos *Discursos*, Maquiavel a considera um bem sempre positivo para aquele que a adquire ao falar da *falsa glória* de César, que enganara historiadores e os que os leram pelas conquistas militares e o nome augusto. Para o florentino, ao contrário dos que reformam estados corrompidos e ordenam novas cidades, César se fez digno de censuras como destruidor da república de Roma. De modo que a glória, obtida por diversas vias, é sempre alvo de admiração e louvores, enquanto o renome e a fama podem se dar por vias pouco louváveis, como com Agátocles.

Reputação e glória são termos que se aproximam no que concerne à atividade militar. Por meio das ações bélicas, pode-se demonstrar uma série de qualidades que elevam a estima – dentre as quais o heroísmo, o sacrifício, a astúcia e a prudência. Em suma, a *virtù* apresentada na guerra garante reputação e glória e, com essas, a lealdade dos soldados. Glória e reputação estão muito próximas nas ações militares, contribuindo na construção de uma imagem de poder e eficácia; entretanto, distinguem-se mais facilmente quando estão apartadas dessa seara. Diferentemente da glória, a reputação pode vir a adquirir um mau sentido em momentos que envolvem ações de pouca estima e má fama. Em um trecho já aqui citado, Maquiavel pontua – em *O príncipe*, capítulo XVIII – que um príncipe de seu tempo (Fernando de Aragão) caso tivesse agido de acordo com as virtudes ditas principescas teria perdido *a reputação e o poder*. A glória, por sua vez, está colocada entre os bens sempre almejados, um prêmio mundano que todos buscam para fazer eterno o próprio nome¹⁰⁵. Mais do que isso, a glória se coloca interligada intimamente à liberdade na medida em que os tiranos, como César e Agátocles, estão privados dela¹⁰⁶. O que se depreende a partir disso é que a glória está

¹⁰⁴ “Não se pode chamar de *virtù* o fato de assassinar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, piedade nem religião. Deste modo pode-se adquirir poder, mas não a glória” (Maquiavel. *O príncipe*, cap.VIII, 38).

¹⁰⁵ Maurizio Viroli, ao falar da glória em Maquiavel, escreve: “[...] *glory is a worldly reward; one way of living eternally in this world is by remaining alive in the memory of humanity*”, “A glória é um prêmio mundano; o caminho de viver eternamente neste mundo é permanecendo vivo na memória da humanidade.” (VIROLI, Maurizio. *How to read Machiavelli*. London: Granta Books, 2008, page 63); “Machiavelli maintains that glory, along with riches, is one of the ends ‘which everyone aims at’”, “Maquiavel sustenta que a glória, junto com as riquezas, é dos fins ‘aos quais todos procuram’” (*Idem*, p.65).

¹⁰⁶ Helton Adverse afirma que, em Maquiavel, a glória sempre está associada à liberdade mesmo em *O Príncipe*: “a máxima gloria que um homem pode ambicionar consiste em contribuir para manter os cidadãos livres, em evitar que se submetam à servidão (seja aquela imposta por um tirano, seja a que decorre da submissão a um outro corpo político). [...] Não há gloria que não esteja associada à liberdade. Mesmo em *O príncipe* essa vinculação é evidente. Os fundadores, como Moisés, Teseu, são também

posta numa ordem diversa de consideração daquela da reputação, a qual se coloca mais próxima ao da eficácia das ações políticas e da consolidação do poder e de sua imagem.

Tudo isso se compreende melhor observando algumas das fontes da reputação. Maquiavel nos fala delas em dois capítulos do livro III dos *Discursos*. No trigésimo quarto, menciona três coisas que garantem uma boa reputabilidade pela fama: aquela proveniente dos pais e ancestrais; das amizades; e aquela das grandes ações e obras. A primeira e segunda são frágeis, pois se desfazem logo que a *virtù* pessoal não se apresente. Já a terceira é sólida e duradoura, constituindo-se no meio mais seguro de se sobressair. Contudo, a reputação obtida através das ações extraordinárias e grandiosas também são fonte de inveja e desconfiança. No vigésimo oitavo capítulo, o florentino reflete sobre outras vias, buscando compreender em que medida se fazem benéficas ou, ao contrário, prejudiciais ao corpo político e à vida cívica. Para ele, angaria-se reputação por duas vias: pública e privada. A via pública se dá por meio do aconselhamento e da ação, visando ao bem comum; obter reputação através dela não acarreta perigo e deve ser recompensada com honras ao cidadão. Ao contrário, a via privada decorre de favores pessoais, sendo perniciosa à medida que corrompe outros cidadãos e perverte as leis. Trata-se da pior via porque tornam bem reputados os que desejam solapar a vida livre.

Tratando do perigo de uma grande reputação, Maquiavel retoma o que dizia em capítulo anterior dos *Discursos* onde fala da necessidade de, por vezes, demonstrar ingratidão. No vigésimo nono do livro I, o florentino nos fala da desconfiança que tais homens geram ao obter enorme lealdade de soldados e súditos, bem como por se tornar admirado pelos inimigos. Isso não ocorre somente pelas vias privadas, como mostra Maquiavel no oitavo capítulo ainda do livro I e do trigésimo do livro III. A glória e honra alcançadas por Camilo geravam suspeitas e inveja dos que se imaginavam também dignos de reconhecimento; ao final, a reputação pode produzir inquietações e discórdia tanto quanto o reconhecimento. Podemos observar, com isso, como a reputação, por diversas vias, produz tensões no corpo político ao elevar a imagem (logo, o poder) daqueles que a detêm; assim, serve a solidificação, tal qual a autoridade. Todavia, a reputação se torna ambígua; é, de um lado, necessária para buscar a eficácia da ação

libertadores. O último capítulo do livro, em que essas figuras mais uma vez aparecem, pode então ser considerado uma exortação à liberdade.” (Maquiavel – política e retórica, p.242)

política e o assentimento, por outro, quando em grande medida e voltada ao interesse particular, é considerada perigosa, podendo se voltar contra à liberdade das repúblicas.

Da convergência semântica da reputação com a autoridade na refundação

Como visto até aqui, os termos autoridade e reputação estão sempre relacionados a formas de cristalização do poder em Maquiavel, de fortalecimento ou solidificação da representação dos agentes políticos aos olhos dos indivíduos. Ambos influem na construção positiva da imagem no campo político, influenciando nos juízos e, conseqüentemente, no assentimento dado pelo corpo social as figuras e instituições governantes. Com efeito, servem para tornar viáveis e eficazes as ações políticas ao estender os limites em que estariam circunscritas sem elas. Por isso, por serem ligadas aos juízos políticos dos homens e ao exercício do poder, autoridade e reputação se confundem com frequência de modo que devemos aqui esclarecer de vez os pontos de convergência e divergência deles.

Maquiavel trata os termos como qualidades passíveis de serem adquiridas e perdidas, bem como em certa medida transferíveis. É assim que ele lida com a reputação em *O príncipe* ao falar no capítulo III de como Luís XII por uma série de equívocos políticos após recuperar a reputação na Itália – onde o primo Carlos VIII, por atos odiosos cometidos ali, havia gerado ódios – perdera-a novamente. Dentre esses equívocos, há o engrandecimento do poder da igreja, a qual já contava também com grande autoridade, e a falta de disposição e traquejo político para obter aliados. O secretário contrasta ainda esses equívocos do rei francês com os modos de agir dos antigos romanos – estes, nas terras que conquistavam, rebaixavam os poderosos ao mesmo tempo em que fortaleciam os de baixo, sempre evitando que qualquer um deles, sobretudo os mais fortes, alcançasse demasiada *reputação*. De modo similar, Maquiavel também fala ser preciso, quanto as precauções de um príncipe após a conquista de novos domínios, empenhar-se para que os estrangeiros com quem se alia não alcancem *excessiva força e autoridade*. Vemos nesses trechos tanto a reputação quanto a autoridade como termos intercambiáveis enquanto o poder, confundindo-se com a força, está apartada delas. Maquiavel está a demonstrar que o poder é simplesmente acrescido quando da aquisição de reputação e autoridade, detendo ainda no respectivo capítulo do *Príncipe* uma distinção sutil trazida pela lição histórica de Luís XII. A princípio, o florentino mostra

que a reputação do rei francês se dera pelos feitos militares, logo, pela glória; entretanto, enxerga que tal reputação não tivera muita valia, pois ela fora incapaz de ir além da esfera militar, obtendo a fidelidade onde mais interessava, no campo político.

Melhor uso se faz da reputação quando se converte em autoridade, em comando político efetivo e prestigiado. É para isso, afinal, que ela vale: para persuadir e conferir assentimento com vista a garantir o reconhecimento prático da figura de poder, produzindo uma imagem dela capaz de convencimento e ação. Daí se conclui que a autoridade é a forma efetiva e mais elevada da reputação na política, quando esta adquire capacidade de agir, o poder efetivo e concreto. Em palavras mais precisas, Helton Adverse resume:

*“Deter autorità é se encontrar em condições de agir, de dar vida ao mecanismo do poder. A riputazione é o pilar sem o qual nenhuma autorità pode ser erigida. Talvez a autoridade, no entanto, seja mais do que o edifício suportado pelo alicerce”.*¹⁰⁷

Com efeito, a reputação sustentaria a autoridade num plano mais elevado, mas se distinguindo dela na medida em que está inserida no plano do exercício do poder, sobre o qual efetivamente concede maior dinamismo ou versatilidade. O florentino aproxima, com isso, definitivamente as duas terminologias, que se encontram e confluem mais frequentemente no campo político, sendo a reputação uma condição de existência da autoridade, bem como a condição para ações políticas mais efetivas. Assim, conquanto a autoridade sempre detenha reputação, esta nem sempre está colocada junto àquela.

Diante disso, com relação a refundação política expressa no livro III dos *Discursos*, podemos falar de uma convergência entre os dois termos no sentido de que a *reputação* a ser devolvida ao corpo político equivaleria a autoridade? A meu ver, sim. Na primeira parte, foram vistas as similaridades nas tarefas de fundar e refundar o corpo político; tanto em relação a uma quanto a outra, busca-se fortalecer os laços políticos e a necessidade deles. Vê-se nelas a vida política em jogo, de modo tal que em ambas se deve fazer uso de gestos e instrumentais semelhantes; logo, as tarefas de fundadores e refundadores são quase idênticas, sendo a refundação política uma continuidade natural da fundação ao repetir o gesto dela em marcos similares para evitar a corrupção. Ora, visto antes que nas fundações se faz presente de modo determinante a autoridade,

¹⁰⁷ Helton Adverse. *Maquiavel – política e retórica*, p.227.

nas refundações não seria diferente. A refundação necessitaria tanto quanto a fundação se valer de um princípio maior pelo qual os elos sociais e as leis que as regulam fossem fortalecidas. Nesse sentido, quando vemos Maquiavel se referir à reputação no início do livro III, podemos contar aqui haver um sentido similar – e até mesmos idêntico – àquele da autoridade nas fundações presente em tantas partes do livro I.

Essa identidade é ainda melhor explicitada quando Maquiavel nos fala da necessidade de estar só para se criar e renovar repúblicas e reinos no capítulo nono do livro I dos *Discursos*. Nele o florentino lida com uma delicada problemática – sobre a qual trataremos melhor na parte subsequente da dissertação – referente à necessidade da solidão de uma autoridade única e do poder quase absoluto para se criar e renovar os corpos políticos. Diz ele ao final do capítulo, como já mencionado, ser preciso desculpar a Rômulo pelo fratricídio de Remo e no consentimento da morte de Tito Tácio, com quem compartilhava o governo da cidade, pois as ações teriam sido para o bem maior da cidade, e não para interesses pessoais. Para sustentar essa ideia, recorre aos exemplos históricos – Moisés e Licurgo – que demonstrariam que dificilmente ocorre de uma cidade ser bem ordenada senão por uma única pessoa, uma só autoridade a comandar e se fazer obedecida. Maquiavel considera que o primeiro rei romano tinha tal consciência da necessidade de estar só na tarefa, que sem o imperativo dessa solidão o ordenamento da cidade teria ruído diante da multiplicidade de interesses contrapostos ao bem comum. Mais adiante, reforça essa necessidade mencionando os modos de agir de dois reis espartanos: Cleômenes e Ágidas. O último, na tarefa de evitar a degeneração de Esparta, acabara assassinado pelos ambiciosos Éforos com os quais governava em conjunto ao buscar reordenar a cidade. Já Cleômenes, diante do exemplo do predecessor e da necessidade de renovação, fora bem-sucedido eliminando aqueles mesmos Éforos que se opunham à reforma e tornando-se autoridade única; com isso, obteve uma reputação que antes somente Licurgo detivera. Assim escreve sobre esse rei de Esparta:

“[...]percebeu que não podia fazer esse bem à sua pátria se não se tornasse única autoridade e parecendo-lhe, devido à ambição dos homens, que não podia fazer o bem a muitos contra a vontade de poucos, apanhada a ocasião conveniente, mandou matar todos os Éforos e quem quer que pudesse opor-se a ele; depois

*reinstaurou [rinnovò in tutto] as leis de Licurgo. Deliberação esta capaz de ressuscitar Esparta e dar a Cleômenes a reputação que tivera Licurgo[...]*¹⁰⁸

É preciso então se tornar autoridade tanto para fundar quanto para refundar de todo uma cidade, que somente é possível com boa reputação. O corolário desse capítulo é claro: a Autoridade e a reputação estão não só associadas como termos semanticamente similares nos momentos fundacionais e reformistas, mas também, na prática, são idênticas e precisam estar devidamente presentes nesses processos. Portanto, quando vemos Maquiavel falar em devolver a reputação perdida, o prestígio inicial da fundação, depreende-se conjuntamente à autoridade, que se faz estritamente necessária para reformar os estados.

Diante da crise política e do esgarçamento dos vínculos políticos entre os homens, o que se almeja é o reengajamento cívico de modo a restabelecer a confiabilidade nas instituições e nos seus representantes. Isso se dá à medida que, bem percebidas certas perfeições, qualidades e grandeza – seja em homens, seja em instituições políticas –, a reputação se torna em autoridade fazendo com que a admiração cresça, fruto de um juízo pelo qual pode estar fundamentado ou não em aparências. O que se prejulga em cada regime de governo é a excelência ou a capacidade para liderar de governantes e instituições; numa república, o reconhecimento dessa capacidade está atrelada ao direcionamento das ações para a concretização do bem comum.

Pensando mais longe no problema da autoridade em Maquiavel, Thierry Ménissier afirma que ela é posta como um eterno problema na medida em que o florentino constantemente se defronta com as crises de comando dos atores e instituições políticas¹⁰⁹. Com isso, o secretário florentino possivelmente destacou – ou até mesmo tenha inaugurado – a tradição das análises políticas que apontam crises de autoridade, de valores e de outros clichês de politólogos. De uma forma ou de outra, é inegável que Maquiavel direciona sua obra às crises contínuas da vida política; reflete, com efeito, os atos e meios necessários para lidar com elas, enveredando amiúde na

¹⁰⁸ Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, 43.

¹⁰⁹ “Confrontado com uma crise de comando e das instituições que afetou tanto Florença quanto a Itália, Maquiavel questionou tão profundamente as condições da autoridade que ficaríamos tentados a crer que sua obra só pode ser entendida como uma pesquisa sobre a natureza dela” (Thierry Ménissier, *Vocabulário de Maquiavel*, p. 10).

reflexão das vias extraordinárias, em que se mostram mais evidentes os limites da vida cívica e da manutenção do poder. Nesse sentido, é possível enxergar o problema central da autoridade das lideranças em sua obra como a busca por alternativas que possam sustentar o mundo político. Sem alternativas definitivas para o problema, a política só pode contar com acertos momentâneos, sobre os quais veremos melhor na última e terceira parte desta dissertação, observando as ações de inovar e conservar no pensamento maquiaveliano. Ao fim e ao cabo, isso nos indicará o real estatuto da ação política renovadora e uma visão mais precisa das condições da vida política em Maquiavel.

III - A Renovação maquiaveliana

Na última parte deste estudo, pretendo apresentar o estatuto da refundação política em Maquiavel e os desdobramentos dele para a compreensão da política. Antes, realizamos uma contextualização de modo a colocar em termos claros as questões postas diante de Maquiavel. Compreendendo os termos – autoridade e poder – relacionados às representações políticas, procurei esclarecer as maneiras pelas quais a disputa política ocorre essencialmente no campo das aparências – da visibilidade estruturada no campo simbólico – de modo a obter certos fins. São tais fins, definidores dos sentidos das ações tomadas, que serão refletidos daqui em diante. Da criação à conservação, a ação política se projeta no pano de fundo da contingência e imprevisibilidade. Nesse debate, a refundação política se caracteriza por ser uma ação intermediária e ambígua ao possuir exigências díspares, conduzindo, ao fim e ao cabo, a mudanças sem maiores alterações e a reprodução da almejada estabilidade; a partir disso, constataremos como a condição da política em Maquiavel é de grande precariedade e como os ordenamentos nela dependem de um movimento constante para se manterem vivos. A refundação atestaria tal condição mais claramente, colocando a problemática da referência ao passado junto às demandas do presente.

A refundação política como ação intermédia

Inovação e conservação em Maquiavel

Voltadas ora à inovação, ora à conservação, as ações dos agentes políticos adquirem significado à medida que tencionam alterar ou preservar aspectos da realidade circundante. Nas palavras de Leo Strauss, toda ação política, com um agente imbuído de uma certa compreensão particular do que é o bem, almeja mudança ou conservação de algo sempre com vista ao melhor e ao pior, buscando evitar este e realizar aquele¹¹⁰. De um lado, trata-se de um modo de pensar contemporâneo, ligado a uma concepção política dicotômica entre progresso (progressismo) e conservação (conservadorismo). Por outro, Strauss insere uma ideia de bem, que regeria as ações humanas, mais afinada

¹¹⁰ “Toda ação política almeja a conservação ou a mudança. Quando desejamos conservar, queremos evitar uma mudança para pior; quando desejamos mudar, queremos criar algo melhor. Toda ação política é, portanto, guiada por algum pensamento acerca do melhor ou do pior. Mas o pensamento sobre o melhor ou pior implica o pensamento sobre o bem.” (STRAUSS, Leo. *Uma introdução à filosofia política*. Tradução Élcio Verçosa Filho - São Paulo: ÉRealizações, 2016, p.27.)

com o pensamento antigo da filosofia, em que se vê a política como um campo cuja finalidade é a realização da natureza social compartilhada. Assim expresso, os atos políticos carregariam consigo um conteúdo ideológico moderno e também um sentido antigo, voltado à natural e virtuosa finalidade da vida política.

De um modo ou de outro, nosso autor em questão não se vale nem de uma concepção de bem abstrato e filosófico a guiar as ações políticas e, menos ainda, de uma dicotomia para classificá-las. Maquiavel se opõe aos antigos quanto ao *telos* da política, valendo-se de exemplos históricos para apontar uma variedade de ações visando a conquista e a conservação do poder. Ademais, muito embora se possa fazer uma aproximação entre os dois sentidos de conservação, o pensamento maquiaveliano está ainda inserido num contexto próprio, no qual conservar é fazer durar as coisas mundanas, sujeitas ao regime inapelável do tempo. A conservação, em Maquiavel, adquire um sentido atrelado às maneiras de preservar o poder o maior tempo possível, tornando duradouras as obras políticas.

O caso das fundações explicita bem a maneira como as ações políticas ganham sentido no momento em que se realizam, conferindo ao corpo político identidade coletiva, valores e existência. Nelas, como visto, o fundador, que se cerca da coletividade que o elege ou que é conquistada por ele, confere uma forma específica à matéria humana; como tal, não se trata de nenhum desenvolvimento natural da essência dos homens ou de algum aporte divino pelo qual realizam a vontade maior dos céus – ainda mais se considerarmos a necessidade de dissimulações e atos extraordinários para manter os homens unidos. O sentido que o ato criador da vida em comum adquire é dado pelo fundador sob o tempo e as circunstâncias postas a ele. O que devemos ressaltar agora a respeito da inovação em Maquiavel é tal busca por imprimir novas formas e o sentido dado a elas.

A distinção inicial que Maquiavel realiza, em *O príncipe*, entre principados hereditários e novos apresenta estes como os que sofrem as maiores dificuldades, uma vez que não contam com a disposição conformista ou habitual dos herdados¹¹¹. Ademais, o florentino considera a tarefa do *introdutor de uma nova ordem* – sobretudo

¹¹¹ “[...] nos Estados hereditários e acostumados à linhagem de seus príncipes, são bem menores as dificuldades para conservá-los do que nos novos, pois basta não descuidar da ordem instituída pelos antepassados [...]” (Maquiavel. *O príncipe*, cap. II, p.5).

de uma ordem livre – das mais perigosas e incertas; o fundador se defronta com os possíveis adversários da ordem antiga e a defesa acanhada dos partidários¹¹², os quais não veem grandes benefícios de início. Nesse sentido, precisará apelar a medidas extraordinárias: matar os filhos de Bruto (nos estados livres) ou o próprio Bruto (nos principados).

O florentino reflete então o que deve o príncipe conquistador fazer para instaurar as leis e instituições que deseja nos principados novos. A conquista em si, como puro ato de força, é insuficiente para a tarefa fundacional, a qual exige, como Newton Bignotto observa, passar da pura negatividade da violência para a posição positiva de criador de uma nova ordem social¹¹³. De conquistador (ou invasor) deve-se converter em herói fundador, papel no qual se coloca como criador do imaginário político a mobilizar e articular as novas relações sociais estabelecida pela nova ordem. A dificuldade da tarefa está na *incredulidade dos homens* em relação às novidades; como ressalta Maquiavel, os homens *só creem na verdade das coisas novas depois de comprovados por uma firme experiência*¹¹⁴. Não se trata aqui de negar a força e a violência que se encontram presentes nas fundações, mas de verificar outro princípio nelas no qual se pensa as condições materiais e espirituais para que o novo ordenamento se solidifique. Como verificamos, o poder conta tanto com a força das armas quanto com a retórica para se fazer efetivo no campo das aparências a reger a política. O príncipe maquiaveliano se faz valer das armas para conquistar e com elas sustentar seu *imperium*; contudo, na etapa seguinte, deve contar com medidas além delas pelas quais faz mostrar sua *virtù* enquanto governante, e não mais como conquistador. Aqui, podemos novamente entrever a reputação e autoridade do momento fundador; as representações dos atos políticos, a maneira como são julgados, importam tanto ou mais que o ato de força pelo qual se conquistam estados e seus territórios.

¹¹² Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap. 16, p.65-66.

¹¹³ “Devemos, pois, distinguir a conquista – momento da pura negatividade – da fundação – momento de criação do social. [...] O conquistador vitorioso passa, numa fração de segundos, da pura negatividade para a posição de criador. [...] ele não pode fazer nada de positivo para ajudar sua obra quando ainda ocupa a posição do invasor.” (BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 2015, p.127.)

¹¹⁴ Maquiavel. *O príncipe*, cap. VI, p.25.

Os exemplos utilizados por Maquiavel elucidam como a tarefa criadora obtém êxito ou fracasso. Um deles já mencionado é o de Luís XII, de quem o florentino tece considerações da malfadada empreitada para conquistar a Lombardia. As vitórias militares de Luís não se materializaram em êxito político duradouro. Como já visto, Maquiavel vê os erros do rei francês em não preservar os aliados locais e deixar a igreja crescer em poder, enfraquecendo a si mesmo enquanto fortalecia um adversário pelo domínio da região. A conversa com o cardeal de Ruão, que o florentino relembra ao final do capítulo III do *Príncipe*, deixa claro que a conquista francesa fora incompleta sem o trabalho político de fundar uma nova ordem, de cuidar devidamente dos assuntos de governança: “Dizendo-me que os italianos não entendiam de guerra, respondi-lhe que os franceses não entendiam de Estado[...]”¹¹⁵. A ruína francesa se dera pela sua inépcia em ir além da exterioridade da conquista, percebendo os costumes e as tradições locais para criar laços de amizade e se fazer autoridade local plena e bem reputada. Ao contrário das ações do rei francês, César Bórgia executa todas aquelas recomendadas ao príncipe que pretende estabelecer um novo reino. O duque de Valentino foi dos exemplos mais recordados por Maquiavel, tornando-se o ideal para ele de príncipe novo; capaz, ousado e de grande engenho, Bórgia agira com especial *virtù* em meio a muitas adversidades descritas no sétimo capítulo de *O príncipe*. O Valentino se valera inicialmente da ajuda de seu influente pai – o papa Alexandre VI –; movendo-se, entretanto, com habilidade pelo quadro tumultuoso da Itália e criando os próprios meios de força e autoridade, de modo a não depender da fortuna e *virtù* alheias. Sua intensa história, ao final, é interrompida pelos golpes da má sorte, dirá Maquiavel.

No entanto, a trajetória de César Bórgia serve para demonstrar que o ato inovador não é absoluto ou *ex nihilo*. Diferente de Rômulo e outros, de quem analisa as histórias e lendas contadas, Maquiavel como diplomata acompanhou de perto os passos de Bórgia. Observando as ações do duque, vira que a fundação é em parte determinada pela vontade do fundador, e também por uma série de condicionantes pelas quais se converte em ato firmemente preso às exigências do tempo histórico, da *fortuna*. De modo que as leis e representações criadas pelo ator político necessitam responder a elas, fazendo uso de diferentes gestos tanto para demonstrar força quanto seu valor

¹¹⁵ *O príncipe*, cap. III, p.16.

peçoal. Ilustra isso o modo como Bórgia buscou estabelecer uma nova ordem na Romanha deflagrada. Maquiavel relata que, tendo restabelecido a ordem na cidade, mas angariado o ódio de seus cidadãos pelo métodos cruéis empregados, Bórgia foi levado a executar com crueldade seu subordinado direto na cidade para apaziguar os ânimos e se eximir da imagem odiosa que lhe fora atribuída. Instalando por lá um tribunal civil, o Valentino precisou mediar as relações na região para construir a ordem desejada e se fazer enaltecido. Combinando gestos retóricos e de força, Bórgia apresentara a fundação como aquilo que é em essência: a criação do social com todas as suas dificuldades para construir representações positivas, e não os tão louvados e mitificados momentos exemplares do passado. Com efeito, o florentino contrapõe as formas como até então as fundações eram representadas pelas tradições humanista e antiga com a apresentada nas experiências, dentre outras, do Valentino¹¹⁶ – o que acompanha também toda a mudança de perspectiva no modo de compreensão da política que empreende como atividade estruturada pelos conflitos e necessidades dos homens. Não mais as formas políticas perfeitas a se adequar a ideais de virtude, ou os grandes sábios legisladores ou os mitos de fundações exemplares, Maquiavel enxerga as experiências políticas no que elas têm de mais precário e incerto, devendo constantemente serem aperfeiçoadas com o tempo. A vontade do ator político é contraposta perante as inúmeras variantes sociais e históricas, que a colocam sempre em certa posição de precariedade ante um mundo contingente e sua *fortuna*.

Maquiavel reconhece, então, a necessidade da fundação em atender os valores morais de determinada comunidade e época para atender as exigências do tempo. O fundador, como Bórgia, não pode se colocar alheio aos costumes e tradições, devendo se valer deles para construir seu projeto de poder; a fundação, portanto, precisa ir além dos gestos de força e alcançar certa dignidade pela qual se faz a autoridade do agente político, só obtida, como vimos, mediante um juízo positivo, que por sua vez é dado com

¹¹⁶ Para Newton Bignotto, Maquiavel se encontra no tempo em que as grandes fundações são imagens do passado. O florentino utiliza do exemplo de César Bórgia para demonstrar as especificidades da fundação, cuja complexidade é maior do que das idealizadas pela tradição humanista: “Ao contrário dos humanistas cívicos, Maquiavel quis justamente mostrar o quanto era abstrata uma história transformada em objeto de veneração. Nesse sentido, César Bórgia ‘fundou’ um principado como Moisés, mas Maquiavel não se restringiu a essa constatação, ele quis afirmar a especificidade do momento que dá origem às leis fundamentais de um povo. Mais uma vez, ele tinha como adversários os humanistas, mais uma vez deixou de lado a exemplaridade da fundação[...]” (Maquiavel republicano, p.132).

a representação afinada à moral tradicional e à capacidade de liderança política. Vale mais uma vez a advertência do florentino a respeito do ser e da aparência na política, da tendência de julgar um pelo outro; a universalidade humana (*lo universale degli uomini*), dirá nos *Discursos*, costuma se nutrir tanto *do que parece ser quanto do que é*, comovendo-se mais na maior parte das vezes com o que as coisas aparentam ser¹¹⁷. Com isso, as ações dos fundadores não só devem guardar a vontade deles nas leis e instituições mas parecer guardar vestígios da moral predominante, o que garante a elas durabilidade.

Portanto, Maquiavel atrela as ações inovadoras à perspectiva da conservação, convertida em objetivo maior de todo agente político na obra do florentino. As fundações são inacabadas e não absolutas, exigindo uma atuação ao longo do tempo para se preservá-las; assim, a conservação é a dimensão da qual as ações políticas não podem prescindir sob o risco de tudo o que realizam se tornar efêmero e de pouca monta. E posto que a fundação é uma operação de inventividade humana com suas especificidades, e não um desenvolvimento natural da sociabilidade, pensar a conservação é uma imposição para as ações dos agentes políticos irem além das existências momentâneas. Como é dito nos *Discursos* pelo florentino:

*“A salvação de uma república ou dum reino, portanto não está em ter um príncipe que governa com prudência enquanto vive, mas em ter um que ordene tudo de tal modo que, morto embora, tudo se mantenha.”*¹¹⁸

Imperfeitas, as fundações exigem ações constantes para mantê-las, um trabalho contínuo de criação e conservação da vida política¹¹⁹; nega-se, portanto, a possibilidade da fundação ser um momento mítico e isolado no tempo. O valor da fundação, de um reino ou república, está posta na sua capacidade de perdurar na ausência de seu fundador. O exemplo do príncipe novo, César Bórgia, diz Maquiavel, sempre agira tendo em mente a eventual morte do pai e em como teria que lidar com cenários nos quais um novo papa surgisse; uma tentativa, portanto, de criar fundamentos sólidos, buscando se conservar para quando o momento chegasse. Nesse sentido, o Valentino é

¹¹⁷ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap. 25, p.87.

¹¹⁸ *Idem*, I, cap. 11, p.52.

¹¹⁹ Esse é um ponto do pensamento de Maquiavel bastante lembrado por Newton Bignotto: “O que Maquiavel procura nos mostrar é que toda ação política é um gesto de criação contínua do social[...]” (Bignotto. *Maquiavel republicano*, p.149).

exemplar, pois teve plena consciência dos desafios impostos à inovação política e sua conservação. Assim, o fundador tenciona fazer seus atos perdurarem, pois sabe que, por mais virtuosos que tenham sido eles, a operação do tempo, a instabilidade da *fortuna*, irá apagar o brilho deles pela perda da memória e da consciência da necessária manutenção da sociabilidade. Assim, tanto melhor será a fundação quanto mais tempo puder conservar a *virtù* inicial dela.

Para a tarefa de conservar mais tempo a *virtù* desses gestos criadores, a vida política traz a exigência da ação mais contundente de outro ator político: o povo ou a multidão. Nos relatos das fundações, o povo permanece como figura sempre passiva das ações grandiosas dos fundadores, como matéria a ser moldada à vontade destes, massa informe para a escultura do fundador através das instituições e leis criadas. É verdade, porém, que o príncipe prudente age com vista ao povo, aos juízos realizados por ele; como já expresso, as ações são condicionadas pelo regime de visibilidade, das representações políticas do poder produzidas e reproduzidas incessantemente. A aprovação e o prestígio estão sempre em jogo, o que o obriga a se fiar à moral tradicional e aos anseios populares. Em *O príncipe*¹²⁰, lembremos ainda, Maquiavel considera essencial ao governante se valer do apoio do povo e, caso sem a estima deste, ao menos não se tornar odioso, evitando conjurações que o levem a perder seu posto; o Estado seguro e estável se faz com a anuência desse amplo segmento. Com efeito, no horizonte das ações do fundador, sempre se encontra presente o povo e seu julgamento.

Essa figura coletiva detém, além do mais, um papel importante para a conservação na medida em que a elevada *virtù* do momento inicial deve ser mantida não somente pelo valor individual, mas coletivo da universalidade. Em princípio, Maquiavel assegura ao povo e ao humor que lhe acompanha – o de não ser oprimido – as garantias da duração dos regimes políticos, tanto no apoio que concede aos príncipes¹²¹ quanto nas ações próprias. O povo detém papel maior do que mero sustentáculo de príncipes, devendo sustentar o vigor das cidades ao longo do tempo. A sucessão de bons governantes é difícil para muitos regimes, sobretudo aos principados, de modo que se faz preciso contar com a *virtù* do conjunto de cidadãos e súditos; é a

¹²⁰ Refiro-me aos capítulos XVII e XIX de *O príncipe*.

¹²¹ Em *O príncipe*, capítulo IX, vemos que se apoiar no povo é mais seguro ao governante, uma vez que os grandes ambicionam seu lugar enquanto o povo espera unicamente sua proteção contra a arrogância daqueles. O apoio popular, destarte, é essencial para a manutenção dos governos.

estes que se espera a defesa contra inimigos externos e a sustentação de uma cidade próspera. Para tal, compete à religião e ao serviço militar manter o engajamento cívico, instilando o amor à pátria e ao bem comum. Roma manteve a vida ativa dos cidadãos e a coesão social tanto através da guerra quanto dos assuntos religiosos: a ordem militar mantém um povo ciente dos deveres com a cidade, uma vez que a participação nela leva aos maiores esforços e sacrifícios; já os assuntos religiosos (ordenados por Numa), detêm, como visto, forte autoridade sobre os homens. É preciso, então, bons ordenamentos que incentivem as boas ações dos cidadãos para se evitar a degradação de costumes existente no quadro corruptivo, estando aí visto antes a razão de louvor aos fundadores. A *virtù* coletiva se distingue da individual dos príncipes por se fazer necessária no longo prazo e de modo mais constante, devendo se tornar ordinária na vida política.

Assim, a mais importante distinção que se estabelece entre a inovação e a conservação em Maquiavel diz respeito aos agentes envolvidos. A inovação é tarefa cumprida solitariamente por homens de elevada *virtù*; enquanto a conservação ocorre pelas ações de muitos, reunidos de modo a sustentar uma *virtù* coletiva com o passar do tempo, dependendo menos da providencial situação de um príncipe virtuoso. Em suma, para o florentino, a fundação é momento de solidão, no qual é preciso abrir mão em um primeiro momento da pluralidade das vontades pela *virtù* e inteligência providencial do fundador único; já os atos posteriores devem ser sustentados por um conjunto virtuoso. Nesse palco, de um mundo sem referenciais plenamente seguros, que se desenrolam grandes feitos individuais e coletivos que buscam resistir ao fatalismo dos destino-manifestos de toda ordem, a refundação política se insere como momento de revitalizar a *virtù* e trazer de volta seu resplandecimento. Isso implica a tarefa contínua de recriação do social, mas com a dificuldade adicional de ter que comportar as exigências juntas da inovação e conservação políticas; é preciso, todavia, averiguar como elas estão presentes na renovação maquiaveliana, observando a dupla imagem efetuada por ela no imaginário político.

A refundação política como uma ação intermédia

Por fim, vejamos o estatuto da refundação política. O escopo almejado por ela seria a inovação ou a conservação? Por um lado, sua ação é conservadora ao se voltar, como

vimos, ao passado e aos princípios do corpo político. Da mesma forma, a busca por devolver a reputação e autoridade de seu princípio se associa a uma empreitada conservadora na medida em que devolver o prestígio existente no passado significa conservar certos aspectos dele, mirando a continuidade da forma inicial do corpo político. Por outro lado, pode-se considerá-la inovadora tendo em vista sua perspectiva de transformação do presente, recriando condições para a conservação ao mesmo tempo em que modifica e depura as imperfeições da fundação originária e do desenvolvimento gerado por ela. Nesse movimento inovador, podem ser criadas novas leis, instituições e representações do poder que guiam a imaginação e a vida política a novos caminhos, buscando grandes mudanças (novos inícios) ou apenas ajustes finos das leis e ordenamentos¹²². Assim, a renovação se mostra uma tarefa de certa ambiguidade pela qual os agentes políticos devem encontrar maneiras de satisfação das exigências ou urgências de diferentes tempos.

Em *Machiavelli's new modes and orders*, Harvey Mansfield também se questiona a respeito do estatuto da refundação política, considerando seu significado de acordo com o fim que almeja. Nesse sentido, a resposta de Mansfield coloca a renovação em Maquiavel como um ato oposto ao conservadorismo:

“Pela analogia entre o corpo humano e os corpos misto, deve-se supor que o último deve ser imperfeito nos seus princípios e necessário crescer. Retornar ao princípio não significa retomar a constituição original mas curar a corrupção advindas com o crescimento. ‘O retorno maquiaveliano para o princípio’ é o contrário do conservadorismo. Ao invés de se opor, ele requer crescimento contínuo, ou mudança, por interesse ao bem estar ou progresso.”¹²³

¹²² Maquiavel designa cada uma dessas refundações pelos termos *innovazione* e *rinnovazione*, os quais também podem ser tomados como noções amplamente distintas uma da outra segundo José Luiz Ames apontou na banca desta dissertação. A *rinnovazione* se refere à refundação por ajustes contínuos ou periódicos das leis e ordenamentos, como se apresenta no primeiro capítulo do livro III dos *Discursos*. Já a *innovazione*, por outro via, designa as grandes refundações quando o corpo político se encontra bastante deteriorado, necessitando maiores mudanças ou remédios para recriar a ordem ou começá-la novamente, vistos nos capítulos 16, 17, e 18 do livro I dos *Discursos*. Como será analisado, a mera *rinnovazione* é uma tarefa mais simples do que a *innovazione*, uma vez que esta lida com cenários mais adversos.

¹²³ “By the analogy between the human body and mixed bodies, one must suppose that the latter must have been imperfect at their beginnings and needed to grow. Returning toward the beginning does not mean resuming the original constitution but curing the corruptions that come with growth. Machiavelli’s ‘return toward the beginning’ is the contrary of conservatism. Instead of opposing, it requires continued growth, or change, for the sake of well-being, or progress”.¹²³ (*Machiavelli's new modes and orders – A study of the Discourses on Livy*, p.299.)

Para o comentador, a refundação não pode ser considerada conservadora uma vez que se volta ao crescimento do corpo político, e não a paralisia. Sendo o retorno ao princípio uma maneira da vida política ficar livre de formas defasadas do passado, ela se caracterizaria por permitir ações em direção a mudanças para um contínuo crescimento; define-se, por conta disso, como uma ação voltada ao progresso ou oposta à conservação. Essa definição, contudo, desconsidera as nuances do ato renovador, que comporta muitas vezes alterações mínimas para um reavivamento das ordens e leis, alterando para que tudo permaneça o mesmo. A aplicação periódica das leis por meio das execuções públicas, que instauram o terror original preservando os ordenamentos, é um exemplo, uma vez que mudanças relevantes são ausentes dela. As necessidades das modificações e dos meios utilizados pela refundação variam com o quão corrompido se encontra o corpo político; a corrupção pouco espalhada, veremos melhor, exige remédios menos drásticos e mudanças imperceptíveis.

Pela consideração da ambiguidade, Claude Lefort fala da indistinção das exigências de mudança e continuidade e se pergunta exatamente que retorno e mudanças a refundação tenciona. Diante das exigências de inovação e de retorno postas nessa ação política, aduz que ambas se confundem no limite da busca pela restauração do corpo político; tal busca configura uma mudança restaurativa, desfazendo os efeitos do tempo que afastam o corpo político da sua origem, cuja bondade inerente é corrompida. Dessa forma, os meios extrínsecos e intrínsecos pelos quais a empreitada renovadora é concretizada visam despertar os indivíduos da inércia causada pela corrupção geral, que apaga a memória histórica e desvia a atenção para outros bens. Em seu texto, Lefort menciona o exemplo apresentado por Maquiavel com a instituição dos tribunos da plebe. Reação à insolência dos grandes nos primeiros anos da república, os tribunos significaram um reencontro com a virtude da fundação sem, no entanto, restaurar a ordem primitiva; tratou-se de uma alteração a romper com princípios postos nos primeiros tempos da cidade e, ao mesmo tempo, reviver a legalidade nela freando o ímpeto dos que colocam em perigo sua unidade. Os tribunos renovaram as leis romanas respondendo à ameaça do rompimento da coesão social das classes na cidade. A nova instituição retirou dessa urgência a autoridade para se fazer obedecida e reviver as leis; semelhante ao que ocorrera na fundação com a necessária união social a

mobilizar os homens em torno da cidade e de quem reunia o prestígio para guiá-la, Rômulo.

Daí Lefort utilizar a fórmula do retorno aos princípios: uma resposta não idêntica, mas análoga ao passado, permitindo reavivar a força dos ordenamentos e sua ligação com o povo¹²⁴. As inovações como a dos tribunos visam conservar as leis existentes – mesmo que de alguma forma alteradas –, de modo que não se pode falar de mudança sem continuidade no que diz respeito à refundação política; portanto, inovando e conservando aspectos do corpo político, é uma ação política ambígua ou intermédia. Como é dito ainda pelo francês, ela emprega medidas inovadoras e conservativas que, no limite, se confundem em exigências por transformação e restauração¹²⁵.

Sua ambiguidade se mostra mais clara também pela via de renovação que concerne ao surgimento dos *homens bons*. Como vimos, os atos admiráveis ensejam modelos exemplares de virtude por meio dos quais a imaginação política é reconduzida aos seus princípios; por meio deles, os costumes gerais são corrigidos ao se reconduzir a boas práticas no interior do corpo político. Segundo Lefort, esses atos possuem tal efeito pois atraem a imaginação coletiva não para aqueles que os executam, e sim para a noção de deveres cívicos a transcender a esfera privada¹²⁶. Tal ordem existente no passado é esquecida pelo processo corruptivo do tempo e relembada à medida que as ações ganham visibilidade, remetendo à ordem maior de obrigações dos cidadãos. A renovação pela demonstração de virtude desperta novamente as consciências no interior da república para os deveres que lhes concernem enquanto pertencentes ao corpo coletivo.

E, com a autoridade que ganham por suas ações, os homens bons de *virtù* se tornam suportes diretos das novas leis e instituições. Conforme diz ainda Lefort, tanto

¹²⁴ “[...] *non pas retour au passé, mais, dans le present, repónse analogue à celle qui fut donnée dans le passé*” (LEFORT, Claude. *Le travail de l’oeuvr*. Paris: Gallimard, 1986, p. 601).

¹²⁵ “*A la limite, il n’est donc done que des mesures entièrement nouvelles [...] – à la limite, l’exigence de la conservation se confond avec celle du changement*” (LEFORT, Claude. *Le travail de l’oeuvr*. Paris: Gallimard, 1986, p. 601). “*No limite, não há então só medidas inteiramente novas [...] – no limite, a exigência de conservação se confunde com a de mudança.*”

¹²⁶ “*Cependant, ils n’attirent pas sur leur personne, comme au prince, les sentiments de l’amasse, ou ne le font qu’à titre de médiateurs, dans la mesure où ils manifeste um ordre d’obligation qui transcende le monde des intérêts privés.*” (LEFORT, Claude. *Le travail de l’oeuvr machiavel*. Paris: Gallimard, 1986, p. 602.). “*Entretanto, não atraem sobre sua pessoa, como ao príncipe, os sentimentos da massa, e não o fazem a título de mediadores, na medida em que manifestam uma ordem de obrigações que transcendem o mundo de interesses privados.*”

esses cidadãos quanto os novos ordenamentos se apoiam mutuamente. Se as leis e instituições por si sós são insuficientes sem os sujeitos que as possam aplicar e conduzir com *virtù*, tampouco os ditos homens bons podem manter a unidade do corpo político sem o arcabouço institucional que lhes possa servir de mediação. Com isso, é preciso contar com os diferentes meios intrínsecos da renovação para que esta tenha melhores resultados. Maquiavel demonstra essa convergência necessária ao falar do tribunos ainda no início do livro III dos *Discursos*, das diferentes ordenações que deram novo vigor à Roma e precisaram da *virtù* de cidadãos dispostos a colocá-las em funcionamento;

“[...] as ordenações que fizeram a república romana voltar aos seus princípios foram os tribunos da plebe, os censores e todas as outras leis contra a ambição e a insolência dos homens. Ordenações que precisam ganhar vida graças à virtù de um cidadão que, corajosamente, faça de tudo para pô-las em prática, contrariando o poder daqueles que a transgridem.”¹²⁷

Pouco adiantaria contar com bons ordenamentos sem o auxílio de um corpo cívico atuante e de *virtù*, pois as refundações obtêm êxito com a articulação entre as instituições e os cidadãos. Maquiavel não vê leis e instituições, por mais sábias que sejam, funcionarem adequadamente senão quando exercidas pela *virtù* da ação humana a dar a elas sentido e vida apropriadas. Tal raciocínio exposto no primeiro capítulo do livro III com uma série de exemplos de cidadãos dos *Discursos* é devidamente reforçado pelos seguintes com o menção à figura de Bruto, que fundara a república romana e dera vida ao novo ordenamento com a execução dos próprios filhos, que conspiravam para restabelecer o regime monárquico. Os segundo e terceiro capítulos expõe as ações do fundador da república e refundador da cidade de Roma, a astúcia da simulação para enganar os Tarquínios e restabelecer a liberdade da cidade, e a severidade extrema da execução dos próprios filhos com a qual a manteve. Esse último e severo ato corresponde a convergência das leis com a autoridade que fez o recém-instituído ordenamento da república ser posto em prática e ganhar prestígio. A utilidade dessa execução pública fora tão inquestionável em sua autoridade que perdurara na memória com extraordinária força no tempo:

¹²⁷ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, III, cap. 1, p.307.

*“Foi tão necessária quanto útil a severidade de Bruto para manter em Roma a liberdade que ele acabava de conquistar, o que é exemplo raro em todas as memórias das coisas: ver o pai tomar assento nos tribunais e não só condenar os filhos à morte, mas também presenciar a sua morte. E quem ler as histórias antigas sempre saberá que, depois de uma mudança de estado, seja de república para tirania, seja de tirania para república, é necessária uma execução memorável contra os inimigos das condições presentes”.*¹²⁸

O exemplo de Bruto instiga o temor e a admiração, mas, mais do que isso, cria forte impressão pelo gravidade como lida com a traição dos próprios filhos, um ato que marca profundamente a memória histórica e que estabelece o princípio maior da obediência às leis. Para Lefort, Maquiavel consagra Bruto como um herói republicano cuja autoridade se viu mais afirmada com sua disposição ante a coisa pública, apagando sua própria figura privada – junto ao amor filial – para fazer valer o novo ordenamento republicano¹²⁹. Pode-se dizer que a figura de Bruto, como cidadão por excelência devotado ao bem público, atrelou autoridade às novas leis a serem rigidamente obedecidas.

As experiências do passado devem servir de modelos para as ações renovadores no presente de modo a readequar os modos e ordenamentos antigos sob novas formas análogas. (No caso de Bruto, a severidade da condenação filial chama atenção pela semelhança com a do fratricídio de Rômulo; ambas as ações, condenáveis em certas perspectivas, são endossadas por Maquiavel pelos efeitos para a cidade.) É a maneira como essas ações remetem ao tempo antigo, a antiga *virtù* da origem, para responder ao presente que faz com que as ordenações recuperem o prestígio e a reputação. A corrupção rebaixa a *virtù* antes existente e faz com que o corpo político acumule males e prejuízos variados, levando à incompatibilidade entre a forma adquirida na fundação e a matéria humana do presente; trata-se, portanto, com a refundação, de responder à incompatibilidade dos tempos circunscritos, à desregulagem na qual leis e instituições criadas no passado deixam de responder adequadamente as questões políticas do presente. A refundação realiza, com isso, uma convergência dos tempos, o da origem do corpo político com o vivido pelos novos atores. Ao fim e ao cabo, o que se coloca em

¹²⁸ *Idem*, III, cap. 3, p.313.

¹²⁹ “[...] l’*autorité la plus affirmée à l’effacement de soi devant la chose publique*” (Lefort. *Le travail de l’œuvre Machiavel*, p.607). “[...] a autoridade mais afirmada ao apagar-se diante da coisa pública.”

jogo é a própria existência das leis e ordens um dia estabelecidas e que perderam a capacidade de dar respostas adequadas; a consequência natural já descrita é a degradação dos costumes e a perda do reconhecimento das leis e instituições. Assim, para Maquiavel, as crises políticas se caracterizam sempre pelo desprestígio, seja dos agentes políticos seja das leis e instituições.

Os gestos da refundação, pela admiração ou pelo medo, retornam ao passado e aos necessários elos a ligar todos ao corpo político. É possível lembrar novamente a severidade de Bruto, instigando admiração e temor pelas novas leis, e os exemplos religiosos citados por Maquiavel de São Domingos e São Francisco, que buscaram imitar com seus votos de pobreza a figura de Cristo na terra. As ordens religiosas das quais faziam parte contribuíram em renovar o cristianismo, que padecia da desonestidade e incúria de seus integrantes; restabeleceram a figura de Cristo, voltando ela a preencher as mentes e corações dos homens devotos. Nos exemplos desses clérigos, bem como no de Bruto, a renovação é um retorno ao que havia de mais virtuoso no passado, seja na vida religiosa seja na civil, excitando a imaginação coletiva e despertando nela o impulso para a *virtù*. Tal como os grandes fundadores, esses reformadores visam com seus atos influir nas representações políticas dos indivíduos, conscientes de que o julgamento sobre seus atos é determinante para o êxito no renovado poder que almejam.

Essas ações extraordinárias demonstram que a vida política deve periodicamente repor o sentido das leis e instituições, as razões pelas quais existem e que se encontravam presentes na sua origem. As demonstrações oportunas de *virtù* e terror reconduzem, no imaginário dos homens, à necessidade vital da coexistência junto ao corpo político. Os atores que se tornam cientes da necessária utilização desse expediente periódico e extremo são os que reconhecem a gênese das leis e instituições políticas na ação humana, bem como o fato de que elas tendem sempre a degenerar com o tempo. Tal consciência é o primeiro passo da grande arte política: saber dosar as ações ordinárias e extraordinárias¹³⁰, discernindo os momentos certos para cada uma.

Assim, os grandes atores políticos reformistas reconhecem a necessidade de revisão das leis de tempos em tempos de modo a recriar as condições da geração

¹³⁰ Thierry Ménissier diz que a arte do príncipe em Maquiavel consiste “*em grande medida na sua capacidade de perceber a justa relação entre os ‘os modos ordinários’ e os ‘os modos extraordinários’*” (Thierry Ménissier. Vocabulário de Maquiavel, p.22).

contínua do social, aplicando as medidas necessárias para tal num mundo contingente. Cabe mencionar novamente o exemplo de Camilo e dos romanos. O estadista e o povo de Roma, conta o florentino nos trigésimo e trigésimo primeiro capítulos do livro III dos *Discursos*, fizeram-se grandiosos à medida que souberam atuar com *virtù* inalterada em meio às variações da *fortuna*. Isso se devia à consciência de que a sorte eleva e esmorece os homens, mas também é em parte construída por eles, de modo que as ordenações e leis devem sempre ser mudadas para acomodar as ações necessárias a serem tomadas. Com tal discernimento, Camilo e os romanos, ao longo da história, conseguiram reordenar a cidade após a invasão gaulesa e reconduzi-la ao caminho da liberdade e grandeza; não por meio de inalteráveis ordenamentos, mas circunscrevendo-os nas disposições do presente; a refundação não visa a manutenção das ordenações antigas, mas aprimorá-las.

Maquiavel vê então a boa ação política como aquela que restitui, como nos diz Newton Bignotto, as bases imaginárias e simbólicas das sociedades¹³¹, remetendo as leis e instituições ao primeiro impulso existente nelas. Com efeito, a boa lei seria aquela capaz de lembrar constantemente o papel da vida política e a necessidade da organização social. Inexiste, para Maquiavel, a noção mítica ou perfeita da origem das cidades, como propagado pelos humanistas florentinos; o que há, ao invés, é a tentativa dos agentes políticos de inscrever e reinscrever os sentidos para unir os homens sob determinadas formas políticas. Bignotto vê como consequência dessa perspectiva o apagamento das distinções entre a fundação originária e as demais que se seguem dela¹³²; no entanto, firmo outro entendimento a respeito da indistinção dessas noções. Certamente há desdobramentos do fato de que as fundações, como obras humanas sob o regime da contingência, sempre são inacabadas e imperfeitas, tornando necessários atos contínuos que restituam certa imaginação política. Contudo, se estão presentes nas ações renovadoras as exigências de responder a degeneração do presente e de corresponder aos princípios postos na origem, devemos falar de distinções uma vez que

¹³¹ “[...] não se trata mais de estudar uma história factual, mas a fundação repetida das bases imaginárias e simbólicas das sociedades” (Bignotto. *Maquiavel republicano*, p.113).

¹³² “[...] a boa lei não é a que foi enunciada nos tempos imemoriais, mas aquela que restitui o sentido do que os homens acreditam ser a fundação primeira de uma cidade. A primeira consequência dessa perspectiva é que Maquiavel apaga a diferença entre a ‘primeira fundação’ e todas as que se seguem” (Idem).

ambas não se apresentam na inovação maquiaveliana. Esta última atende unicamente às condições do momento inicial e à vontade do legislador como demiurgo, e não às expectativas de um momento do passado como na refundação. Assim, não há um apagamento das distinções entre as diversas fundações conquanto nenhuma delas seja absoluta: a ação política renovadora deve ser vista como ação intermediária, depreendendo as exigências de inovação e conservação políticas, sem as quais se faz incompleta na sua tentativa de evitar a decadência.

As possibilidades e limites da ação renovadora

Definida a refundação como ação política intermédia pela qual o corpo político com um referencial posto no passado se renova, é o momento de demarcar seus limites. Nesse sentido, veremos que tipo de ação imitativa tenciona e até onde pode ir diante de quadros corruptivos avançados; ao final, vemos uma aproximada concepção da política que tal ação revela em Maquiavel.

No âmbito da cultura do Renascimento, a imitação (*imitare*) fora uma noção amplamente utilizada na retomada de valores e estilos da antiguidade greco-romana, circunscrita sobretudo ao campo da estética. Tratava-se da imitação estilística dos autores antigos¹³³ – dentre eles, Cícero como vimos –, bem como de outras artes (arquitetura, medicina, direito, etc.). Diferentemente, a política não se inseria nos campos passíveis de imitação no presente; conquanto a admiração da antiguidade e dos feitos dela, a mentalidade reinante via a impossibilidade da repetição das ações políticas antigas¹³⁴. Nas palavras de Maquiavel, os homens em seu tempo meramente admiravam e louvavam os grandiosos atos do passado sem esperar imitá-los¹³⁵ ou recorrer aos seus exemplos. Interessado na retomada dessas ações virtuosas antigas, o florentino se

¹³³ Esses autores e suas obras eram compostos por indivíduos de variados segmentos da antiguidade, como nos diz Jacob Burckhardt: “A provisão de obras que entusiasmou a geração de Boccaccio e Petrarca compunha-se, essencialmente, dos poetas, historiadores, oradores e epistológrafos latinos mais populares[...]” (BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. p.190).

¹³⁴ O historiador Francesco Guicciardini argumentara contra Maquiavel e a possibilidade da imitação lembrando a desproporcionalidade entre passado e presente: “Seria preciso ter uma cidade como era a deles, e depois governar-se segundo aquele exemplo, o qual, para quem tem qualidades desproporcionais, é tão desproporcional quanto querer que um asno corra como um cavalo” (GUICCIARDINI, Francesco. *Reflexões*. Tradução: Sérgio Mauro – São Paulo: Editora Hucitec, 1995 p.96-97).

¹³⁵ “[...]as virtuosíssimas ações que as histórias nos mostram, ações realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, comandantes, cidadãos e legisladores e outros que se afadigaram pela pátria são mais admiradas que imitadas[...]” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, prefácio, p.6).

esforçara em suas obras para demonstrar o contrário, sobretudo nos *Discursos*, buscando o conhecimento prático a modificar os modos e ordenamentos de seu tempo. Além disso, com a ação imitativa, pode-se alcançar a renovação política. A resposta dada pela refundação maquiaveliana deve, nos termos lefortianos, mirar o passado buscando maneiras análogas a ela para solucionar os dilemas presentes.

Entretanto, Maquiavel é consciente das dificuldades postas a ação imitativa na política. Concorde com os seus contemporâneos quanto as profundas diferenças dos tempos, mormente quanto ao espírito religioso cristão em relação ao pagão. Há uma nova escala de valores colocada pelo cristianismo, alterando inteiramente as condições e a educação pelas quais as ações da antiguidade foram possíveis. A religião cristã, universalista e voltada a graça extraterrena, redundou numa concepção de virtude distinta da do passado, que engrandeceram as cidades antigas. Maquiavel considera que o cristianismo e sua igreja tornaram o homem moderno mais enfraquecido e menos cioso da vida livre e daquilo que a sustenta; condenou as metas e ideais antigos como vícios a desviar os homens da verdadeira virtude, que seria de ordem espiritual e contemplativa¹³⁶. Os valores pagãos – de outra forma, esperando as glórias mundanas e prestigiando a coragem do cidadão ativo na esfera pública – fortaleceram Roma para o caminho da grandeza e da liberdade. No livro II dos *Discursos*, o florentino declara diferença de educação em cada tempo como empecilho aos modos antigos no presente:

*“Pensando, portanto, nas razões de, naqueles tempos antigos, os povos serem mais amantes da liberdade do que nestes, concludo que isso se deve à mesma razão que torna os homens menos fortes agora, qual seja, a diversidade que há entre a nossa educação e a antiga, fundada na diversidade que há entre a nossa religião e a antiga”*¹³⁷.

Com efeito, o conteúdo da fé cristã é um obstáculo à imitação pretendida na política. A religiosidade é preponderante na forma como se modelam os valores das cidades e seus povos; de modo que qualquer agente político deva levar em conta a melhor maneira de se utilizar dela¹³⁸.

¹³⁶ “A religião antiga, além disso, só beatificava homens que se cobrissem de glória mundana [...] A nossa religião tem glorificado os homens mais humildes e contemplativos do que os ativos” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, II, cap.2 p.189).

¹³⁷ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, II, cap. 2, p.189.

¹³⁸ Dessas passagens e outras, muitos comentadores apontam Maquiavel como defensor da moral pagã, e pensador a ver somente a instrumentalização do sentimento religioso para a manutenção da ordem

Contudo, Maquiavel ameniza a impossibilidade da imitação no prólogo do livro I dos *Discursos*, lembrando certa semelhança dos períodos históricos devida a inalterável condição humana e da natureza ao seu redor. Maquiavel diz que a impossibilidade da imitação não é real “*como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente*”¹³⁹. O tempo antigo é distinto do moderno, mas não de todo já que os elementos constituintes deles continuam os mesmos, embora em condições diversas; inexistente, pois, incompatibilidade absoluta dos tempos a impedir as ações de serem de algum modo imitadas. E, acima de tudo, veem-se sempre as mesmas paixões e humores a conduzir os homens a certa regularidade do comportamento¹⁴⁰. A história contém elementos de permanência e de alteração, conservação e mudança, com cada tempo contendo momentos de semelhança e distinção em relação a outros.

A imitação não deve ser, então, mera cópia, pois um tempo jamais é inteiramente semelhante a outro. O olhar em direção à história deve percorrer o que distingue e iguala o passado vislumbrado e o tempo presente, buscando uma resposta assemelhada. O florentino ilustra bem esse entendimento no capítulo VI de *O príncipe*, comparando a arquearia com a imitação da *virtù* dos grandes homens:

*“Mesmo não alcançando sua virtù, deve pelo menos mostrar algum indício dela e fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo.”*¹⁴¹

social. Dentre aqueles que assim consideram, Ernst Cassirer declara que a religião é indispensável para Maquiavel tendo em vista o papel já mencionado do uso dela como fonte de autoridade das leis; porém, unicamente enquanto instrumento para manter a ordem social em pé, perdendo preeminência como esfera em torno da qual a vida dos sujeitos giraria: “[...]mesmo no sistema de Maquiavel, a religião é indispensável. Mas não é mais um fim em si própria; transforma-se numa simples ferramenta na mão dos dirigentes políticos. Não é a base da vida social do homem, mas uma poderosa arma para as suas ações políticas” (CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Tradução Álvaro Cabral - São Paulo: Códex, 2003, p.170).

¹³⁹ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, prefácio, p.7.

¹⁴⁰ Ao refletir a relação entre história e política na obra do florentino, Patrícia Fontoura Aranovich nos fala de uma regularidade do comportamento humano em Maquiavel, que faz viável um saber político baseado na consideração dos exemplos históricos. “A história ensina porque existe uma regularidade no comportamento humano proveniente do fato das paixões surtirem sempre os mesmos efeitos [...]São estes movimentos recorrentes que tornam possível a construção de um saber que não considera os fatos históricos meramente como eventos particulares e que, portanto, em contraposição a um saber universal, não revelariam qualquer verdade” (ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: discurso editorial, 2007, p.78-79).

¹⁴¹ *O príncipe*, cap. VI, p.23.

Quem olha a história e suas lições não deve esperar imitar com precisão certa os atos antigos, mas se aproximar o máximo possível deles, assim como o arqueiro do alvo distante.

O aprendizado histórico dos grandes exemplos implica saber que cada situação histórica possui uma complexidade própria e irreduzível, da qual se exige sempre alguma inovação; portanto, a imitação mecânica das ações do passado não é uma alternativa para Maquiavel. Por conta disso, é preciso examinar o passado com medida e discernimento, observando as semelhanças e diferenças com o presente. Logo, não se trata de repetir as ações de modo idêntico, e sim de buscar maneiras similares de respostas que um dia foram utilizadas, como Lefort explicita na fórmula da refundação política. Por meio desta se deve encontrar uma resposta inovadora que pretende, mirando a origem do corpo político, conservar um modo de vida e a lógica social que a reproduz, bem como aperfeiçoá-la. Todo ato de renovar está associado, como vimos, à referência ao passado, constituindo-se em uma imitação até certo ponto dele; afinal, o que se busca é reviver certo momento único ou gesto do passado em nova forma.

Posta a viabilidade da imitação por meio das refundações, vejamos os limites delas. Observemos que, para Maquiavel, a renovação de uma república corrompida é descrita como a tarefa de maior glória mundana, realizada por poucos¹⁴². No seu tratado sobre as formas de governo de Florença, o florentino diz que *“como foram poucos os que tiveram ocasião de fazê-lo e pouquíssimos aqueles que souberam fazer, é pequeno o número daqueles que o fizeram”*¹⁴³. A raridade da ocasião e a dificuldade nela encontrada a tornam estimada, e a estima dada é tanta que, para se fazerem imortais na história, os homens chegam a fazê-lo por escrito, como nos casos de Platão e Aristóteles. A ação do reformador é então a mais difícil missão a se cumprir no âmbito das ações humanas; proporcionalmente, a que se obtém a maior grandeza possível.

Voltando a metáfora do escultor, a refundação possui problemas práticos maiores que as demais ações de inovação e conservação. Criado o corpo político e suas leis, quando havia ainda uma maior maleabilidade para imprimir a forma desejada,

¹⁴² “E o príncipe que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida [...] E, realmente, os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior.” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap. 10, p.48).

¹⁴³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Maquiavel – Diálogo sobre nossa língua e discurso sobre as formas de governo de Florença*. Tradução: Helton Adverse e Gabriel Pancera – Belo Horizonte: editoraufg, 2010, p.76.

devem ser posteriormente reformadas no momento em que já há uma matéria mais embrutecida e menos flexível. Nesse sentido, o reformador possui uma tarefa mais complexa que a do próprio fundador, posto que este último trabalha uma matéria nova e capaz de ser melhor lapidada. A refundação política deve trabalhar em cima do já previamente modelado, lidando com o peso ainda maior de corresponder as exigências que se fizeram presentes na origem e as que comportam sua atualidade; ou seja, deve revitalizar o espírito subjacente no início tanto quanto imprimir um novo mais condizente com aquele de seu tempo. Por tal condição, a refundação é a mais complexa de todas as ações políticas, significando a recriação da sociabilidade quando esta se encontra nos momentos mais instáveis e variáveis, quando o corpo político se vê em encruzilhadas nas quais fica em jogo a forma pela qual sempre subsistira.

O isolamento do reformador da vida política é também determinante das possibilidades e limites da refundação, que se apresentam, sobretudo, quando o corpo político encontra-se integralmente corrompido¹⁴⁴. Como tarefa solitária, tal qual a da fundação de uma nova ordem, a refundação compartilha das mesmas dificuldades do momento original quanto mais a corrupção estiver espalhada, exigindo um novo início, e não somente ajustes contínuos. Para Maquiavel, estar só – e deter liberdade total – é essencial nos momentos do primeiro impulso e da reforma integral das ordenações. Os responsáveis por criar ou reformar os corpos políticos precisam concentrar poder e autoridade de modo que a multiplicidade de opiniões contrárias não invalide suas empreitadas. As fundações e reformas integrais, diz o florentino, dificilmente logram êxito sem essa inicial concentração que permite ao bom e prudente fundador ou reformador estabelecer as bases pelas quais o bem comum prevaleça¹⁴⁵; no entanto, deve-se garantir que todo o poder régio adquirido não se mantenha concentrado quando se vá. Maquiavel enxerga os perigos envolvidos no poder absoluto, como bem atesta o exemplo do decenvirato em Roma¹⁴⁶. Ademais, o florentino adverte que o avanço corruptivo, que subverte leis e instituições, precisa ser respondido pela *virtù* do reformador para que seja restaurado o governo das leis, contando para isso com o poder

¹⁴⁴ Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap. 9, p.40.

¹⁴⁵ “E deve-se ter como regra geral que nunca, ou raramente, ocorre que alguma república ou reino seja, em seu princípio, bem ordenado ou reformado inteiramente com ordenações diferentes das antigas, se não é ordenado por uma só pessoa[...]” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap. 9, 41).

¹⁴⁶ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap.35.

e a autoridade concentradas temporariamente. Com efeito, para instituir novas ordens políticas e renová-las por inteiro, cumpre fazer uso de instrumentos régios pelos quais o fundador ou reformador possa atuar sozinho e sem obstáculos.

Devemos meditar aqui a incongruência ou não desse pensamento com as convicções republicanas de nosso autor. A questão a se impor é novamente a da compatibilidade ou não entre a matéria e a forma a ser dada. O regime republicano nem sempre se adequará a certos momentos e processos históricos; boa ou má, a forma política adotada precisa ser conformada à matéria e ao tempo correspondente a ela¹⁴⁷. Daí então Maquiavel a comparar os povos que vivem muito tempo sob um principado a animais em cativeiro, os quais, quando soltos, não sabem se comportar em meio à vida natural quando conquistam a liberdade.¹⁴⁸ A vida livre e as leis que a acompanham somente se sustentam se, como já visto, houver vestígios dos costumes arraigados e da tradição moral predominante a qual se tenciona impô-las.

As leis e ordenações devem então ser rebaixadas segundo o florentino, tornando-se corrompidas pela força dos costumes? Não exatamente, pois também possuem uma função corretiva que conduz ao *vivere civile* e a boas práticas. A coerção das leis permite o controle das ambições e apetites desenfreios dos homens, conformando-os ao bem comum por meios legais que os necessite para tal¹⁴⁹. Nesses casos, nos quais o estado corrompido de coisas se faz presente, o caminho para obter a almejada vida livre republicana é a imposição forte das leis que reorientem ao melhor caminho. Para Maquiavel, as leis por necessidade fazem os homens bons¹⁵⁰, de modo

¹⁴⁷ Como bem observa Newton Bignotto, “[...]Maquiavel procura mostrar que todos os que pretendem criar novas leis terão de vencer uma série de obstáculos, independentemente da forma que pretendem dar ao novo regime. Confrontados a um corpo social, que guarda a memória de suas antigas leis, os fundadores aprendem que toda forma política é o resultado de uma ação humana localizada no tempo[...]” (*Maquiavel republicano*, p.128-129).

¹⁴⁸ “[...]Jesse povo não é diferente de um animal bruto que, embora de natureza feroz e silvestre, tenha sido criado no cativeiro e na servidão, e que depois, ao ser solto em campo aberto, por não estar acostumado a alimentar-se e por não conhecer os lugares onde possa refugiar-se, torna-se presa do primeiro que queira aprisioná-lo de novo” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap. 16, 64).

¹⁴⁹ Como nos diz Alberto Ribeiro G. de Barros, a confiança do florentino no poder coercitivo das leis se deve a que estas “são capazes de controlar os apetites desmedidos dos homens, ao instaurar um estado de necessidade artificial, levando-os a agir na realização do bem comum”. (BARROS, Alberto Ribeiro G. *Quentin Skinner e a liberdade republicana em Maquiavel*. Discurso – Departamento de Filosofia FFLCH USP, v.45, p.187-206, 2015, p.195.)

¹⁵⁰ Essa é a questão da malignidade dos homens em Maquiavel. No capítulo 3 do livro I dos *Discursos*, o florentino afirma que os homens só fazem o bem por necessidade, de modo que, quando não há um estado de coisas a necessitá-los para isso, as leis devem fazê-lo artificialmente. Atenuante a essa visão, no capítulo 27 do mesmo livro I, menciona como os homens, mesmo os mais desviados, não conseguem

que qualquer inovação e renovação políticas devem pressupor leis que orientem às ações em direções benévolas. A sabedoria institucional em Maquiavel exige, com isso, leis compatíveis e ao mesmo tempo corretivas; um mínimo de compatibilidade entre costumes e leis, sendo estas últimas também capazes de corrigir aquelas quando desviadas do interesse público.

A necessidade de instrumentos principescos de governo é tanto maior quanto mais o corpo político estiver corrompido, com o povo entregue às portas da servidão. Meios pacíficos e ordinários podem ser utilizados quando a corrupção ainda é incipiente ou não profunda, permitindo os atos conservativos ou a ação salutar de um homem prudente e persuasivo; contudo, momentos existem em que tais meios são insuficientes. No décimo oitavo capítulo do livro I dos *Discursos*, Maquiavel comenta que a criação e manutenção de repúblicas, em meio a quadros corruptivos avançados, precisam antes deixar o regime popular e aderir a um regime régio, pelo qual o criador ou reformador possa agir livremente como príncipe, com o uso da violência e das armas. A redução ao estado principesco configura um estágio para renovar ou criar a vida política; o raciocínio é de que, à medida que a vida servil e seus costumes se fazem mais presentes e entranhados, remédios mais fortes devem ser aplicados junto a presença, com mais poder e autoridade, de um fundador ou reformador virtuoso. Nesse sentido, no final dos *Discursos*, diz que todos os dias males variados acometem as repúblicas de modo que é preciso sempre tomar novas providências e, quando mais graves, convocar médicos mais sábios para lidar com elas¹⁵¹.

O problema é a raridade de eventos que convirjam homens bons e de *virtù* e a boa *fortuna* a lhes ajudar a ter o poder em mãos. A vida política não conta com a profusão de cidadãos de qualidades proeminentes capazes de bem ordenar ou reordená-la; ao contrário, são exceções. Conseqüentemente, os Estados bem-sucedidos com o passar do tempo também são raros, como atesta o recorrente exemplo de Roma

ser de todo perversos sempre nem mesmo os mais corretos conseguem ser bons com perfeição em todas as ocasiões. Para Newton Bignotto, citando a última passagem, Maquiavel reflete o homem por uma *mediania sem virtude*, fazendo com que a *virtù* presente nas ações políticas se torne tão rara e valorizada pelo florentino (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, introdução, p.XXXI).

¹⁵¹ “[...] todos os dias necessariamente surgirão numa grande cidade acontecimentos que precisem de médico; e, se tais acontecimentos forem de grande importância, será preciso encontrar o médico mais sábio.” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, III, cap. 49, p.454).

nas obras do florentino. Além disso, a renovação política e a inovação precisam de homens bons, e não são estes que comumente ascendem ao poder:

“[...]a reordenação de uma cidade para a vida política pressupõe um homem bom, e tornar-se príncipe de uma república pela violência pressupõe um homem mau, ver-se-á que raríssimas vezes um homem bom queira tornar-se príncipe por vias más, ainda que o fim seja bom; e também é raro que um malvado, tornando-se príncipe, deseje bem obrar e que se lhe incuta no ânimo o bom uso da autoridade[...]”¹⁵²

Para criar e reformar, os meios extremos são necessários e implicam enveredar pelas vias da maldade; vias que os bons homens costumam recusar. A necessidade de contar nos momentos fundantes com a sorte do surgimento de atores políticos dispostos e extraordinários, e da fortuna os acompanhando, torna rara a vida política exitosa e livre. Trata-se de um dos problemas mais delicados a revelar a precariedade da atividade política, variável e dependente, em grande medida, de momentos extremamente afortunados para lograr êxito duradouro. Como tentativa de solucionar esse dilema de haver somente homens ruins dispostos a exercer a força e violência na conquista e governo das repúblicas e reinos, o florentino pensa ser preciso persuadir esses tipos – mais comuns no poder – de que, uma vez alcançada a governança, devem exercê-la com vista aos interesses comuns. Isso significa agir para criar e renovar a vida política livre, as quais trariam maiores glórias e honras a esses príncipes do que o exercício tirânico do poder, voltado a fins privados. Nesse sentido, vemos as diversas exortações de Maquiavel dirigidas a figuras governantes, sobretudo a família Médici, para convencê-las do propósito adequado da reforma da cidade de Florença e da unificação italiana¹⁵³.

Momentos existem também que a corrupção se torna tão espreada pelo corpo político e sua matéria que os intentos para fazê-lo renascer se tornam inviáveis, independente da *virtù* empreendida. O florentino descreve, no décimo sétimo capítulo do livro I dos *Discursos*, tais estados corruptivos avançados. Descreve-os como a degradação em alto grau que alcança desde as figuras governantes – os antigos reis de

¹⁵² *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap.18, p.75.

¹⁵³ Vale mencionar as exortações feitas nos finais de *O príncipe* (cap.XXVI, p.123), da quinta parte do livro III da *História de Florença* (p.168), em que Maquiavel exorta a reforma da república movido pelo “*amor à pátria*”, e a que dirige nas últimas páginas do *Discursos sobre as formas de governo de Florença* (p.76-77), em que diz ao Papa Médici Leão X – e aos senhores de Florença – para se *fazer imortal* com a reforma da cidade.

Roma sobre os quais fala – até o povo. Como processo gradativo, a corrupção se torna irreversível quando a maior parte da matéria se torna corrompida em seus costumes, impossibilitando qualquer renovação. Mencionando as ações dos dois Brutos em Roma, Maquiavel demonstra quanto a corrupção da matéria influi para tornar a renovação inviável. Mostra que ambos atuaram com *virtù*, porém efeitos distintos se deram em cada tempo; as ações do fundador da república foram bem-sucedidas, enquanto as do conspirador contra César, malogradas. A diferença, diz o florentino, não estava na *severidade e autoridade* com que ambos atuaram, e sim na matéria corrompida com a qual tiveram que lidar em diferentes tempos da história romana. Maquiavel recorda ainda a necessidade de maior tempo para corrigir tal estado de coisas. A corrupção espalhada precisa mais do que um único príncipe de *virtù*, poder e autoridade, pois, para mudar os hábitos degradados, é preciso transcender gerações sucessivas. Isso é mencionado ao tratar ainda no décimo sétimo capítulo das condições para reformar a cidade corrompida.

*“A razão disso é que nenhum homem pode ter vida tão longa que dê tempo bastante para acostumar bem uma cidade que por longo tempo foi mal acostumada.”*¹⁵⁴

São estados nos quais sucessivos homens extraordinários se fazem necessários, algo inviável no mundo em que a *virtù* e a autoridade dela decorrente são escassos e precisam contar ainda com a *fortuna* a lhes favorecer. A irreversibilidade é tal nesses momentos que o florentino chega a mencionar desconhecer casos em que ocorrera de conseguirem reordenar os corpos integralmente corrompidos.

Diante de tudo isso, o que está exposto no pensamento do florentino são os momentos formativos da vida política, nos quais se colocam a criação, a conservação e a renovação políticas com respectivas exigências. As ações individuais e coletivas devem se fazer presentes em diferentes momentos, respondendo a dilemas diversos de acordo com o grau corruptivo presente no corpo político. Ora, deve-se contar com as ações criativas de homens que devem contar com rigor e liberdade para desafiar e contestar a ordem seu funcionamento, criando novos mecanismos de ordenamento e reordenamento do corpo político. Ora, também é preciso da coletividade para conservar

¹⁵⁴ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap.17, p.71.

a vida política e a liberdade com o passar das gerações, uma vez que nenhum ator político sozinho pode esperar que seus atos subsistam sem a confiança e a virtude do povo. É assim que, no caso da sua própria pátria, Maquiavel enxergara como necessário o estado principesco, mas, como veremos mais adiante, a república popular como regime mais capacitado para mudar e se renovar os corpos políticos.

A refundação política se configura numa dessas etapas. Quando a vida política é posta defronte à corrupção generalizada e seu esgarçamento dos vínculos sociais, a reminiscência da *virtù* das experiências do passado – da origem do corpo político – é posta para responder ao processo corruptivo no presente, o qual, por sua vez, exige as inovações das leis e ações no espaço público. Sem estas últimas, a refundação política seria mera repetição do período inicial sem consideração dos novos tempos históricos e suas variações. A impossibilidade de repetir identicamente a origem não impede uma ação similar, respondendo aos dilemas postos ao agente político em seu tempo. Assim, a refundação só se mostra viável quando se pode olhar ao passado e ao presente com o discernimento para saber reter de ambos o necessário: a conservação da *virtù* antiga pela imitação e a inovação com vista às mudanças necessárias do que já não se adequa ao presente. Com efeito, por tal acrescida complexidade, que equilibra exigências de dois tempos, apresenta-se na refundação uma melhor visão do equilíbrio instável da vida política.

A força em se abrir à renovação

A vantagem republicana da renovação

Definido o estatuto da refundação política, podemos tratar de alguns desdobramentos dele no pensamento de Maquiavel; a princípio, comecemos pela perspectiva do republicanismo presente em sua obra. Tendo sido até aqui um tema secundário, o republicanismo de Maquiavel explicita as razões que tornam a abertura à renovação uma vantagem diante das formas políticas que buscam a imutabilidade perante a mutação constante do mundo. Assim, têm-se também mais claras as razões da preferência de Maquiavel pela forma republicana, a qual garante não só uma vida livre, mas também a flexibilidade necessária diante das inúmeras variações dos tempos.

Os contemporâneos de Maquiavel reverenciavam as repúblicas de constituições aristocráticas – *governos strettos* –, tais como as de Esparta e Veneza, que evitavam os

conflitos e se caracterizavam pela tranquilidade e concórdia. Nos regimes mistos de ambas, destacava-se a imobilidade pela qual se distinguiram nos seus tempos como repúblicas sereníssimas e estáveis; por conta disso, eram admiradas pelos humanistas por expressarem o ideal de harmonia que guiava o entendimento dessa tradição do pensamento do que seria uma boa constituição para as cidades¹⁵⁵. As duas evitavam os conflitos e a incorporação de novos indivíduos à cidadania, de modo a se preservarem como um corpo político e social *stretto*. O contraste das duas repúblicas se fazia com a romana, que recepcionava e mediava os conflitos. A tradição humanista apontava que as duas cidades gozavam de tranquilidade e paz, enquanto Roma e seu governo *largo* vivia sob os tumultos gerados pelas disputas de poder entre a plebe e os patrícios¹⁵⁶. Para os que louvavam Esparta e Veneza, Roma fazia da desordem e instabilidade uma constante política, fazendo do elemento popular sinônimo de inconstância e licenciosidade. A vida política sadia, com efeito, estaria associada à anulação dos conflitos e a perfeita paz.

Maquiavel assinala uma perspectiva oposta em favor da república popular e seu *governo largo*, expressando um republicanismo distinto em seu tempo. Para o florentino, Roma proporcionara meios institucionais e legais para dar vazão a esses tumultos e garantir o bom direcionamento dos desejos que o moviam. O que só fora possível por certa flexibilidade constitucional, contando com leis e ordenamentos elaborados e mudados ao longo do tempo, e não de uma vez em sua fundação¹⁵⁷ – diferente de como se dera com Esparta, cujo legislador Licurgo elaborou as leis da cidade

¹⁵⁵ No tempo de Maquiavel, Francesco Guicciardini era quem mais se destacava na defesa da constituição veneziana e na crítica da romana. Inclusive, em obras não traduzidas para o português, respondera aos argumentos expostos nos *Discursos*, contestando sobretudo os benefícios da discórdia civil em Roma os quais Maquiavel debatera longamente na obra (DE ARAÚJO, Cícero Romão Resende. *Da constituição mista ao Estado*. São Paulo, wmfmartinsfontes, 2013, p.62-68).

¹⁵⁶ Nos termos de Cícero Araújo, por trás da questão nesse debate sobre governos *largos* ou *strettos* se encontra o problema: “*as dissensões internas destroem a liberdade?*” (DE ARAÚJO, Cícero Romão Resende. *Da constituição mista ao Estado*. p.64).

¹⁵⁷ Maquiavel nos *Discursos*, segundo capítulo do livro I, realiza uma distinção entre as fundações de cidades que se deram leis de uma só vez e as que as instituíram por acaso ao longo do tempo. Junto desta, uma segunda distinção se refere a ordenações perfeitas de início e aquelas com um princípio bom, capaz de um processo de melhoramento gradual até a perfeição. Embora o uso desse último termo, não há que se entender fundações ou ordenamentos que não precisem se modificar, pois os homens “*nunca se ordenarão sem perigo*” (p.13); nunca constituirão um arranjo, por mais prudente que seja, capaz de escapar ao ciclo de regimes às quais estão todas as repúblicas sujeitas.

de uma vez, mantendo com a própria morte os cidadãos presos a elas pelo juramento¹⁵⁸. Ao analisar as circunstâncias históricas, Maquiavel afirma o valor dos fundadores, que delineiam os melhores meios de promover a grandeza de suas cidades dadas as possibilidades que o tempo histórico apresenta.

Desse modo, nos capítulos quinto e sexto do livro I dos *Discursos*, discorre que Esparta e Veneza puderam se valer de constituições mistas que consagravam a rigidez social e política graças a condições particulares e fortuitas de cada uma, que não exigiam a formação de um império nem mudanças periódicas das leis e ordenamentos¹⁵⁹. Ao contrário delas, Roma fora uma república que optou pela via expansionista, uma vez que se cercava de vizinhos hostis, contra os quais carecia de defesas geográficas, necessitando se fortalecer para a expansão de seu território. Para isso, a incorporação da plebe e de estrangeiros ao poder fez-se também necessária para garantir os números com os quais Roma se expandiria e se defenderia contra os inimigos externos¹⁶⁰. E, feita essa escolha, tiveram que lidar com todas as consequências delas: os tumultos e as mudanças ocasionais de suas leis e modos de agir, e o uso da guerra para desafogar a luta interna¹⁶¹. A relativa intranquilidade era a maneira de Roma se fazer grande e

¹⁵⁸ Licurgo fizera os lacedemônios jurarem nunca alterar as leis da cidade sem seu consentimento. Feito o juramento, exilou-se buscando orientação aos deuses sobre a sabedoria das leis então elaboradas por ele. Ao ouvir que eram boas e garantiriam a mais alta honra a cidade, tirou a própria vida. Tal ato fez o historiador e biógrafo Plutarco elogiá-lo em suas *Vidas paralelas*, afirmando que nenhuma cidade grega fora em termos de legislação, fama e longevidade comparável a Esparta, uma vez que suas leis se mantiveram inalteradas por mais de quinhentos anos e quatorze gerações (PLUTARCH. Greek lives. Tran. Robin Waterfield - New York, Oxford university press, 2008, p. 38-39).

¹⁵⁹ No caso de Esparta, Maquiavel assinala o menor número de habitantes e a falta de ocasião – ou de necessidade – para aceitar estrangeiros e expandir-se, o que ainda lhe teria postergado à corrupção dos costumes gerada pelo contato com culturas estrangeiras e a pluralidade de seus cidadãos (*Discursos*, I, cap. 5 e 6). Em Veneza, além de indicar suas condições geográficas e fortificação, destaca-se sua fundação, na qual todos foram de imediato incluídos e satisfeitos na participação do poder. Os que chegaram depois, vendo as disposições bem estabelecidas na cidade, não encontraram meios de contestação nem facilidade para criar tumultos.

¹⁶⁰ “*Quem quiser que uma cidade forme um grande império, deverá empenhar-se para enchê-la de habitantes; porque sem essa abundância de homens, nunca conseguirá tornar grande uma cidade*” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, II, cap.3, p.193).

¹⁶¹ Maquiavel é bastante claro quanto ao fato de que se tratavam de escolhas pelas quais benefícios e inconvenientes sempre adviriam: “*Vê-se que os legisladores de Roma precisariam ter feito uma destas duas coisas, se quisessem que Roma permanecesse tranquila como as duas repúblicas acima citadas: ou não empregar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não abrir caminho para os forasteiros, como os espartanos. Mas fizeram ambas as coisas, o que deu à plebe força [...] Mas, se o estado romano se tornasse mais tranquilo, decorreria o inconveniente de tornar-se também mais fraco [...] de tal modo que, se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria as razões de ampliar-se. E em todas as coisas humanas quem bem examinar verá que nunca se pode anular um inconveniente sem que surja outro*”. (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap.6, p.29).

poderosa no contexto de um meio hostil, o que não significava a desordem licenciosa da cidade e, tampouco, más deliberações¹⁶².

Maquiavel efetua a defesa da inclusão popular ao poder como elemento qualitativo da constituição política. Para o florentino, a integração do povo no governo da cidade significava mais do que números a compor legiões de cidadãos armados a garantir sua expansão, significava também aquilo capaz de lhe fornecer um verdadeiro *vivere civile*. O florentino coloca o povo como salvaguarda da liberdade na cidade – os que não desejam ser dominados –, e não os grandes – os que desejam dominar. Contra aqueles que pensavam na guarda aristocrática da vida livre, Maquiavel distinguia no desejo dos grandes a ambição contrária à liberdade ao sempre almejar maior domínio e poder; enquanto o desejo dos povos se mostra compatível a ela na medida em que se direciona ao governo livre. Quando se busca atender a tal desejo da pulsão popular, tende-se a governos menos opressivos independente da forma de governo. No caso das repúblicas, a exigência dela contra a ambição dos grandes era garantida pela proteção das leis, elaboradas com o intuito de sustentar e proteger a vida livre; já nos principados, o príncipe não despótico serviria ao propósito de proteger essa parcela majoritária¹⁶³. Tratava-se, assim, de reconhecer no desejo do povo e na sua participação política a capacidade modeladora em direção à vida livre e à grandeza¹⁶⁴. Com efeito, Maquiavel dilui a compreensão de que os destinos das cidades dependem unicamente das ações providenciais de fundadores e refundadores de *virtù*, colocando o elemento popular sempre presente no horizonte político. Para muitos comentadores, os conflitos

¹⁶² Nesse sentido, afirma que “durante mais de trezentos anos, os tumultos de Roma raras vezes redundaram em exílio e raríssimas vezes em sangue” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap.4, p.22).

¹⁶³ Maquiavel assinala isso no terceiro capítulo do livro I dos *Discursos* ao comentar como a soberba dos nobres e do senado aflorou após a morte dos últimos Tarquínios. Enquanto estes permaneciam vivos após a instauração da república, os grandes se mantiveram quietos de modo a evitar a volta da antiga família governante com o apoio da plebe ultrajada. Quando afastado esse perigo, a plebe se viu cotidianamente maltratada, gerando o conflito que redundaria em leis que a protegessem. O florentino demonstra nesse exemplo que as leis na república ocupam a função do Príncipe em proteger os cidadãos mais fracos: “Assim, faltando os Tarquínios, que com o medo refreava a nobreza, foi preciso pensar numa nova ordenação que produzisse o mesmo efeito produzidos pelos Tarquínios em vida” (p.21).

¹⁶⁴ Aos que veem a indeterminação e o vazio nesse desejo negativo do humor popular, Helton Adverse acentua, no artigo *Maquiavel, a república e o desejo da liberdade*, passagens do *Príncipe* (cap. V) e dos *Discursos* (II, cap.2) nos quais se materializa a ação positiva dos povos na defesa da pátria e da vida livre das cidades. Esse desejo, quando de algum modo satisfeito, guia à ordem política para um estado de coisas menos opressivo, bem como para os meios de se garanti-lo através das leis ou de uma política expansionista da cidade a estender seu domínio sob outras.

são a força preponderante dos momentos formativos da vida política no pensamento maquiaveliano; por aqui, considero o mesmo.

Todavia, o que mais importa para nós neste estudo é enfatizar a contraposição entre a imobilidade das constituições como as de Esparta e Veneza e a flexibilidade dinâmica da romana. Abraçar os diferentes humores das cidades influi decisivamente para tal à medida que o embate devidamente mediado entre eles gera mudanças legais e institucionais que permitiram a cidade se adequar às variações. Nesse sentido, consideremos também as razões pelas quais Maquiavel compreendeu a superioridade do regime republicano em relação aos principados, que, de certo modo, aproximam-se dos regimes imobilistas de Esparta e Veneza por evitarem o dinamismo dos conflitos na vida política.

Na comparação entre as repúblicas e os principados, a preferência de Maquiavel pela via republicana se dá por duas principais razões. A primeira diz respeito à inclinação da república para o bem comum. Ao abordarmos o problema da corrupção em Maquiavel, falamos dessa inclinação das repúblicas por conta dos cidadãos se encontrarem unidos aos mesmos interesses e, na medida em que isso ocorre, buscarem favorecer a glória da cidade como se fosse a sua. No regime assim disposto, o incentivo para as boas e virtuosas ações dos cidadãos são maiores e ligadas ao desejo da liberdade dos povos. Nos principados, ocorre o oposto: os interesses do governante são postos acima do comum. Nas repúblicas, a identificação dos cidadãos à pátria é maior, favorecendo ações virtuosas tanto na defesa dela quanto na sua administração interna.

A segunda razão da superioridade da república em relação ao principado se dá pela longevidade e estabilidade do regime republicano por estar mais capacitado a se adequar às transformações dos tempos. Já falamos de como Maquiavel considera essencial aos agentes e aos regimes políticos tal adequação, de modo a modificar seus procedimentos evitando serem arrastados pelas variações da *fortuna* e dos homens; e, entre o principado e a república, este último é capaz de melhor se adequar por conta da pluralidade dos seus cidadãos, por ser o regime que abarca um maior número destes ao governo. Maquiavel considera que o regime republicano tende a contemplar várias perspectivas e modos de agir pelos quais se pode encontrar uma melhor acomodação com os tempos. O exemplo novamente é o de Roma, de como a cidade lidara com a

ameaça de Aníbal variando no momento oportuno as ações tomadas¹⁶⁵. A reação romana contra Cartago só fora possível por ser capaz de acomodar os humores antagônicos e contemplar diferentes vozes, devidamente ouvidas quando preciso; a república romana conseguia ajustar o seu proceder, bem como reformar-se nos momentos necessários. Ademais, a conservação, vimos, é tarefa que se realiza melhor por um conjunto virtuoso de cidadãos, por isso o corpo político que se vale mais da virtude de seu conjunto, como a república popular, pode evidentemente se conservar maior tempo.

Já os principados pouco variam em suas ações, uma vez que dependem da vontade e do humor de um único, cujas disposições tomadas tendem a ser as mesmas ao longo do tempo. A argumentação de Maquiavel traz mais uma vez a condição humana, seu caráter, em questão, apontando os vieses pelos quais os homens agem em diferentes situações. Diz o florentino, no nono capítulo do livro III dos *Discursos*, que *não podemos opor-nos àquilo que a natureza nos inclina*, ou seja, não se contrariam os traços pelos quais agimos de uma forma ou de outra – um homem de índole irascível e teimosa, por exemplo, se mantém com esse temperamento em um eventual governo. E, complementa, *quando alguém prospera muito com um modo de proceder*, é difícil convencer a mudá-lo, uma vez que a vitória sempre confere maior confiança. Esses vieses são inerentes a todos os homens, mas se tornam mais deletérios quando encontrados no regime principesco pelo qual há um único proceder que se mantém quase sempre inalterado; com isso, os principados dependem mais do que das repúblicas da boa fortuna e de contar com eventuais bons governantes. E, como vimos na questão da fundação e refundação, trata-se de uma convergência de fatores excepcional, que é ainda mais difícil tê-la seguidas vezes – como fora o caso da monarquia romana com Rômulo e Numa¹⁶⁶. As repúblicas, por outro lado, quando bem

¹⁶⁵ O florentino dá o exemplo de como Roma respondeu a invasão cartaginesa de Aníbal, valendo-se ora da disposição defensiva do cônsul Fábio Máximo, ora da impetuosidade de Cipião a expulsar e levar o inimigo a combater às portas de Cartago. Caso Fábio fosse príncipe, tal mudança da ação militar seria mais difícil, como diz então no livro III, capítulo 9: “*E se fosse rei de Roma, Fábio poderia facilmente perder aquela guerra, porque não teria sabido variar seus procedimentos de acordo com a variação dos tempos; mas tendo nascido numa república onde eram diferentes os humores, assim como houve um Fábio, que, no tempo devido, foi ótimo para conter a guerra, também houve depois um Cipião, nos tempos que favoreciam a vitória*”. (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, III, cap.9, p.352).

¹⁶⁶ *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap.19.

ordenadas, garantem não um, mas diversos príncipes virtuosos pelo sufrágio¹⁶⁷. Daí a se concluir, para Maquiavel, que as repúblicas possuem uma vida mais longa, virtuosa e afortunada do que a dos principados, incapazes de abarcar as mudanças dos modos de agir e de se refundar quando preciso.

Além do mais, Maquiavel concede ao governo popular maior sabedoria e *virtù*. Contra os escritores antigos e contemporâneos a ele, os quais na maior parte alegam a inconstância e licenciosidade desse segmento, Maquiavel dirá que essas são características que não diferem do príncipe quando sem o controle das leis e ordenamentos¹⁶⁸. Os vícios atribuídos à multidão são resultado das paixões quando não refreadas, sendo estas de igual monta tanto a ela quanto aos príncipes – com uma distinção, a multidão é mais volúvel, podendo ser orientada para a retidão com mais facilidade do que os príncipes, os quais somente resta a força ou a conjuração quando cruéis e despóticos¹⁶⁹. Temos, com isso, a caracterização do povo como um ente cuja ação é indeterminada e mais propensa a se modificar diante das contingências e variáveis da política.

A crítica maquiaveliana se dirige sobretudo ao aspecto imobilista dos regimes políticos, incapacitando-os a responder as contingências da vida política. Sob o aspecto da imobilidade dos regimes, as repúblicas espartana e veneziana se aproximam dos principados. Maquiavel se alinha ao pensamento de Políbio, que via a superioridade romana diante de Esparta e de outras cidades pelo seu maior dinamismo na elaboração das leis e ordenamentos¹⁷⁰. Com efeito, tanto o historiador romano quanto Maquiavel valorizavam o caráter imperial e grandioso do regime romano e desvalorizavam a rigidez

¹⁶⁷ *Idem*, I, cap.20.

¹⁶⁸ *Idem*, I, cap.58.

¹⁶⁹ “[...] se um povo licencioso e tumultuário pode ser aconselhado por um homem bom, que facilmente o reconduz ao bom caminho, um mau príncipe não há quem consiga aconselhar, e para ele não há outro remédio senão o ferro.” (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, I, cap.58, p.171).

¹⁷⁰ Em *As Histórias* (*The histories*, book six, p.406-407), Políbio busca relatar as causas que levaram Roma a conquistar o mundo até então conhecido, afirmando a superioridade de sua constituição política como causa maior desse feito. Nesse sentido, afirma que a constituição espartana tivera êxito enquanto manteve seus domínios nos limites do Peloponeso. Quando precisou estender seu poder para além, Esparta viu-se em confronto com o desenho constitucional elaborado e mantido por mais de quinhentos anos na cidade, que a mantinha presa à estreita ordem social da cidade. A crítica dirigida por Maquiavel a Esparta segue a mesma linha de pensamento, afirmando que o intento imperial da cidade falhara pois “*não é possível nem natural que um tronco fino sustente um ramo grosso*” (*Discursos*, II, cap.2). O florentino, assim, coloca em termos similares e assevera, da mesma forma que Políbio, a superioridade romana por seu dinamismo e pela busca da grandeza nas conquistas territoriais.

constitucional em que as cidades, ao mesmo tempo, excluem aos de dentro delas e se fecham aos de fora. Se, por um lado, a admiração de Maquiavel pelo expansionismo romano, que se dá em meio ao contexto histórico das cidades italianas afligidas por grandes potências, coloca-o junto às correntes nacionalistas modernas, por outro, a defesa de um corpo político aberto ao dinamismo dos conflitos e das inovações, insere o pensamento do florentino no campo dos reformadores e pais das revoluções modernas. Nela vê-se o princípio de políticas reformistas, capazes de fazer com que o corpo político acompanhe as variações e incorpore o elemento popular.

Mais resistentes à corrupção e seus efeitos, as repúblicas estão mais predispostas a mudar seus procedimentos e renová-los. Atrelada a uma vida política dinâmica, a capacidade das repúblicas de se adequarem aos tempos também configura na salutar ação refundadora pela qual o corpo político se mantém revitalizado. A vantagem republicana, sobretudo aos moldes do regime popular, encontra-se na revitalização constante da vida cívica quando bem ordenada.

Das irresoluções e soluções momentâneas: a política nua em Maquiavel

O universo político maquiaveliano se expressa no entendimento de que os homens e as ordens criadas por eles são fadadas ao desordenamento. Como abordado antes, a inquietude ou a perene insatisfação e as variações decorrentes dela conduzem ao movimento constante de todas as coisas humanas e, por conseguinte, a impossibilidade de uma paz perpétua ou perpétua república na qual as leis e instituições sempre se renovariam. Mais propensas a instabilidade do que a estabilidade, as obras humanas, sejam grandes repúblicas sejam principados, por mais perfeitas e bem ordenadas em seu início ou durante seu desenvolvimento, duram o tempo de certos ciclos em que a natureza dita suas regras imperativas.

Nesse movimentos, as cidades passam por momentos sucessivos de maior ordem a outros de desordens, vivendo períodos de tranquilidade, paz e ócio que precedem e antecedem outros de ruína e grandes perturbações. Dito de outra forma, Maquiavel enxerga a história sempre em um fluxo contínuo, no qual vê as coisas ora avançando, ora se retraindo, em altos e baixos, do auge para a decadência, da decadência para o auge. No preâmbulo do livro II dos *Discursos*, Maquiavel assinala que

*“como estão sempre em movimento, as coisas humanas ora sobem, ora descem”*¹⁷¹.

Numa passagem notável do início do livro V da *História de Florença*, descreve tal movimento mais detalhadamente:

*“As províncias, na maioria das mudanças que sofrem, costumam sair da ordem e entrar na desordem, para depois passarem de novo da desordem à ordem; porque não permitindo a natureza que as coisas mundanas tenham parada, quando elas chegam à sua máxima perfeição, não podendo subir mais, é mister que desçam; e, assim também, depois de descerem e pelas desordens chegaram à máxima baixaza, como já não podem descer, haverão necessariamente de subir, e assim, sempre se desce do bem ao mal, e do mal se sobe ao bem.”*¹⁷²

Maquiavel reproduz algo que se assemelha a mentalidade cíclica do tempo; todavia, para ele, a circularidade da história não é a dos regimes de governo. O florentino considerara, como já visto, que os Estados dificilmente completam seus ciclos antes de serem subjugados por um inimigo externo. Seu rompimento provém também de que a refundação política em Maquiavel torna a ideia de um ciclo completo falha na medida em que as repúblicas e as monarquias são capazes de escapar de sua degeneração e posterior transformação em, respectivamente, monarquia e aristocracia. Outra diferença dessa passagem da *História* é que os movimentos e as transformações agora provêm das coletividade humanas, cidades e províncias; logo, não são os vícios e as virtudes dos regimes de governo que as fazem se transformar, mas uma tendência dessas coletividades em se moverem em direção à ordem ou à desordem, seja pelo enfado seja pela opressão. Portanto, em Maquiavel, o movimento histórico é melhor descrito como um fluxo e refluxo da *virtù*, na qual se revezam períodos de maior e menor liberdade. Um movimento mais pendular do que cíclico¹⁷³, ou, se insistirmos na circularidade, um processo circular de geração e de corrupção constantes da vida política.

¹⁷¹ Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p.178.

¹⁷² MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Tradução MF - São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.281.

¹⁷³ José Luiz Ames define como pendular o movimento descrito por Maquiavel na referida citação do livro quinto da *História de Florença*: *“Isto é, não são mais os regimes ou as formas de governo (monarquia, república, democracia...) que se sucedem no tempo, e sim o conjunto dos cidadãos/súditos, reunidos em suas respectivas nações, que estão sujeitos ao movimento pendular de ordem e desordem.”* (Maquiavel – *a lógica da ação política*, p.71).

Na mesma passagem da *História*, as sociedades humanas se mostram suscetíveis a criarem uma cultura autodestrutiva ao se corromperem pelo ócio propiciado pela *virtù*, a qual, por sua vez, é rebaixada pelos hábitos ociosos criados:

*“Porque a virtù gera tranquilidade, a tranquilidade gera o ócio, o ócio, a desordem, e a desordem, ruína; de modo semelhante, da ruína nasce a ordem; da ordem, a virtù; desta a glória e a boa fortuna. Por isso, os homens prudentes observaram que as letras vêm depois das armas e que nas províncias e nas cidades os capitães nascem antes dos filósofos. Porque depois que as boas e ordenadas armas geram vitórias, e as vitórias geram a tranquilidade, a fortaleza da coragem guerreira não pode ser corrompida com mais honesto ócio do que o ócio das letras [...]”*¹⁷⁴

Se antes, como vimos nos *Discursos*, Maquiavel mencionava como a natureza dera a disposição para a perene insatisfação – seja pela aflição com o mal seja pelo enfado com o bem –, agora, na sua obra historiográfica, menciona junto a ela o ambiente propiciado pelos êxitos militares. Nele a cultura das letras subverte a fortaleza guerreira como nada mais seria capaz, de modo que seria necessário até mesmo expulsar os literatos e filósofos da cidade¹⁷⁵. O secretário florentino, que sempre se valera das letras clássicas para refletir as ações na política, não deprecia a cultura letrada – da qual reconhece o valor¹⁷⁶ – em favor de um militarismo político a guiar as ações do Estado – do qual Maquiavel também enxerga problemas¹⁷⁷. Contudo, vê como eventual efeito dessa condição em que a filosofia e as letras florescem – sobretudo quando atreladas ao ideal da *vita contemplativa* –, a disposição dos homens a um abandono das atividades

¹⁷⁴ *História de Florença*, V, p.281.

¹⁷⁵ Maquiavel louva novamente no quinto livro da *História* (V, p.282) os modos dos romanos, descrevendo como Catão expulsara os filósofos Carneádes e Diógenes da cidade quando, como embaixadores de Atenas, angariavam admiradores, de modo a perigosamente ameaçar os costumes da cidade.

¹⁷⁶ No décimo capítulo do livro I dos *Discursos* (p.44), Maquiavel monta sua hierarquia das mais louváveis ações que os homens podem realizar e menciona dentre elas as obras dos *homens de letras*, que estão abaixo somente dos fundadores e dos grandes comandantes.

¹⁷⁷ No próêmio de *A arte da guerra*, o florentino defende a convergência entre as vidas civil e militar contra aqueles que as separavam. Entretanto, acentua no livro primeiro da obra que tal convergência só pode se dar diante de boas ordenações, nas quais as atividades militares se voltem para a defesa da cidade e não possam ser utilizadas para tiranizá-la. Nesse sentido, após discorrer sobre tais ordenações e a maneira como regulam as armas próprias, Maquiavel conclui que as cidades bem ordenadas não precisam recear dos seus cidadãos armados: *“tendo eles, portanto, bom governo, não deveriam temer suas armas”* (I, p.29).

necessárias à manutenção do *vivere civile*¹⁷⁸. Portanto, à medida que se afastam da condição humana original de penúria e insegurança, chegando ao estado em que surgem os filósofos e escasseiam os capitães e reformadores devotados, germina-se pouco a pouco a disposição que leva as cidades a perder tudo aquilo que conquistaram. Um processo pelo qual se pode descrever de muitas maneiras, mas que se resume na decadência da *virtù*.

Reconhecendo essa condição inexorável, restaria aceitá-la e abdicar da ação política e da tarefa renovadora? O determinismo ditaria as ações no mundo político de Maquiavel de modo a nos rendermos à sua marcha como o curso natural da história? Certamente, tais conclusões não se retiram das obras do florentino. Maquiavel indica que há diversas formas por meio das quais o movimento oscilante da política ocorre. A cidade de Florença é um exemplo. Por conta de sua má ordenação dos conflitos, nunca se fizera adequadamente nem república nem principado, oscilando entre a licença e a servidão¹⁷⁹. Já Roma, ao contrário, tivera um ordenamento bem-sucedido na regulação dos conflitos internos e por isso sustentou a liberdade de sua república por longo período. Esses exemplos demonstram que os corpos políticos se conduzem por si mesmos de formas mais e menos adequadas no curso da história, existindo alternativas qualitativas em meio às variações da história.

Ademais, Maquiavel está longe de ser um pensador de uma finalidade natural e progressiva do curso histórico. A naturalidade existente é a de um fluxo e influxo

¹⁷⁸ Maquiavel tem em vista os exemplos das cidades italianas, que se valiam do auxílio de forças mercenárias ao invés de financiar e conduzir as próprias. Nas mãos dos *condottieres* – comandantes dessas milícias pagas –, as cidades italianas como Florença se arriscavam a perdas irreparáveis no campo militar, tornando-se vulneráveis às invasões estrangeiras e dependentes de armas alheias e pouco confiáveis. Contra isso, Maquiavel defendia a formação de um exército de cidadãos, que, à moda antiga, combateriam não a soldo, mas pelo compromisso na defesa de suas cidades e a liberdade delas – como está expresso no livro I de *A arte da guerra*. Coerente nesse sentido e antes mesmo da escrita de suas obras, buscou formar, sem grande êxito, tal milícia em Florença quando na posição de Secretário da chancelaria.

¹⁷⁹ Na *História de Florença*, Maquiavel nos fala das cidades mal ordenadas e chamadas de repúblicas que oscilam entre a liberdade e a licença em vez de entre a liberdade e a servidão: “As cidades, sobretudo as que não são bem-ordenadas e são administradas com o nome de república, mudam frequentemente de governo e estado, não variando entre liberdade e servidão, como pensam muitos, mas sim entre servidão e licença” (IV, p.221). Já nos *Discursos sobre as formas de governo de Florença*, fala que uma das razões para essa oscilação ruim em sua cidade se deve ao fato de nunca se ter feito inteiramente uma república ou principado, possuindo as vias de dissolução de ambos os regimes: “A razão pela qual as formas de governo de Florença mudaram constantemente foi por nela jamais ter havido república ou principado que tivesse forma apropriada, porque não se pode chamar de estável um principado em que as coisas, para serem feitas segundo o que um quer, dependam do consenso de muitos, nem se pode acreditar ser durável uma república na qual não se satisfaçam certos humores [...]” (p.65).

constantes, e não a de um fim da história idealizado ou predestinado. Daí a necessidade constante de se renovar para se manter por mais tempo no auge ou próximo a ele, ou de atrasar a queda iminente. Através da renovação, como já visto, ainda se pode recorrer a reordenamentos a fazer com que os corpos políticos mudem a qualidade do movimento que realizam¹⁸⁰. Tais reordenações modificam as condições em que o movimento se realiza, imprimindo maior *virtù* com o prestígio readquirido dos corpos políticos e as melhorias institucionais que as fazem atender as exigências do presente.

Assim, pela perspectiva da renovação maquiaveliana, o que se espera é retardar o processo degenerativo, equilibrando as exigências oriundas do passado e do presente e qualificando as mudanças que ocorrem. A renovação assegura aos corpos políticos perdurarem por maior tempo na condição de Estados afastados da inevitável decadência. O esgarçamento social continua após os efeitos de sua ação, o que confere a ela apenas o status de solução provisória, quando não, como vimos, de irresolução diante de um estado corruptivo acelerado e irreformável. E se a renovação é o remédio para resgatar os corpos políticos de sua deterioração, logrando tão somente rearranjos momentâneos, então se pode concluir que a política é incapaz de obter uma resolução permanente para seus dilemas. Desse modo, o desordenamento pode ser adiado, mas jamais apagado do horizonte da vida política. Com efeito, muito embora tomem muitas de suas lições sobre a conquista e manutenção do poder, todas as filosofias e receituários abstratos que almejam um ponto final histórico encontram em Maquiavel um oponente.

Sobressai-se nos escritos do nosso autor uma sociabilidade sempre inconstante e provisoriamente tranquila. A lógica social e seu ordenamento necessitam ser constantemente renovados politicamente para manter a autoridade política das leis e instituições diante das contingências do mundo e as variações do regime do tempo sobre todas as coisas. Nesse sentido, Maquiavel é claro no início do livro III dos *Discursos* quando diz que os corpos políticos mais bem ordenados e de vidas mais longas são aqueles capazes de se renovar mais vezes. As transformações da política não cessam de criar e recriar as condições que geram e destroem coexistência humana, ora agudizando conflitos e degradando as relações sociais, ora as civilizando. Contra tal tendência, o que

¹⁸⁰ Tal qualificação, muitas vezes, implica na alteração de modos de vida e seus costumes, como pudemos ver antes ao analisar as passagens dos capítulos 18 e 25 do livro I dos *Discursos*.

mais importa não é buscar anulá-la, e sim de politicamente buscar meios pelos quais possam as sociedades criar e recriar as condições para a prosperidade e a liberdade.

Essa é a tarefa precípua da política em que sua renovação consiste numa das maneiras de retornar as origens de onde as virtudes e a força primeva da sociabilidade emergiram. O que há, pelo contrário, é um movimento histórico ora de ordenação, ora de caos, que se mantêm como o único fator estável e perpétuo em um mundo de instabilidade e conflito constantes. Nesse sentido, a renovação é nada mais do que o remédio que confere sobrevida ao corpo político; um entendimento, porém, que não faz recair em desesperança aos que bem avaliam as histórias antiga e presente.

Considerações finais: o equilíbrio instável da política em Maquiavel

Ao longo desse estudo e de sua escrita, destacou-se o entendimento da política em Maquiavel como um campo no qual os arranjos são sempre momentâneos, buscando a satisfação de exigências diversas – convergentes ou não – e o equilíbrio delas no interior do corpo social. O resultado é a instabilidade fruto de um dinamismo constante em que é raro obter o êxito – uma estabilidade prolongada –, caracterizando o cenário da política em Maquiavel como o de crises sucessivas, em que fundações, reformas e demais ações guardam sempre o germe da gradual degeneração delas. Para se confrontar com esse quadro, o agente político deve sempre se valer de um princípio renovador que recrie o elã entre os homens e o corpo político do qual fazem parte, bem como reponha o prestígio de estar ligado a ele. A refundação seria a noção mais clara dessa concepção da vida política por ser a ação que melhor representa as exigências do passado e do presente. Uma tentativa, portanto, de responder a um mundo em perpétua mutação, o qual exige uma ação contínua para fortificar a vida política.

Para pensarmos como a instabilidade reinante no mundo político e sua inerente precariedade não são razões de abdicar da ação nesse campo, é bom nos voltarmos ao final do *Príncipe* e ao início do livro II dos *Discursos*. Nessas partes das obras, Maquiavel encerra perspectivas animadoras, as quais, embora não tenham se concretizado em seu tempo, mostravam-no no momento da escrita delas convencido de que a restauração de sua cidade e pátria eram ainda possíveis. De modo que o florentino sustentava a crença na possibilidade de se realizar grandes obras, que não estariam, com isso, fadadas a permanecerem no passado. Nesse sentido, o pensamento maquiaveliano se desfaz dos abstracionismos políticos e teológicos mantendo as possibilidades abertas para fortificar a vida política e sua lógica social, que se materializa com a renovação contínua e sua tarefa de reconduzir os indivíduos para um sentido virtuoso de vida em comum.

É com vista a essas possibilidades abertas que, nas páginas finais de *O príncipe*, vemos Maquiavel discorrer sobre os modos de resistir à *fortuna* e, em seguida, realizar a exortação a tomada da Itália para libertá-la dos bárbaros. O clamor pela libertação de seu país ao final da obra, como já referido antes, confere-lhe um viés patriótico, da

mesma forma que ameniza a visão geral dela como um manual para tirania e de Maquiavel como conselheiro de déspotas. Dirigida a Lorenzo de Medici, Maquiavel aconselha em sua exortação o então chefe político da cidade de Florença a se guiar pelos exemplos citados – Teseu, Moisés e Ciro – e expressa sua convicção de que sua pátria está apta a se restaurar.

“Vê-se que a Itália roga a Deus que lhe envie alguém para redimi-la da crueldade e insolência dos bárbaros; vê-se que está inteiramente pronta e disposta a seguir uma bandeira, contando que alguém a carregue. [...] O que não será muito difícil se te espelhares nas ações e na vida dos homens acima citados.”¹⁸¹

A tarefa que coube aos fundadores mencionados não fora mais difícil nem menos justa do que aquela que caberia à casa Medici realizar. De modo que a empreitada não seria um sonho distante, mas uma realidade palpável para a ação daqueles que desejassem tornar o fragmentado território italiano em um único e forte país. Restando somente cumpri-la, sem esperar maiores sinais da *fortuna*, já que as condições estariam postas e “Deus não quer fazer tudo, para não nos tolher o livre-arbítrio e a parte da glória que nos cabe”.

Ao falar de livre-arbítrio, Maquiavel reafirma o que expõe no capítulo XXV, o último da obra, a respeito de uma opinião comum dos homens sobre o quanto estes podem realizar sem contrariar a fortuna ou a vontade divina. O florentino contesta aqueles que são da opinião de que o mundo se rege inteiramente pela fortuna e por Deus, enxergando nenhum espaço para os homens agirem. Ao contrário dessa visão bastante difundida – reforçada, enxerga o florentino, à medida que a impotência diante das variações da fortuna se fazem presentes no seu tempo –, Maquiavel estima uma cifra de metade das ações dos homens que estariam livres da atuação imperiosa da *fortuna*. Resistir ao império dela sob o mundo é tomar providências para que os efeitos imprevistos e avassaladores encontrem uma *virtù* solidamente ordenada, que possa lhe obstar o caminho. Desse modo realiza a comparação da fortuna com rios impetuosos, e a *virtù* com as ações de prevenção e cuidado para evitar os efeitos de suas cheias:

“Compare a sorte a um desses rios impetuosos que, quando se irritam, alagam as planícies [...] Mesmo assim nada impede que, voltando a calma, os homens tomem providências, construam barreira e diques [...] O mesmo acontece com a

¹⁸¹ Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*, p.124.

fortuna, que demonstra a sua força onde não encontra uma virtù ordenada, pronta para resistir-lhe [...]182”.

Tal *virtù* está novamente em melhor se adequar aos tempos. Porém, Maquiavel assinala também a necessidade de ser impetuoso, posto que a fortuna, sendo deidade mulher, precisa ser agarrada e dominada pelos que a cortejam. A sorte favorece aos de ímpeto mais do que aos prudentes posto que, uma vez que as coisas humanas sempre se movem de um lado ou para outro, a postura ativa é preferível à imobilidade; assim, o príncipe melhor se adequa a natureza cambiante dos tempos. No mundo de contingências em que a ação se insere, o êxito se inclina aos dispostos a agir sem escusas de qualquer ordem.

De modo que não se está a lidar com um mundo fatalista, e sim com um em que é possível agir conforme as determinações que se apresentam, atentando às mudanças que se impõe aos modos de agir diante das caprichosas mudanças da fortuna. Dito de outra forma, Maquiavel enxerga – num sentido agora mais filosófico, e não somente político – a liberdade dos homens em se prontificarem para enfrentar as tempestuosas variações do mundo, agarrando com coragem as chances que surgem através delas. O destino dita metade das ações, deixando a outra livre aos homens. Para melhor lidar com esse grau de liberdade, é preciso de virtude – no sentido viril da palavra¹⁸³ –, mas também do conhecimento histórico das melhores formas de ação e prevenção na política, como sempre ressaltara o florentino com as lições dos exemplos antigos.

Essa visão otimista com a ação humana e sua liberdade também se encontra presente em passagens dos *Discursos*. Adverte o nosso autor em certo ponto do livro II que a fortuna se mostra volúvel, tendo desígnios que muitas vezes nos escapam. Relembrando a invasão gaulesa à Roma, mostra que a cidade passou por uma grande provação para ressurgir depois renovada através das ações de Camilo. Com isso, adverte da necessidade de não se resignar diante da fortuna, que se mostra tantas vezes poderosa, uma vez que a verdade histórica

“é que os homens podem seguir a fortuna, e não se opor a ela; podem tecer os seus fios, e não rompê-los. Por isso, nunca devem desistir; porque, não sabendo

¹⁸² Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*, p.120.

¹⁸³ O de *virtus* (força e virilidade), em que a qualidade, associada sobretudo aos homens, é a audácia e o ímpeto para a ação.

*qual é a finalidade dela, e visto que ela anda por vias oblíquas e desconhecidas, é sempre preciso ter esperança[...]*¹⁸⁴.

A passagem alentadora pode bem expressar o espírito de Maquiavel com o seu país e tempo, imaginando dias melhores também para a unificação da Itália, bem como a renovação da república popular em Florença, mas mostra, além disso, a postura necessária para o agente político agir. Qual seja, a disposição sempre ativa no mundo de contingências e indeterminações de onde pouco se sabe do dia de amanhã. A atuação volúvel da deusa fortuna torna as impossibilidades de outrora em vias abertas no por vir, tornando novamente a *virtù* do agente político uma questão de prontidão em que, pouco importa quando e onde apareçam as oportunidades, deve-se estar pronto sempre a agarrá-las. Na grandeza de suas ações, Camilo tomou tal disposição para levar Roma por um novo caminho, uma nova vida, conseguindo torná-la mais forte e longeva com a grande reputação que adquirira.

No quadro em que a política assim se apresenta, a maneira de fortificá-la e recuperar a *virtù* perdida, como vimos, está em se mostrar aberto à renovação. Tal abertura permite aos agentes políticos agirem para atenuar os efeitos da degeneração política, restabelecendo os mecanismos que operam o funcionamento da lógica social. Constituindo a criação do social um trabalho contínuo da vida em comum, a refundação demonstra ser o meio limite pelo qual o corpo político pode se redirecionar para um caminho ou outro a conduzir invariavelmente para a maior potência; é, portanto, a resposta política para a perda de vigor dos vínculos sociais e o restabelecimento da autoridade do corpo político diante dos homens. Contudo, a ação de renovar também demonstra como visto as mazelas da atuação política e a inerente dificuldade de equilibrar as exigências do tempo e conformá-las. Assim, se, de um lado, representa as possibilidades abertas de salvá-la de sua decadência, por outro, a refundação expressa a precariedade da vida política. Pela sobrevida que confere, a refundação reafirma a dignidade da política e a recoloca como fundamento do mundo dos homens, como aquilo que subjaz e sustenta todas as atividades humanas. De modo que, ao mesmo tempo, nosso autor pretende tornar a seus leitores cientes das imperfeições existentes

¹⁸⁴ Nicolau Maquiavel. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p.291.

da coexistência humana e da ação dos que se engajam nela, mas também de que é possível alcançar grandes bens por meio da atividade política.

Dessa exposição do pensamento de Maquiavel, sobretudo a respeito da renovação das condições da vida política, decorre o entendimento de que a ação humana é capaz de intervir no mundo e no campo político de modo efetivo. As suas ações, entretanto, embora possam muito, não são absolutas. Como se constata da análise do florentino a respeito das fundações e refundações, os homens devem saber imprimir sua vontade e direcionamento as coisas que realizam de modo a não só criá-las, mas renová-las constantemente. Assim, podem criar e recriar pela ação política as condições materiais e espirituais através das quais se engrandecem e tornam possíveis a constituição do viver coletivo e seu prestígio. Um processo que envolve muitos ou poucos em diferentes momentos, em que concorrem forças sociais e exigências conflitantes do tempo. A força da vida política ou o que a torna duradoura consiste na realização dessas tarefas por diversos agentes, valendo-se da sorte e de si mesmos uma vez que nunca há garantias nem dos céus nem da terra sobre suas ações, fundamentadas no estreito – porém ainda aberto – campo do contingente.

Bibliografia

- ABREU, Maria Aparecida Azevedo. A densidade conflitiva da república nos *Discorsi* de Maquiavel. Revista brasileira de ciências sociais - 2013, Nº12, P.67-97;
- AMES, José Luiz. *A lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2012;
- ADVERSE, Helton. *Maquiavel – política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009;
- ADVERSE, Helton. *Política e retórica no humanismo italiano*. O que nos Faz Pensar (PUCRJ), v.27, p.27-58, 2010;
- ADVERSE, Helton. *A força, o poder e a retórica*. Sapere Aude: Revista de Filosofia, v.8, p.350-362, 2017;
- ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 30(2): 33-52, 2007;
- ARANHA, Maria Lúcia A. *Maquiavel – a lógica da força*. São Paulo: Moderna, 2006;
- ARANOVICH, Patrícia Fontoura. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: discurso editorial, 2007;
- ARAÚJO, Cícero Romão Resende. *Da constituição mista ao Estado*. São Paulo, wmfmartinsfontes, 2013;
- ARENDRT, Hannah. *Crises da república*. Tradução José Volkmann - São Paulo: Perspectiva, 2015;
- ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa - São Paulo: Perspectiva, 2013;
- ARENDRT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução: Denise Bottmann - São Paulo: Companhia das letras, 2016;
- BARON, Hans. *The crisis of the Early italian Renaissance*. Princeton University Press, 1966;
- BARROS, Alberto Ribeiro G. *Quentin Skinner e a liberdade republicana em Maquiavel*. Discurso – Departamento de Filosofia FFLCH USP, v.45, p.187-206, 2015;
- BEARD, Mary. *SPQR – Uma história da Roma antiga*. Tradução Luis Reyes Gil; São Paulo: Crítica, 2017;
- BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade*. Tradução Rosaura Eichenberg - São Paulo: Companhia das Letras, 2002;
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 2015;
- BIGNOTTO, Newton (org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013;
- BIGNOTTO, Newton. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso editorial, 1998;
- BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013;
- BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001;
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política -Volume 1*. Tradução vários - São Paulo: Editora UNB, 1998;

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política -Volume 2*. Tradução vários - São Paulo: Editora UNB, 1998;

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Tradução Sérgio Bath - Brasília: Editora UNB, 1997;

BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin; VIROLI, Maurizio. *Machiavelli and republicanism*. New York: Cambridge university press, 1999;

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. Tradução Sérgio Tellaroli - São Paulo: Companhia de bolso, 2009;

CARDOSO, Sérgio. *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2004;

CARDOSO, Sérgio. *Em direção ao núcleo da 'obra de Maquiavel': sobre a divisão civil e suas interpretações*. Discurso, v.45, p.207-248;

CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Tradução Álvaro Cabral - São Paulo: Códex, 2003;

CÍCERO. *Da república*. Tradução Amador Cisneiros - São Paulo: Edipro, 2011;

CÍCERO. *Dos deveres*. Tradução Carlos Humberto Gomes - Lisboa: Edições70, 2017;

COLLIN, Denis. *Compreender Maquiavel*. Tradução Maria Ferreira - Petrópolis: Editora Vozes, 2019;

DE COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. Tradução Edson Bini - São Paulo: Edipro, 2009;

FRIEDRICH, Carl Joachim. *Tradição e autoridade*. Tradução Fernando de Castro de Ferro - Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972;

GILBERT, Felix. *The composition and structure of Machiavelli's Discorsi*. The journal of history of ideas 14 (1953), p.136-156;

GILLI, Patrick. *Cidades e sociedades urbanas na Itália Medieval – Séculos XII-XIV*. Tradução Marcelo Candido Silva - Campinas: Editora Unicamp e Editora UFMG, 2011;

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Tradução Jônatas Batista Neto - São Paulo: Companhia das letras, 1979;

LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. Tradução Eliana de Melo Souza - São Paulo: Discurso editorial, 1999;

LEFORT, Claude. *As formas da história*. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena de Souza Chauí - São Paulo: Editora brasiliense, 1990;

LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre machiavel*. Paris: Gallimard, 1986;

LIVY. *The rise of Rome : Books one to five*. New York : Oxford university press, 2009;

MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*. Tradução Claudia Berliner, São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2012;

- MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I, II e III*. Torino, Einaudi - Gallimard, 1997;
- MANSFIELD, Harvey C.. *Machiavelli's new modes and orders - A study of the Discourses on Livy*. Chicago, The University of Chicago press, 2001;
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Tradução MF; São Paulo: Martins Fontes, 2006;
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução: MF - São Paulo: Martins Fontes, 2007;
- MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Tradução MF - São Paulo: Martins Fontes, 2007;
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Maquiavel – Diálogo sobre nossa língua e discurso sobre as formas de governo de Florença*. Tradução: Helton Adverse e Gabriel Pancera – Belo Horizonte: editoraufg, 2010;
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução Maria Júlia Goldwasser - São Paulo: Martins Fontes, 2008;
- NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003;
- POCOCK, John Greville Agard. *The Machiavellian Moment – Florentine Political Thought and the Atlantic republica Tradition*. Prince university press;
- POLYBIUS. *The histories*. Tran. Robin Waterfield - New York : Oxford university press, 2010;
- SILVA, Ricardo. *Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo*. Revista brasileira de ciências sociais – v.25 nº72, p.37-58;
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta - São Paulo: Companhia das letras, 2017;
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução...
- SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução: Denise Bottmann - São Paulo: L&PM, 2012;
- STRAUSS, Leo. *Reflexões sobre Maquiavel*. Tradução Élcio Verçosa Filho - São Paulo: ÉRealizações, 2015;
- TENENTI, Alberto. *Florença na época dos Medici*. São Paulo: editora perspectiva, 1973;
- VIROLI, Maurizio. *For love of country – An essay on patriotismo and nationalism*. New York: Oxford university Press, 1995;
- VIROLI, Maurizio. *How to read Machiavelli*. London: Granta Books, 2008;
- VIROLI, Maurizio. *Machiavelli*. New York: Oxford University Press, 2005;
- VIROLI, Maurizio. *From politics to reason of state: the acquisition and transformation*. New York: Cambridge university press, 2005;

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436r Pereira, Lucas Secanechia
 A refundação do corpo político - um estudo das condições da autoridade política e da ação renovador no pensamento de Maquiavel / Lucas Secanechia Pereira; orientador Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros - São Paulo, 2021.
 116 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

 1. Fundação. 2. Corrupção. 3. Autoridade. 4. Filosofia do renascimento. I. Barros, Alberto Ribeiro Gonçalves de, orient. II. Título.